

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E
GEOCIÊNCIAS**

Marilúcia Ben dos Reis

**A COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR SOB A ÓTICA DO
TERRITÓRIO: UMA RELAÇÃO HÍBRIDA COOPERATIVA/EMPRESA**

Santa Maria/RS
2017

Marilúcia Ben dos Reis

**A COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR SOB A ÓTICA DO TERRITÓRIO:
UMA RELAÇÃO HÍBRIDA COOPERATIVA/EMPRESA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração em Análise Ambiental e Dinâmica Espacial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), como requisito para a obtenção do grau de **Doutorado em Geografia**.

Orientadora: Profa. Dra. Cármen Rejane Flores Wizniewsky

Santa Maria/RS
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Ben Dos Reis, Marilucia

A COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR SOB A ÓTICA DO TERRITÓRIO: UMA RELAÇÃO HÍBRIDA COOPERATIVA/EMPRESA / Marilucia Ben Dos Reis.- 2017.

180 f.; 30 cm

Orientador: Carmen Rejane Flores Wizniewsky

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2017

1. Cooperativismo 2. Território 3. Cooperativas agrícolas 4. Geografia I. Flores Wizniewsky, Carmen Rejane II. Título.

Marilúcia Ben dos Reis

**A COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR SOB A ÓTICA DO TERRITÓRIO:
UMA RELAÇÃO HÍBRIDA COOPERATIVA/EMPRESA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração em Análise Ambiental e Dinâmica Espacial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), como requisito para a obtenção do grau de **Doutorado em Geografia**.

Aprovada em 5 de maio de 2017

Cármem Rejane Flores Wizniewsky (UFSM)
(Presidente/orientadora)

Elpídio Serra (UEM)

Marli Terezinha Szumilo Schlosser (UNIOESTE)

César De David (UFSM)

Clayton Hillig (UFSM)

Santa Maria/RS
2017

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente nas horas de angústia.

Dedico também aos meus pais, João Della Libera Ben e Maria Cármen Ben, e aos meus familiares e amigos, que acompanharam com interesse este processo de pesquisa, e também pelo apoio que sempre me foi dado ao longo de toda a minha vida acadêmica.

Dedico em especial ao meu esposo, Vinícius, por seu companheirismo e suporte em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

– Agradeço a Deus por me conceder força e perseverança para desenvolver esta tese.

– Aos meus familiares, que sempre me deram amor e incentivo, valorizando os meus potenciais. Em especial aos meus pais, João Della Libera Ben e Maria Cármen Ben, pelo apoio.

– Aos meus padrinhos, Manoel e Lília Junqueira, pelo incentivo ao estudo.

– Ao meu esposo, Vinícius, que sempre marcou presença de apoio e segurança em todos os momentos.

– A todos os meus amigos e a todas as minhas amigas, que sempre estiveram presentes, aconselhando-me e incentivando com carinho.

– A todas as demais pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a execução desta tese de doutorado.

– À professora Dra. Cármen Rejane Flores Wizniewsky, orientadora desta tese, agradeço, principalmente pela confiança depositada no meu trabalho. Aos membros da banca examinadora, vão aqui os meus sinceros agradecimentos pelas contribuições.

– Aos membros da diretoria, aos cooperados, aos clientes e aos funcionários da Cooperativa Lar, que dedicaram tempo e empenho na busca de informações para as questões levantadas por conta da problemática da tese. A todos vão também os meus sinceros agradecimentos.

RECORDAÇÕES DE UM PIONEIRO

Roberto Marin

No dia da partida... grande alvoroço.
Caminhão de mudança, madrugada de lua clara.
Tempo frio. Dor no coração.
No pó da estrada ficou uma infância, um brinquedo amigos e parentes.
Na barca, no rio Uruguai, na correnteza das águas turvas, ficou uma palavra: Saudade.

Cheguei.
A mata me esperava.
Ergui um rancho coberto de tabuinhas...
Derrubei árvores, queimei, plantei e colhi.
No braço, no muque, no manguá.
Trabalhei. Associei. Partilhei...
No sol escaldante, no azul do céu, no suor do rosto, na coceira da picada do mosquito, na fumaça do palheiro, na roda do mate.
Era um por todos, todos por um. Este era nosso lema.
A noite, com seus cochichos, no barbado de estrelas, estranhas vozes, guizos, uivos de animais ferozes.

Luz de candieiro, choro de criança.
Vento forte, norte. Temporal.
Raios, trovões, água benta, ramo bento queimado no borralho.
Aguaceiro.

Senhores, senhores... eu vi. Eu senti.
Outros viram.
Todos no mesmo palco, na construção.
Por muitas vezes tive vontade de voltar, depois da notícia da morte da mãe, do pai, do tio e do avô.
Tudo fiquei sabendo após missa de 7º Dia.
Por tudo isso chorei. Chorei... e chorei...
Chorei de saudade, de tristeza, de falta de conforto.
Risquei meu rosto com lágrimas misturadas com terra vermelha, encostado no cabo da enxada.

A minha fé dizia que tinha que resistir,

resistir, agüentar, resistir, agüentar.
Voltar, não. Não, voltar.
Eu teimei, fiquei...
Fiquei porque teimei.
Casei, tive filhos, tenho netos e quem sabe bisnetos.
Estou aqui há mais de 40 anos, neste canto Oeste do Paraná.
Olhando para o passado...
Sinto vontade de comemorar. Vontade de sorrir, rir, de gargalhar.

O mato virou lavoura. O rancho, casa de varanda.
A vila, cidade. A cidade, município.
Tudo cresceu, tudo mudou.
Eu...
Eu... não mudei. Eu fiquei na minha terra que eu reguei com suor e lágrimas.
Ainda tenho forças para cuidar das plantações, dos animais.
Sou tagarela, converso até demais.
E o que eu digo é o que eu vi. Juro que vi.
Outros também viram, sentiram...
Vi a destoca, a terra nua, a seca, a enchente.
Vi até um grande dilúvio que formou um grande Lago.
Vi sangas profundas que agora dão vão.
Vi a canga, o cansil, o bernal, a carroça, o arado... desaparecer.
Máquinas cortando distâncias.
Ronco de tratores, trilhadeiras, colheitadeiras.
Vi gente crescer.
Vi outros empobrecer.

Ninguém me contou. Senhores, eu vi e guardei no computador do tempo.
Que a memória não deixou apagar.
Porque eu resisti.
Venci para contar a história.
Dos que fizeram a glória.
Percorrendo os caminhos.
Os caminhos... da ROÇA.
Os caminhos... da ROÇA.
Que eu...
Que eu... não me esqueci.

RESUMO

A COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR SOB A ÓTICA DO TERRITÓRIO: UMA RELAÇÃO HÍBRIDA COOPERATIVA/EMPRESA

AUTORA: Marilúcia Ben dos Reis
ORIENTADORA: Cármen Rejane Flores Wizniewsky

A Cooperativa Agroindustrial Lar surgiu como um empreendimento de descendentes de imigrantes no Oeste do Paraná e se tornou uma importante agroindústria com o passar das décadas. Assim, portanto, o tema da pesquisa aborda a territorialização dessa cooperativa. Trata-se de compreender o seu território e as suas redes com as suas lógicas no uso também do território paraguaio. A proposta é compreender a caracterização de simultaneidade cooperativa/empresa e a particularidade das organizações cooperativas. A partir do método dialético, visa-se detectar as contradições geradas na relação cooperativa/empresa no interior do modo capitalista de produção, e é na técnica do estudo de caso que se busca entender a lógica dessa territorialização, que se enquadra na abordagem qualitativa para a coleta de dados. Os instrumentos metodológicos em primeiro nível da pesquisa são os documentos, cadastros, revistas de desempenho, relatórios anuais do ano de 2000 a 2015, livros da história da cooperativa de 2005 e 2014, entre outros. Também contam os resultados da participação observante e as entrevistas semiestruturadas realizadas, seja com cooperados, seja com não cooperados, seja com gestores da cooperativa – informantes-chave para a investigação. A cooperativa em estudo passa pela ação do Estado na construção do Complexo Agroindustrial (CAI) e isso implica a desterritorialização do Complexo Rural, que reflete instantaneamente a dinâmica do processo produtivo no interior das unidades produtivas dos cooperados. Nesse sistema, o que antes era separado — a agricultura, a indústria e os serviços, ou seja, os setores primário, secundário e terciário —, passa a compor um complexo sistema produtivo que incorpora os setores da economia em um sistema organizacional único. Assim, a Cooperativa Lar passou por sucessivas alterações em sua razão social, estando estritamente ligada às metamorfoses presentes no setor produtivo desde a sua formação. As formações dos CAIs estão ligadas às transformações ocorridas no interior do setor cooperativista – neste caso da Cooperativa Lar. Para desenvolver esse sistema ocorreu o agigantamento da cooperativa em estudo, ampliando a sua territorialização, que passou de local, para regional e para regional em rede. Nesse processo, essa cooperativa, de híbrida (cooperativa/empresa), vai se moldando aos ditames do CAI e acaba por mudar a razão social. A atuação dessa cooperativa com empresas controladas, neste caso, a Lar Paraguai, é um ambiente de transformação, adaptação e reestruturação do cooperativismo, buscando, como resultado, a diversificação e o valor agregado. Diversificam-se as relações e se adaptam novas estruturas produtivas verticalizadas pelo parque agroindustrial ancorado no sistema de integração agricultura/ indústria/ comércio/ finanças próprios do CAI. Assim, o mercado determina os investimentos e as ações da Cooperativa Lar, que incorpora a valorização do capital, passando a atuar de diversas formas para a obtenção de resultados positivos. Essas ações tornam o sistema cooperativista contraditório/híbrido, atuando como empresa/cooperativa, a primeira ligada ao mercado competitivo dos indicadores econômico/financeiros e a segunda tentando ser fiel aos princípios e à lei, ligadas aos indicadores de eficiência social.

Palavras-chave: Cooperativismo. Complexo Agroindustrial. Território. Cooperativa/empresa.

ABSTRACT

AGROINDUSTRIAL COOPERATIVE *LAR* FROM THE TERRITORIAL VIEWPOINT: A HYBRID COOPERATIVE/CORPORATION RELATION

AUTORA: Marilúcia Ben dos Reis
ORIENTADORA: Carmen Rejane Flores Wizniewsky

The Agroindustrial Cooperative *Lar* emerged as a venture of migrants in Western Paraná and became an important agroindustry throughout the decades, therefore, the research topic addresses *Lar*'s territorialisation. It is a matter of comprehending its territory and its networks with its logics in the use of the Paraguayan territory. The proposition is to understand the profiling of the cooperative/corporation simultaneity and the distinctive feature of the cooperative organizations. Based on the dialectic method, the objective is to perceive contradictions generated in the cooperative/corporation relation of the capitalist method of production, and it is through the case study approach that we seek to understand the logic of territorialisation of this cooperative, which is framed in the qualitative approach for data collection. The first-level methodological tools of the research are documents, records, performance magazines, annual reports from 2000 to 2015, and history books of the cooperative from 2005 to 2014, among others. We can also include results of the observant participation and semi-structured interviews carried out, both with members and managers of the cooperative – key-informants to the investigation. The cooperative under study goes through the action of the State in the construction of the Agroindustrial Complex (CA) and that implies the deterritorialisation of the Rural Complex, which instantly reflects the dynamic of the production process within the production facilities of the cooperated members. In this system, what used to be separated – agriculture, industry and services, that is, the primary, secondary and tertiary sectors –, are now part of a complex productive system which encompasses the sectors of the economy in a single organizational system. Thus, *Lar* has gone through repeated changes in its corporate name, all of them closely related to the transformations that took place in the productive sector since its origin. The setting up of the CAs are connected to the transformations that occurred within the cooperative sector – at *Lar*, in this case in particular. In order to develop this system, the cooperative at issue had to expand massively, widening its territorialisation, which went from local to regional, and regional network. In this process, the Cooperative, which was hybrid (cooperative/corporation), adjusts to the precepts of the CA and ends up changing its corporate name. The performance of the Cooperative with controlled companies, in this case, *Lar Paraguai*, sets an environment that maximizes transformation, adaptation and the restructuring of the cooperativism, seeking, as a result, diversification and added value. The relations now vary and the new verticalized productive structures get adjusted, through the agroindustrial complex based in a system that embeds agriculture/industry/trade/finance, typical of the CA. Consequently, it is the market that determines the investments and actions to be carried out by *Lar*, which incorporates capital appreciation, and acting in several fronts to obtain positive results. These actions make the cooperative system even more contradictory/hybrid, as it acts as a corporation/cooperative, the former linked to the competitive market of financial/economic indicators and the latter trying to stay faithful to the principles and to the law, linked to social efficiency indicators.

Key-words: Cooperativism. Agroindustrial Complex. Territory. Cooperative/Corporation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Razão Social: Cooperativa Mista Agrícola Sipal Ltda. (Comasil) 1964-1973	58
Figura 2 – Instalações da Cooperativa Mista Agrícola Sipal Ltda. (Comasil)	65
Figura 3 – Área do Plano Integrado de Desenvolvimento do Cooperativismo	67
Figura 4 – Área do Projeto Iguaçu Cooperativista	69
Figura 5 – Mudança da razão social de Comasil para Cotrefal (1973-1998 e 1998-2001)	74
Figura 6 – Razão Social Cooperativa Agroindustrial Lar a partir de 2001	83
Figura 7–Território em que atua a Cooperativa Agroindustrial Lar.....	98
Figura 8 – Mudanças Estruturais na Agroindustrialização da atual Cooperativa Agroindustrial Lar	102
Figura 9 – Estrutura organizacional da Cooperativa Agroindustrial Lar	103
Figura 10 – Atividades da Cooperativa Agroindustrial Lar	108
Figura 11– A rede da Cooperativa Agroindustrial Lar.....	117
Figura 12 – Rede da Cotriguaçu	123
Figura 13 – Esquema demonstrativo da Lar Paraguai na estrutura da Lar	135
Figura 14 – Fotografia do trabalho de campo no Paraguai em 2014	139
Figura 15 – Unidade de Yguaçu, trabalho de campo no Paraguai em 2014	140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Precursores do cooperativismo	24
Quadro 2 – Princípios Cooperativistas da ACI: comparativo entre os anos de 1844, 1937, 1966 e 1995.....	27
Quadro 3 – Primeiras cooperativas brasileiras	30
Quadro 4 – A legislação brasileira referente ao cooperativismo no Brasil	32
Quadro 5– Projetos do Plano Integrado de Desenvolvimento do Cooperativismo no Paraná e suas características.....	68
Quadro 6 – Presidentes da Cooperativa Agroindustrial Lar	91
Quadro 7 – Diferença entre cooperativas e empresas privadas	142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Cooperados da Cooperativa Agroindustrial Lar 1964 a 2014	92
Gráfico 2 – Cooperados e Funcionários da Cooperativa Agroindustrial Lar.....	94
Gráfico 3 – Cooperativa Agroindustrial Lar e a exportação direta e indireta (por grupo - R\$ 1.000) em 2015.....	95
Gráfico 4 – Distribuição de terra por cooperado da Cooperativa Agroindustrial Lar	105
Gráfico 5 - Número de cooperados/atividade	106
Gráfico 6 – Atividade Industrial da Cooperativa Agroindustrial Lar de 2011 a 2013	110
Gráfico 7 – Lar Paraguai – nacionalidade dos clientes	147
Gráfico 8 – Lar Paraguai – nacionalidade dos clientes	147
Gráfico 9 – Lar Paraguai – unidades produtivas dos clientes	148
Gráfico 10 - Lar Paraguai – número de clientes/unidade e área em hectares	149
Gráfico 11 – Lar Paraguai – recepção de <i>commodities</i> em toneladas em 2014	150

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do município de Missal	57
Mapa 2 – Localização das sedes da Cooperativa Agroindustrial Lar enquanto Comasil, Cotrefal e Lar	73
Mapa 3 – Território da Cooperativa Agroindustrial Lar	97
Mapa 4 – Rede da Cotriguaçu.....	122
Mapa 5 – Rede da Frimesa	127
Mapa 6 – Territórios das Cooperativas do Oeste do Paraná – Lar, Copagril e Coopavel	133
Mapa 7 – Lar Paraguai - localização	138

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 A TERRITORIALIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL	21
2.1 O MOVIMENTO COOPERATIVISTA: PRECURSORES	21
2.2 A TERRITORIALIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO NO ÂMBITO LEGAL.....	28
2.3 O COOPERATIVISMO NO BRASIL E AS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS	38
2.4 A TERRITORIALIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO NO PARANÁ.....	48
2.5 AS PRIMEIRAS COOPERATIVAS.....	49
2.6 O OESTE DO PARANÁ E O COOPERATIVISMO	51
3 A FORMAÇÃO DA COOPERATIVISTA AGRÍCOLA SIPAL - COMASIL (ATUAL LAR).....	55
3.1 A TERRITORIALIZAÇÃO DA COOPERATIVA LAR E SUAS RAZÕES SOCIAIS SUCESSIVAS.....	56
3.2 O PROJETO IGUAÇU DE COOPERATIVISMO: A BASE DA FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS E DAS REDES DAS COOPERATIVAS OESTINO- PARANAENSE	66
4 O TERRITÓRIO E A REDE DA LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL.....	83
4.1 AS REDES DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR	111
4.2 A LAR E A REDE DA INTERCOOPERAÇÃO: COTRIGUAÇU E FRIMESA.....	119
4.3 A INTERCOOPERAÇÃO DA COOPERATIVA LAR COM A FRIMESA	125
5 O TERRITÓRIO E A REDE DA LAR E CONTROLADAS: A LAR PARAGUAI..	130
5.1 A TERRITORIALIZAÇÃO DA LAR PARAGUAI	134
5.2 A EMPRESA LAR NO PARAGUAI.....	145
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
REFERÊNCIAS	158
APÊNDICE A- ENTREVISTA COM SÓCIOS DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR	167
APÊNDICE B - LAR SRL PARAGUAI - ENTREVISTA COM GERENTES DAS UNIDADES.....	168
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	169
APÊNDICE D – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	170
APÊNDICE E – ENTREVISTA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL – VICE- PRESIDENTES	171
APÊNDICE F - ENTREVISTAS DO TRABALHO DE CAMPO	174
ANEXO A – REVISTA SKT. PAULUSBLATT - REPORTAGEM “A NOSSA COLONIZAÇÃO NO PARANÁ”	176
ANEXO B – MODELO DE CONTRATO PARA COMERCIALIZAÇÃO DE GRÃOS NA LAR PARAGUAI	178

1 INTRODUÇÃO

A Cooperativa Agroindustrial Lar — daqui para frente denominada, simplesmente, Cooperativa Lar — surgiu como uma cooperativa de descendentes de imigrantes no Oeste do Paraná e se tornou uma importante agroindústria com o passar das décadas, atuando no Oeste Paraná, no Mato Grosso do Sul, em Santa Catarina e até se territorializando além da fronteira nacional — no Paraguai, como uma empresa SRL¹ — a Lar Paraguai.

Atualmente a cooperativa em estudo está envolvida com produção de matérias-primas como grãos (soja, milho e trigo), mandioca, aves, suínos, leite, ovos e áreas de reflorestamento com cerca de 2.500 ha. Quanto às indústrias, existe a unidade industrial de aves, que abate 300 mil aves/dia aproximadamente, a unidade industrial de mandioca e de amido de milho, a unidade de empacotados, a unidade de soja e a unidade de madeira. Também existem 15 lojas de supermercados (COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR, 2014b). No que se refere à produção de leite, a Cooperativa Lar mantém a unidade de recria de novilhas. No caso da suinocultura, duas Unidades Produtoras de Leitões (UPLs). Nos casos do leite e dos suínos, esses produtos são entregues na Cooperativa Central Frimesa, que realiza a industrialização. Isso torna a Cooperativa Lar competitiva financeiramente no mercado oestino-paranaense, pois, além de receber as matérias-primas dos cooperados e de não cooperados, faz seu beneficiamento, agregando valor aos produtos nos diversos segmentos supracitados, desenvolvendo a intercooperação com cooperativas centrais. Essa estrutura modificou o território paranaense, que, a partir da relação com o capital agroindustrial, inseriu a verticalização no interior do processo produtivo da Cooperativa, afetando também as unidades produtivas de seus cooperados, que necessitaram se reinventar para servir ao sistema agroindustrial.

A presente pesquisa consiste em um aprofundamento da investigação anteriormente realizada e que resultou em dissertação de mestrado². No Brasil, a cooperativa em estudo se territorializou no Oeste do Paraná, no Oeste de Santa

¹ SRL significa Sociedade de Responsabilidade Limitada. É um tipo de empresa em que a responsabilidade é limitada ao capital contribuído, e, portanto, no caso de dívidas contraídas, não respondem os bens pessoais dos sócios.

² Dissertação de mestrado intitulada: “Os ‘Nós’ da Territorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar no Oeste Paranaense”. Mestrado em Geografia - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus de Francisco Beltrão*. 2011. 125 p.

Catarina e no Sul do Mato Grosso do Sul. Por último, no Paraguai ela foi se territorializando nos departamentos de Alto Paraná, Canindeyú e Caaguazú.

Assim, o tema desta pesquisa está pensado na perspectiva de que o fenômeno do cooperativismo institucional está conectado com a história europeia moderna, uma vez que o movimento cooperativista surgiu em vários países da Europa no decorrer da implantação da economia liberal. Posteriormente, no decorrer do século XX, esse cooperativismo foi sendo assumido em meio a estratos médios rurais brasileiros, primeiro por descendentes dos imigrantes europeus aqui chegados a partir de 1822 em periódicas levas até o século XX, apoiados por estímulos governamentais nacionais. É, portanto, necessário entender a história que constrói e modifica o território, movimentando-se por relações dialéticas entre a sociedade, o espaço e o tempo, dando a essas relações características sociais e naturais específicas. O recorte histórico para o desenvolvimento da tese toma como ponto de partida o início da territorialização da Cooperativa Lar primeiramente denominada por Comasil em 1964 e vem seguindo até 2015. As etapas que vieram sendo costuradas nas tramas territoriais da Cooperativa Lar estão imbricadas na formação das redes da intercooperação e das empresas controladas.

Grande parte das análises é, portanto, desenvolvida mediante estudo de caso, que busca responder às seguintes questões: *–Como ocorreu a territorialização da Cooperativa Lar no Oeste do Paraná?* e *–Como a Lar se territorializou no Paraguai?* Entender as contradições na territorialização do cooperativismo no Oeste do Paraná e territorialização no Leste do Paraguai remete a entender o procedimento histórico dos sujeitos que estão envolvidos nesse processo e questionar como e por que se territorializou a Cooperativa Lar nesses territórios:

–Como se desenvolve a relação cooperativa/empresa?

Assim, portanto, com essa problemática, o principal objetivo é compreender os territórios-rede da Cooperativa Lar com as suas lógicas no uso dos territórios paranaense e paraguaio. Especificamente, busca-se: i) entender a territorialização da Cooperativa Lar no Oeste do Paraná, bem como a sua territorialização no Paraguai; ii) averiguar os sujeitos envolvidos no processo de territorialização; e iii) entender a territorialização da Cooperativa Lar no Paraguai. Esse processo significa compreender a caracterização da simultaneidade da condição de empresa/cooperativa e a particularidade das organizações cooperativas.

O cooperativismo do Oeste paranaense é tido como um instrumento que viabilizou a penetração e a expansão do capitalismo no setor primário, com suas articulações atreladas ao grande capital financeiro, industrial nacional e internacional, formando linhas que ligam os territórios em redes.

As redes que compõem a Cooperativa Lar são da intercooperação e das controladas. A rede da intercooperação é mantida entre a Cotriguaçu (em 1975) e a Frimesa (em 1979) e as redes das controladas são a Lar Transportes (em 1981) e a Lar Paraguai (em 1996). Nas redes das controladas, a estrutura de administração é a mesma, porém as relações são independentes. Essas empresas fornecem transporte dos produtos, produção e relações mercantis com a Cooperativa Lar.

Em seu espraiamento e expansão econômica por novos territórios, decorrentes de tessituras de origem política, econômica, social e religiosa, e também as relações mantidas entre cooperativa/empresa e cooperado/cliente, pode-se afirmar que a Cooperativa Lar é híbrida. Trata-se do dinamismo de agentes que promoveram a integração do território brasileiro na região oestino-paranaense, sul-mato-grossense-do-sul e até posto avançado no oeste catarinense e leste paraguaio, em uma rede cooperativista/empresarial nada estática.

O caminho metodológico da pesquisa trata de abranger a territorialização da Cooperativa Lar, assim estabelecendo contrapontos no Brasil e no Paraguai, onde serão trabalhados aspectos inerentes às territorialidades do/no processo de territorialização. Os esforços, no entanto, implicam proceder com rigor científico para atingir o entendimento da realidade pesquisada, e fornecer subsídios para contribuir com a ciência geográfica.

Pretendeu-se investigar a temática, proposta que esteve amparada no estudo do método dialético e na técnica de estudo de caso. No caso do método dialético, com ele se pôde, primeiro, compreender o campo a partir das contradições geradas internamente no modo capitalista de produção via sistema cooperativismo e, segundo, para a pesquisa de campo, a técnica do estudo de caso se enquadra com a abordagem qualitativa, que é frequentemente utilizada para a coleta de dados na área de estudos organizacionais.

Nesse caminho metodológico, trilhado, portanto, pelo método dialético, sujeito e objeto são intrínsecos: o sujeito se constrói/transforma, construindo/transformando, e, ao mesmo tempo, o objeto, que, uma vez em construção, ou já construído, sendo este fruto do trabalho humano, influencia as ações do sujeito (SPOSITO, 2010).

Essa concepção, trazida para a ciência geográfica, pode ser exemplificada pela relação sociedade/natureza: os homens produzem historicamente o espaço e este se torna produto social; quanto ao espaço produzido, por sua vez, condiciona a práxis dos homens, sendo, portanto, o condicionante.

As contradições expressam pares dialéticos (e não apenas dualismos), e esses pares devem ser analisados criticamente, como a territorialização do cooperativismo na perspectiva integradora das dimensões política, econômica e cultural no sistema tridimensional (sociedade x espaço x tempo) da territorialidade (RAFFESTIN, 1993). Assim, portanto, entender as relações do cooperativismo desenvolvido pela Cooperativa Lar em seu território e em suas ações políticas na territorialização do Oeste do Paraná, do Oeste de Santa Catarina, do Sul do Mato Grosso do Sul e do Leste do Paraguai são objetivos fundamentais desta pesquisa. Essas relações estão postas em diferentes escalas entre local, estadual, nacional e internacional, e o entendimento dessas escalas se apoia nas chamadas tessituras territoriais.

A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2002), responde a questões particulares. Ela se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, e nesse tipo de abordagem são destacados motivos, crenças, valores e atitudes, com aprofundamento das relações, dos processos e dos fenômenos que são particulares e não podem ser reduzidos a operações variáveis. A pesquisa qualitativa trabalha predominantemente com dados que não são expressos em números. Segundo Tesch (1990), os dados qualitativos incluem informações não expressas em palavras, como pinturas, desenhos, fotografias, vídeos, filmes, trilhas sonoras, entre outras fontes. Considera, portanto, a existência de relações dinâmicas entre o mundo real e os sujeitos, possui características descritivas e utiliza o método indutivo e, nesse caso, o processo é o foco principal.

Nesse sentido, não poderia deixar de fora a participação observante, posto que, de acordo com Gold (2003), o participante-observador busca objetivar sua realidade e sua condição dando forma à pesquisa acadêmica com metodologia específica. O observador participante é o pesquisador que vai ao campo para realizar uma investigação. Assim, nesse caso, o objetivo não é a participação, mas a observação. Segue-se, portanto, que, terminada a observação, a participação é também interrompida.

O estudo de caso, por sua vez, enfatiza a interpretação do contexto e utiliza várias fontes de informação para construir quadros reais e completos, com as definições claras e precisas sobre o tema. Segundo Yin (1994), o estudo de caso se adapta quando o investigador é confrontado com situações complexas, de tal forma que essa complexidade dificulta a identificação das variáveis consideradas importantes. Assim, para responder a um “Como?” ou a um “Por quê?”, o estudo de caso é útil. Também é útil quando o objetivo é descrever, analisar, apreender a dinâmica ou o programa/processo do fenômeno a que se acede diretamente, de forma profunda e global. O estudo de caso trabalha, portanto, os aspectos específicos de um fenômeno e suas decorrências.

Por conseguinte, e de acordo com as fontes de informação, foram selecionados estudos analíticos que revelem a territorialização e a expansão da Cooperativa Lar no Paraguai, utilizando vários procedimentos de coleta da pesquisa, como dados comparativos e ou com abordagens de pesquisa qualitativa.

As referências bibliográficas para a presente proposta de pesquisa podem ser apresentadas em grupos, como: i) referências para a abordagem teórica e a sustentação da hipótese do trabalho; ii) referências específicas sobre o cooperativismo e a atuação das agroindústrias; e iii) referências com dados primários (a serem obtidos nas fontes que serão objeto de pesquisa).

Assim, as questões propriamente cooperativistas foram estudadas nos ideais literários de Diva Benevides Pinho (1966; 1982; 2008), de Elpídio Serra (1995; 2003; 2009; 2013) e de Maria Domingues Benetti (1982; 1989; 2010), tudo acompanhado do conceito de território/rede de bases ideológicas ancorado em Claude Raffestin (1993).

No item que trata da metodologia, fontes mais específicas (primárias ou secundárias) também foram mencionadas para visualizar os procedimentos e os materiais de pesquisa a serem utilizados, fontes tais como: i) MARIN, Roberto, com “Lar na História: os 40 anos da Cooperativa Agroindustrial Lar” (2005); ii) SETTI, Eloy Olindo, com “Uma História de Cooperação, Atitude e Amor – Lar 50 anos” (2014); iii) livros de atas, revistas, jornais locais/regionais e jornais estaduais, e em entrevistas estruturadas e semiestruturadas (com perguntas abertas e fechadas); iv) o “Informativo Cotrefal” e a “Revista da Lar”; v) documentos fornecidos por prefeituras municipais e por bibliotecas públicas; vi) Ministério da Agricultura; vii) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); viii) Instituto Paranaense de

Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES); ix) bancos de dados existentes na Universidade Estadual do Oeste Paranaense (Unioeste); x) prefeituras municipais de Medianeira, de Missal e outras do Paraguai; xi) Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA); xii) Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); xiii) técnicos, cooperados da Cooperativa Lar e gerentes da Lar Paraguai; xiv) lei do cooperativismo (Lei Federal nº 5.764/1971); xv) Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); xvi) Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); xvii) Cooperativa Lar; e xviii) Lar Paraguai.

Os instrumentos metodológicos em primeiro nível da pesquisa são os documentos, cadastros, revistas de desempenho, relatório e balanço Cooperativa Lar do ano de 2000 a 2015, livros da história da cooperativa de 2005 e 2015, entre outros.

Ainda terão espaço, na pesquisa, resultados da participação observante e entrevistas semiestruturadas realizadas com cooperados, com não cooperados e com gestores da cooperativa – informantes-chave para a investigação.

A pesquisa de campo foi estruturada da seguinte maneira: entrevistas com os cooperados fundadores da Cooperativa Agroindustrial Lar seguidas de entrevistas com o gerente geral da Lar Paraguai (empresa que pertence à cooperativa estudada) – primeiramente com o gerente geral da Lar Paraguai, em Ciudad del Este, e, posteriormente, com os gerentes das oito unidades existentes no Paraguai, para, em seguida, entrevistar os responsáveis pelo Projeto Iguazu de Cooperativismo, que foi o responsável por determinar os territórios das cooperativas no Oeste do Paraná. Os instrumentos metodológicos visam entender como foi definida a territorialização da Cooperativa Lar no Brasil e como se deu a sua territorialização no Paraguai.

Trata-se de entrevistas aplicadas aos dirigentes da Cooperativa Lar e a seus cooperados fundadores e aos gerentes das unidades do Paraguai, bem como ao presidente e ao vice-presidente da Cooperativa Lar e funcionários (*vide* Apêndice A e Apêndice B, juntamente com o Apêndice C – com o termo de consentimento de cada entrevistado e também o Apêndice D – com o termo de autorização do presidente da Cooperativa, Irineo da Costa Rodrigues). Sendo assim, as entrevistas semiestruturadas foram desenvolvidas da seguinte forma: foram realizadas conversas informais com alguns cooperados, aleatoriamente, na assembleia geral da Cooperativa Lar em 2014 para servir de parâmetro para as demais entrevistas.

Depois foram realizadas entrevistas com os cooperados fundadores da Cooperativa Lar, numerados pela ordem de entrevista e totalizando três entrevistados. Em seguida foram entrevistados funcionários da Cooperativa Lar, totalizando dois entrevistados. O vice-presidente e o segundo vice-presidente da Cooperativa Lar também foram entrevistados. Foram também entrevistados o gerente geral da Lar Paraguai, seguido dos gerentes das unidades da Lar Paraguai, totalizando nove entrevistados. Para entender o Projeto Iguazu de Cooperativismo, foi entrevistado o extensionista que implantou o projeto na Cooperativa Lar. Isso está detalhado no Apêndice E. Para o levantamento de dados foram realizadas visitas à Cooperativa Lar em Medianeira, com o assessor de imprensa Roberto Marin, e com o gerente geral da Lar Paraguai. Posteriormente foram visitadas os cooperados fundadores em Missal, a Cooperativa Lar em Medianeira e as unidades da Lar Paraguai, no Paraguai.

Diante dos aportes para a pesquisa, a observação local não pôde ficar restrita à descrição das diferenças e ou das propriedades singulares. Faz-se necessário dispor de condições para proceder a comparações e a reconstituições possíveis dos problemas em outras escalas.

Seguindo essa construção teórica, entende-se que a interpretação territorial do cooperativismo empresarial no Oeste do Paraná, isso acompanhado da territorialização para o Leste do Paraguai, no âmbito do Método Dialético, é bastante sólida em sua capacidade explicativa da realidade. Especificamente, entender a Cooperativa Lar inserida na complexa rede de formação territorial permite apontar os sujeitos envolvidos nesse processo.

No decorrer da vivência da temática aqui em questão foram aguçados aspectos de análise das territorialidades do cooperativismo no Oeste do Paraná até sua territorialização no Paraguai. Assim, na tentativa de estudar o tema e de desenvolver análises a ele pertinentes, surgiram ideias relacionadas à territorialização³ da Cooperativa Lar no Paraguai e como se apresentaram as formas de relações de poder, sua configuração e materialização das territorialidades.

³ Raffestin (1993) trata a questão da territorialização como uma característica individualista do território, afirmando que cada sistema possui sua própria territorialidade, local onde os indivíduos e as sociedades vivem. Essa territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais, e tem a mesma natureza de todas as relações, sendo considerada a “face vivida” da “face agida” do poder.

Pensar a sua territorialização numa perspectiva integradora que congrega a dimensão econômica, política e cultural, é, no mínimo, instigante.

2 A TERRITORIALIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL

Este capítulo apresenta as bases históricas e políticas do cooperativismo e busca caracterizar a formação de associações cooperativistas no Brasil, com ênfase no Sul do país. Isso implica delimitar o território, mostrando a dinâmica dos mecanismos utilizados pelo Estado na construção e nacionalização das fronteiras do país através do projeto “Marcha para Oeste”, do governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951 - 1954), que, neste caso, buscava a formação de grupos de pessoas voltadas para o trabalho e o desenvolvimento econômico. Segue-se que merece destaque a atuação do poder público por meio de leis e de planos de desenvolvimento.

O Estado projetava, intervinha, criava e recriava ações no sentido de avançar em direção a novas áreas coloniais, transformando-as em espaços produtivos para a implantação da modernização da agricultura nas pequenas e nas médias unidades produtivas. As estruturas cooperativistas serviram de mediação nesse sistema. O processo modernizante está amparado no tripé dos interesses dos capitais nacionais, internacionais e do Estado. Com esse processo, o rural consolida a dependência do setor urbano-industrial, formando empreendimentos entrelaçados entre as cooperativas/empresas no território.

2.1 O MOVIMENTO COOPERATIVISTA: PRECURSORES

Resgatar iniciativas passadas do movimento cooperativista europeu servirá de embasamento para apresentar o raciocínio do desenvolvimento do cooperativismo posterior implantado no Brasil. Embora, semanticamente, as palavras “cooperação”, “cooperativa” e “cooperativismo” derivem do verbo “cooperar” de origem latina em *cooperare* (*cum* e *operare*), que significa trabalhar com alguém, Pinho (1966) assegura que são conceitos distintos, sendo a cooperação uma ação conjunta com o mesmo objetivo, enquanto o cooperativismo significa sistema, doutrina e, enfim, cooperativa diz respeito a uma entidade ou a uma instituição em que as pessoas cooperam objetivando o mesmo fim.

O cooperativismo é a doutrina que visa estabelecer um movimento para a renovação social mediante a cooperação, enquanto as cooperativas representam aqueles que visam, em primeiro lugar, fins econômicos e educativos, para construir sociedades de pessoas organizadas em bases democráticas e que tendem não só a

suprir seus membros de bens e de serviços, como também realizar determinados programas educativos e sociais (PINHO, 1966). De acordo com a Lei nº 5.764/1971, em seu capítulo II e artigo 4º, “As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviço aos associados”. As cooperativas que se apresentam como “alternativas” acabam atuando como empresas econômicas, assumindo conduta empresarial na sua gestão. Acabam por desenvolver valores típicos de organizações privadas, incorporando procedimentos como a busca de profissionalização da gestão e a eficiência empresarial, vivenciando o dilema entre os imperativos empresariais e os princípios cooperativistas, que serão destacados adiante.

O cooperativismo teve suas origens no século XVIII para XIX na Europa, especialmente na Inglaterra e na França. Serviu como espaço de defesa dos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho em consequência da Revolução Industrial, que estruturou o capitalismo, reproduzindo as categorias dominante *versus* dominado.

Nesse cenário, o cooperativismo europeu, inspirador do cooperativismo brasileiro, surge como uma estratégia de sobrevivência atrelada à constituição de um projeto político que faz a mediação da relação proletária ao liberalismo do capitalismo competitivo (RIOS, 1987).

Embora diversas tentativas tivessem ocorrido sem os resultados esperados, foi em 1844 que, pela primeira vez, uma cooperativa conseguiu colocar em prática, com relativo sucesso, o conjunto de teorias cooperativistas. Isso ocorreu com a cooperativa de Rochdale, denominada “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale” (HECH, 2000) e que é reconhecida como a primeira cooperativa moderna do mundo. Essa sociedade começou com a reunião de 28 tecelões para comprar coletivamente produtos de primeira necessidade, inclusive alimentos, assim respondendo ao desemprego e aos baixos salários em Manchester. Tal cooperativa inspirou a formação das demais cooperativas nos moldes de cooperativa de consumo (PINHO, 1977). Em seu estatuto, os princípios de funcionamento e estrutura se tornaram referência para a elaboração dos fundamentos da Doutrina Cooperativista, defendidos pelo mundo e ainda em vigor na atualidade. A Doutrina Cooperativista é entendida como conjunto dos princípios, valores e identidade do

cooperativismo embasado na cooperação e na necessidade de agregação que está introduzida nos Princípios Cooperativistas.

O cooperativismo surgiu como um sistema formal, caracterizado por relações simples, que serviam para organizar os grupos sociais com objetivos e interesses comuns, amparado nos princípios de ajuda mútua e de controle democrático da organização pelos seus membros, nesse caso, desenvolvendo o caráter de proprietário/usuário por seus associados (SCHNEIDER, 1981). Seus fundamentos são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. O cooperativismo pioneiro buscava corrigir os desajustes provocados pela territorialização do capitalismo, interpondo-se na tentativa de evitar a exploração do homem pelo homem. As cooperativas assim definidas, além de suprirem seus cooperados com acesso a bens e serviços, buscavam também pôr em prática determinados programas educativos e sociais, programas esses caracterizados por uma sociedade de pessoas e não de capital, sem interesses lucrativos, mas com fins econômico-sociais (PINHO, 1966).

O Quadro 1 evidencia que as reações sociais canalizadas pelo cooperativismo se desenvolveram no seio da realidade econômico-social, com grupos de pessoas inconformadas com a opressão social e que passaram a buscar meios de organizar a classe operária com base nos tradicionais parâmetros da ajuda mútua e da solidariedade.

Mesmo havendo experiências cooperativas e associativas em períodos bastante distantes, como mostra o Quadro 1, com P. C. Plockboy (século XVI), e apesar de ser uma tentativa de cooperação, o cooperativismo estava em construção, e, de fato, essa e outras propostas similares não passam de manifestações de sociabilidade características do homem enquanto um ser social e que permeiam toda a história da humanidade. Desse modo, o ato de cooperar pode ser entendido como qualquer ato ou ação de colaborar com outras pessoas em qualquer formação socioeconômica, mas não deixa de ser construção para desenvolver o cooperativismo no universo capitalista.

Quadro 1 – Precusores do cooperativismo

Precusores do cooperativismo	<p>P.C. Plockboy (séc. XVI) — Propõe uma sociedade sem explorados e nem exploradores, na qual se manteria integralmente a propriedade privada, mas a exploração e o consumo dos bens deveriam ser submetidos ao regime “cooperativista”. Propunha seguir a lógica da "cooperação integral" por classes de trabalhadores, condenando a exploração do trabalho pelo capital. Na época, porém, não foi desenvolvido o sistema cooperativista proposto.</p>
	<p>Jonhn Bellers (1654-1725) — Difundiu o sistema de ajuda mútua e da ajuda própria, defendendo que a riqueza de uma nação é constituída pelo trabalho e não pelo dinheiro. Procurava eliminar intermediários para produzir e comercializar seus produtos.</p>
	<p>Robert Owen (1771-1858) — Busca eliminar os intermediários para elevar o preço da mercadoria e valorizar a mão de obra. Defendeu a criação de uma sociedade comunista com o fim da propriedade privada.</p>
	<p>Willian King (1785-1865) — Surgimento da cooperação. Defendeu que a cooperação faz o trabalho sair de mero contribuinte frente ao capital e verifica que a ausência de decisões e a falta de meios impedem que os trabalhadores se emancipem. As virtudes da Igreja se unem à cooperativa para formar a moral do “homem”, no fundamento do amor ao próximo e a si mesmo. Também propõe o combate ao alcoolismo, inserindo o sentimento de servir e de economizar para se tornar senhor de si mesmo, na lógica de que “todo capital é produto de trabalho”.</p>
	<p>Charles Fourier (1772-1837) — Propôs a instalação de cooperativas integrais e duas dimensões: a primeira, a falanges: comunidades que explorariam coletivamente a terra, dividindo o resultado entre os trabalhadores; e a falanstério: é o conjunto de falanges, dotado de infraestrutura de apoio aos trabalhadores (refeitórios, bibliotecas, sala de aula, etc.). Formariam, portanto, as cooperativas singulares e plurais e, tanto numa quanto noutra, não haveria chefe e cada trabalhador seria suprido de acordo com suas necessidades.</p>
	<p>Philippe Buchez (1796-1865) — Defendia que a classe trabalhadora deveria ajudar a si mesma. A cooperativa agruparia operários de um mesmo tipo de profissão e os associados dariam à cooperativa as ferramentas de que pudessem dispor para o seu funcionamento. Assim, com o tempo, o capital iria aumentar de acordo com a acumulação natural. Surgiu aí a <i>pro rata</i> de 80% e a Conta Capital de 20%.</p>
	<p>Louis Blanc (1812-1882) — Defendia que a sociedade tem comprometimento de assegurar a cada cidadão a oportunidade de trabalho. O Estado deve ter ideologias socialistas e deve suprir as necessidades da sociedade.</p>

Fonte: (SERRA, 2009). Organizado por Marilúcia Ben dos Reis

Os socialistas utópicos (John Bellers, Robert Owen, William King, Charles Fourier, Philippe Buchez e Louis Blanc), que idealizaram o sistema cooperativista, concebiam que a organização social comunitária seria a forma de resolver os problemas econômicos e sociais do proletariado, contribuindo para o surgimento do cooperativismo moderno.

O movimento cooperativista levou à constituição de cooperativas especializadas e, segundo Pinho (1982), foi sendo tendenciado o seu desvirtuamento, isso em decorrência de problemas resultantes da própria evolução da cooperativa, que deixou de ser simples associação mutualista para se transformar em complexa organização social, incorporando os problemas da empresa capitalista moderna.

Uma empresa cooperativa, embora inspirada no ideal da democracia direta, muitas vezes acaba por ser constituída como uma complexa sociedade, tecnicamente diferenciada e burocraticamente administrada, remodelando-se e desvirtuando-se dos seus princípios básicos.

O cooperativismo surgiu com o intuito de amenizar a exclusão social e prevê que esta não ocorra no funcionamento das cooperativas. Segundo Iron (1997), com o desenvolvimento do pensamento em torno do cooperativismo, surgiram princípios que foram incorporados aos estatutos das cooperativas, mas que são alterados para se adaptar às mudanças ocorridas na sociedade, no tempo e no espaço.

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) foi fundada em Londres em fins do século XIX. Depois, em 1937, ela estabeleceu sete princípios básicos, princípios que fazem parte do estatuto das cooperativas até a atualidade. São eles: adesão livre, o controle democrático, retorno ao *pro rata* das operações realizadas, juros limitados ao capital, neutralidade política e religiosa, transações a dinheiro e educação dos membros. Esses princípios podem ser observado no Quadro 2, que destaca os princípios cooperativistas com breves considerações a respeito de cada um, considerações essas baseadas nos seguintes autores: Pinho (1966), Iron (1997) e Ilha (2005).

Constata-se que os princípios do cooperativismo estabelecem algumas diferenças entre as empresas de capitais e as cooperativas de gestão de pessoas, mas que essas ações não são suficientes. Nesse sentido, as cooperativas se modificam e se tornam cada vez mais competitivas no mercado. A dialética desse sistema é justamente a contradição entre os seus ideais e as suas práticas, em

razão dos arranjos que se constroem mediante a inserção das cooperativas agropecuárias nas relações capitalistas de produção e de trabalho vêm provocando o desvirtuamento dos princípios cooperativistas.

As cooperativas agropecuárias atualmente operam com empresas privadas ou com terceiros, descaracterizando o ato cooperativista, centrada na relação exclusiva praticada entre cooperativas e cooperados ou entre cooperativas de acordo com a Lei Federal nº 5.764/1971, em seu artigo 79. Segundo Serra (2005), o cooperativismo vem sofrendo transformações a ponto de não se ter como separar uma cooperativa de uma empresa privada comum, isso devido à aproximação entre os segmentos privado e coletivo e é nesse sentido que estarão sendo aprofundadas as análises da territorialização da Cooperativa Lar.

Existe uma ideologia específica manifestada no conjunto de regras para as relações interpessoais, profissionais e sociais das pessoas que pertencem ao sistema cooperativista. Essa manifestação apresenta relações dialéticas contraditórias entre o idealizado e a realidade concreta. Assim, ocorre que as cooperativas agropecuárias passaram a se preocupar mais em concorrer com empresas privadas capitalistas do que em prestar serviços a seus cooperados e passaram a se vincular mais com o modelo agrícola voltado ao mercado externo do que com a produção de gêneros do mercado interno (SERRA, 2005).

Os princípios de cooperativismo são baseados nos pioneiros de Rochdale e estão estritamente relacionados a experiências cooperativas de consumo de uma época. Então as contradições estão contidas justamente nas diferenças de época, de ambiente, de objetivos e de ideologias diversas que apresentam distinção entre o ideal que orienta o cooperativismo e a ação que se apresenta na atualidade da prática cooperativista. Sobre isso, Ferrinho (1978) contribui dizendo que a flexibilidade dos princípios cooperativos é essencial para que as diferentes possibilidades culturais possam ser consideradas e incorporadas pelas cooperativas na dinâmica de sua atuação.

Quadro 2 – Princípios Cooperativistas da ACI: comparativo entre os anos de 1844, 1937, 1966 e 1995

Rochdale 1844	Congresso de 1937	Congresso de 1966	Congresso de 1995	
Adesão livre	Adesão livre	Adesão livre	Adesão voluntária e livre	Estabelece que o cidadão tenha liberdade para associar-se a uma cooperativa, desde que esteja apto e ciente de seus deveres, responsabilidades e direitos dentro da organização. Da mesma forma é livre para se desligar, desde que tenha apresentado um motivo plausível, que não seja de ordem pessoal, como se beneficiar do dinheiro investido na cooperativa, para evitar fuga em massa de cooperados em momentos de crise.
Gestão democrática	Gestão democrática	Gestão democrática	Gestão democrática e livre	Nas cooperativas organizadas democraticamente, são as pessoas que regem seu funcionamento e o social predomina sobre o capital. Nas cooperativas, cada sócio equivale a um voto, independentemente do valor do seu investimento. Para Iron (1997), é que são eleitos os líderes que administram as decisões e diretrizes a serem cumpridas por todos.
Retorno “pro rata” das operações	Juros limitados ao capital	Taxas limitadas de juros ao capital	Participação econômica dos membros	Juros limitados para evitar o endividamento das cooperativas, assim obtendo o controle da gestão administrativa.
Juros limitados ao capital	Retorno proporcional às operações	As sobras eventuais pertencem aos cooperados.	Autonomia e Independência	No cooperativismo, o capital é secundário e o social exerce o controle. Para Iron (1997), nas cooperativas o capital não tem vontade, pois são as pessoas que organizam o capital e é o trabalho que arrenda o capital.
Vendas a dinheiro	Neutralidade política, religiosa e racial	Neutralidade social, política, racial e religiosa	Educação, formação e informação	Estabelece aos sócios a liberdade de política e de religião, mas muitas vezes deixam bem claro qual partido apoiam, não sendo diferente na religião, pois que, de acordo com Pinho (1966), na prática, os componentes de uma seita religiosa organizam cooperativas para o contentamento das necessidades de seus membros.
Educação dos membros	Transação a dinheiro	Ativa cooperação entre as cooperativas, em plano local, nacional e internacional	Intercooperação	Não se enquadra na realidade da maioria das cooperativas, principalmente nas de grande porte, pois, segundo Ilha (2005), se tornaria impossível no mundo moderno pensar em vendas e compras exclusivamente à vista. Para Pinho (1966), o princípio é meramente circunstancial, nascido das dificuldades financeiras enfrentadas pelas cooperativas que vendiam a crédito, antes de 1844.
Cooperativização global	Desenvolvimento do ensino em todos os seus graus.	Constituição de um fundo para a educação dos cooperados e do público em geral.	Interesse pela comunidade.	Tem como objetivo o bem-estar e a inclusão social do cooperado, formando-o como indivíduo para a educação como um todo. O princípio é praticado por parte das cooperativas através de um fundo criado para essa função, qual seja, o FATES (Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social), que visa dar fomento à educação, formação e treinamento dentro das cooperativas. Isso, segundo Iron (1997), acaba por beneficiar as próprias cooperativas, que, muitas vezes, encontram dificuldades com o despreparo dos associados para a cooperação, já que a vida os prepara ao capital. O FATES e o Fundo de Reserva se constituem em um capital indivisível, sendo destinados a esse fundo pelo menos 5% das sobras.

Fonte: (PINHO, 1966; IRON, 1997; ILHA, 2005). Organizado por Marilúcia Ben dos Reis

No percurso feito pelo cooperativismo para se desenvolver no seio das relações sociais do capitalismo ocidental, de acordo com Serra (1986), as cooperativas foram sendo gestadas para vários fins, como: i) gerar mercado de trabalho e absorver mão de obra ociosa; ii) garantir a subsistência dos trabalhadores; iii) combater a relação de submissão do trabalho ao capital; iv) eliminar intermediários nas transações comerciais; v) minimizar custos nas compras e maximizar lucros nas vendas de produtos ou mercadorias; vi) difundir princípios cristãos; vi) e combater alcoolismo, para que a mão de obra se tornasse apta para sobreviver no mercado que se transformava com as territorialidades⁴ que o capitalismo provocava e provoca.

A educação cooperativista desempenha a “[...] interiorização do social pelos indivíduos, superando-se a situação de simples soma de autointeresses para se produzir a identidade grupal” (FRANTZ & SCHÖNARDIE, 2007, p. 13). Assim, portanto, nas organizações cooperativas, a educação serve para implantar valores da cooperação para o fortalecimento das cooperativas.

Considerando tais situações, a cooperativa pode ser posicionada a partir dos pontos de vista político, econômico e social. As modificações dos princípios cooperativistas estão atreladas à territorialização do capital no campo. Com as territorialidades desenvolvidas pelo sistema capitalista, pequenas propriedades se tornam alvo dos Planos de Desenvolvimento Nacional e são atingidas pelas leis ancoradas no processo de modernização da agricultura. Tendo em vista que as leis e os Planos de Desenvolvimento constroem o cooperativismo, então serão aqui tomados como base de análise teórica e abordados a seguir.

2.2 A TERRITORIALIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO NO ÂMBITO LEGAL

Mesmo considerando as características específicas de gestão e de organização das cooperativas agropecuárias no Brasil, foi de fundamental importância o papel do Estado na expansão do cooperativismo agropecuário. Um conjunto de medidas permitiu a formação de cooperativas voltadas para atividades agroindustriais em decorrência da modernização da agricultura, assunto a ser debatido a seguir.

⁴ A “territorialidade humana” é definida, segundo Raffestin (1993, p. 160), como “[...] um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”.

No Brasil, podem ser definidos dois grandes momentos em relação ao movimento cooperativo. O primeiro representa as cooperativas tradicionais e mais antigas, formadas em meados do século XX, que são organizadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), com foco econômico e estabelecidas no mercado, e, por outro lado, estão as chamadas cooperativas sociais, que fazem parte da Economia Solidária, que possui Secretaria Especial no governo federal e fica vinculada ao Ministério do Trabalho, portanto com foco social.

O cooperativismo no Brasil se consolidou a partir do surgimento do sistema OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), que promove o setor mediante a representação sindical, presença política, informação, monitoramento e promoção social. As leis e os programas de governo denominados I, II e III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) formaram as tessituras do cooperativismo empresarial para mediar a modernização do campo que até então era tido como espaço de atraso para o país.

De acordo com a mencionada OCB, o cooperativismo surgiu no Brasil em 1889, com a cooperativa chamada Sociedade Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em Ouro Preto, estado de Minas Gerais, e foi se expandindo, com diversos ramos, para outros estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Segundo Pinho (1982a), mesmo no período anterior a 1888 haviam surgido intenções de implementação do cooperativismo, dado que a maioria da mão de obra era escrava e alguns poucos trabalhadores europeus sentiam a necessidade de organizar associações mutualistas e reivindicativas, isso em razão de que, na sociedade, marcadamente patriarcal, a mão de obra livre não dispunha de amparo previdenciário nem trabalhista.

Os imigrantes, principalmente alemães e italianos, que chegaram ao Brasil com a experiência adquirida em seus países de origem, começaram a formar Organizações Comunitárias, principalmente na região Sul do país, para resolverem problemas relacionados à produção, ao consumo e ao crédito. As cooperativas de crédito e de consumo são as principais nos primeiros anos do século XX, mas logo deram lugar, em termos de importância, às cooperativas agropecuárias. Apesar do estilo rural, foi no setor de consumo e de crédito dos centros urbanos que se formaram as organizações cooperativas, como mostra o Quadro 3.

Quadro 3 – Primeiras cooperativas brasileiras

COOPERATIVA	ANO	ESTADO
Cooperativa de Consumo dos Empregados da Cia. Paulista de Campinas	1887	São Paulo
Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto	1889	Minas Gerais
Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica de Limeira	1891	São Paulo
Cooperativa Militar de Consumo	1894	Rio de Janeiro
Cooperativa de Consumo de Camaragibe	1895	Pernambuco
Caixas Rurais Raiffeisen	1902	Rio Grande do Sul

Fonte: (PINHO, 1982a; OCB, 2014). Elaborado por Marilúcia Ben dos Reis

Com a Proclamação da República no Brasil (1889), as terras devolutas e a responsabilidade de colonização passaram para os estados. No Rio Grande do Sul desenvolveu-se a imigração espontânea e a colonização particular. Logo o Planalto Gaúcho foi transformado em zona colonial, com a instalação das novas colônias a partir de iniciativa pública e privada, colônias essas atraídas pelas possibilidades de exploração do comércio de terras.

Foi nesse cenário que surgiu em Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul, em 1912, a *Volksverein* – Sociedade União Popular, para apoiar os imigrantes alemães católicos após a sua chegada da Europa. É desde então que o cooperativismo mantém relações muito próximas com o aspecto religioso. Essa sociedade foi idealizada pelo jesuíta suíço, radicado no Brasil desde 1885, padre Theodor Amstad. O principal objetivo da associação era o de congregar os descendentes de imigrantes alemães, incentivando-os para uma vida comunitária intensa e ativa, sob os parâmetros da solidariedade cristã, que os conduzisse ao desenvolvimento das comunidades nos aspectos religioso, social, político e econômico. Nesse sentido, os padres da Igreja Católica serviram como um instrumento de “Reforma Agrária”, para ampliar a fronteira agrícola brasileira em favor dos imigrantes alemães e de seus descendentes no Brasil. O *Volksverein* buscou formas autônomas de desenvolvimento, formas que representariam a conquista da liberdade e da cidadania dos teuto-brasileiros e a legitimidade social da Igreja, incrementando, fomentando e territorializando a educação, a difusão cultural, a assistência social, o cooperativismo de crédito e organizando novas colônias.

O modelo de desenvolvimento no Brasil era agroexportador, marcado pela exportação como variável exógena, que gerava importante parcela da renda nacional, e também pelas importações, que supriam significativamente parte da demanda interna. As normas cooperativistas estavam então contidas no contexto constitucional, no Código Civil e em uma legislação especial, que é a Lei das Sociedades Cooperativas. Primeiro as sociedades cooperativas foram formadas e somente depois elas foram reguladas por lei. Agora merecem destaque as Constituições Federais brasileiras e sua influência no cooperativismo.

A Constituição Federal de 1824, a primeira após a proclamação da independência nacional, não faz referência ao cooperativismo, em razão de que se trata de uma fase embrionária da nacionalidade brasileira. Posteriormente, o ato que deu origem à Constituição Federal de 1891 foi a Proclamação da República em 1889. A Constituição aborda o cooperativismo, mais especificamente, em seu artigo 72, parágrafo 8º, autorizando e reconhecendo o direito de associação em sindicatos e cooperativas por parte de trabalhadores.

Alguns autores consideram esse momento brasileiro como pré-cooperativo, e que o progresso da prática cooperativa no Brasil tem marco efetivo a partir de 1932, motivado pelo estímulo do poder público central reconhecendo o cooperativismo como instrumento de reestruturação das atividades agrícolas — principalmente depois da crise de 1929 —, sob a ótica agroexportadora e também pela promulgação da lei básica do cooperativismo brasileiro, em 1932, passando a definir melhor as especificidades daquele movimento diante de outras formas de associação (PINHO, 1996).

As primeiras referências ao cooperativismo na legislação brasileira foram no início do século XX e diziam respeito às primeiras cooperativas agrícolas e de crédito rural. Segue o Quadro 4, que representa as mudanças legislativas do cooperativismo no Brasil.

No Centro-Sul do Brasil surgiam ótimas experiências cooperativas trazidas pelas colônias europeias, como as cooperativas de crédito e de consumo, ao lado das cooperativas agropecuárias com controle estatal. Em 1906, surgiram as cooperativas agrícolas também no Rio Grande do Sul, fundadas geralmente por imigrantes de origem alemã e italiana, que traziam as territorialidades no trabalho associativo dos seus países de origem e buscavam acabar com os intermediários na comercialização das safras agrícolas.

Quadro 4 – A legislação brasileira referente ao cooperativismo no Brasil

Principais Leis e Decretos do Cooperativismo no Brasil	Características
Decreto 799/1903	Marco inicial do cooperativismo no Brasil.
Decreto 1.637/1907 – revogado em 1932	Não continha normas específicas para o cooperativismo.
Lei 4.984/1925 e o Decreto 17.339/1926	Organiza as Caixas Rurais Raiffeisen e os Bancos Populares Luzzatti.
Decreto 22.239/1932 – revogado em 1934, reestabelecido em 1943, revogado em 1943 mesmo, e reestabelecido em 1945 até 1966. Promulgado Decreto-Lei 59/1966	Consolidação parcial do cooperativismo. Consagra e classifica os princípios cooperativistas. Constitui a lei fundamental do cooperativismo no Brasil.
Decreto-Lei 59/1966, regulamentado pelo Decreto 60.597/1967	O cooperativismo passa a sofrer maior controle estatal e a perder parte dos estímulos fiscais.
Revogado o Decreto-Lei 59/1966 em 1971	Período conhecido como <i>Centralismo Estatal</i> .
Lei 5.764/1971	Renovação da estrutura cooperativista.

Fonte: (PINHO, 1982b). Elaborado por Marilúcia Ben dos Reis

Em 1907, o movimento cooperativista ainda era fraco, mas passou a ganhar expressão com os chamados defensores de associações cooperativas e sindicais, dentre eles cabendo mencionar Joaquim Inácio Tosta, Wenceslau Belo, Carlos Alberto de Menezes e Cristiano Cruz, que acabaram elaborando um projeto de regulamentação que originou o Decreto nº 1.637/1907, revogado 25 anos depois, substituído pelo Decreto nº 22.239/1932, este formulado por Adolfo Gredilha, Fábio Luz Filho e Saturnino Brito, agora amparados nos princípios do *rochdaleanismo*.

De acordo com Vera Lúcia Oliveira Daller (2006, p. 8-9), em a “Evolução do Cooperativismo no Ministério da Agricultura”,

Com o crescimento do número de cooperativas, a Diretoria assumiu a responsabilidade de fiscalização e defesa das modalidades clássicas, Raiffeisen e Luzzatti, pelo **decreto nº 17.339, de 2 de julho de 1926**, de conformidade com o **art. 40 da lei nº 4984, de 31 de dezembro de 1925**. Essa lei foi conquistada pelos interessados para atrair as cooperativas de crédito amparadas no **decreto nº 1637, de janeiro de 1921**, que criava a fiscalização bancária sobre as cooperativas, vistas pela Inspeção Geral dos Bancos como casas bancárias comuns, com fins puramente mercantes.

O Decreto de 1932 ordenou o cumprimento do cooperativismo baseado no Rochdalismo, dando maior liberdade de formação e funcionamento ao cooperativismo. Em 1933 a 1938 houve a tentativa de suspender a lei, porém não houve sucesso. No período de transição do primeiro decreto para o segundo, cabe informar que, em 1920, as cooperativas de erva-mate e madeira assumiram

destaque na economia paranaense, enquanto no Rio Grande do Sul eram fundadas cooperativas de produtores de leite e de suínos e, também, de madeireiros.

Em 1930, o Estado começou a interferir na dinâmica e funcionamento das cooperativas, iniciando a incorporação de medidas para planejar o novo modelo econômico. Assim, o Estado passa a desenvolver relações de poder que resultaram em ações coordenadas axiomáticas de reprodução e de acumulação de capital privado.

A partir das Revoluções Constitucionalistas de 1930 e 1932 surge a Constituição Federal de 1934. Essa Constituição aprofunda o tratamento destinado ao cooperativismo. Um dos principais destaques é a garantia da liberdade de associação e a não dissolução das sociedades cooperativas. Segundo Serra (2013, p. 7), “Toda uma legislação começa a ser criada para ajustar as cooperativas já fundadas e fomentar o surgimento de novas cooperativas às políticas públicas gestadas em função delas”. O Brasil passa, nesse momento, para o modelo de desenvolvimento de substituição de importações e o cooperativismo vai auxiliar nesse processo. Isso fez com que as cooperativas passassem a ter parte de sua autonomia controlada pelo Estado. Assim, segundo Benetti (1988, p. 6), a intervenção do Estado no cooperativismo “[...] tem por objetivo apoiar não só as atividades propriamente cooperativistas, mas principalmente os setores produtivos agrícolas a ela vinculados”. O setor agrícola era tido como obstáculo para o desenvolvimento do país.

O então governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951 - 1954) dá início a um o sistema político-econômico voltado para o modelo agroexportador. Isso representa grandes transformações no setor agrícola brasileiro, transformações essas iniciadas no Rio Grande do Sul com programas voltados para o desenvolvimento das pequenas unidades de exploração familiar. Em tal conjuntura, o Estado passa a apresentar crescente regulamentação das relações econômicas, abrangendo, desde as relações de trabalho até o cooperativismo. Segundo Silva et al. (2003), as cooperativas agropecuárias se destacaram no movimento cooperativista brasileiro, tendo em vista que a própria estrutura econômica do país era eminentemente agrícola.

Nos anos de 1930 a 1950, a estrutura econômica basicamente agrícola se alterou. Esse novo período ficou marcado pelas crises internacionais (a começar

pela queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929) e, então, a oligarquia agrária cafeeira e do modelo agroexportador que vai estruturar o modelo industrial.

A política de substituição de importações foi baseada na internalização do Departamento de Bens Básicos, que, segundo Graziano da Silva (1998), é chamado de D¹ (Departamento produtor de bens de capital e insumos para a agricultura, que são: setor industrial urbano, bens para lavoura, internacionalizar a produção). Trata-se do modelo, segundo Tavares (1972), que consiste na passagem de uma economia “para fora” dos ciclos agroexportadores para uma econômica “para dentro” da indústria. O caminho vai sendo aberto para a função econômica do espaço urbano com a importação das fábricas de tratores e a fixação de capital externo no país. Segundo Serra (2013, p. 17), o novo modelo econômico voltado à substituição de importações busca

[...] acumulação de capital internacional; incentivo a uma política de desenvolvimento industrial voltada à produção de bens duráveis; aceleração do desenvolvimento do Complexo Agroindustrial (CAI), com a participação de capitais nacionais e internacionais.

Nesse sentido, na relação dialética entre o Estado e cooperativismo, segundo Benetti (1988), o cooperativismo é o instrumento institucional utilizado pelo Estado para o repasse das políticas de fomento às atividades agropecuárias. O Estado necessitava sair da grande depressão criada pela crise de 1929 e transformar o rural, que dependia essencialmente da exportação do café, para um rural diversificado e moderno. Ainda segundo Benetti (1988, p. 8), esse grupo de políticos

[...] transformava o cooperativismo num instrumento de intervenção estatal na sociedade agrária e numa instituição com funções substitutivas do Estado capitalista [...], transformando o cooperativismo em uma instituição corporativa para fomentar o processo de modernização da agricultura. O Estado não dispunha de condições ou de formas políticas de planejamento e desenvolvimento para assegurar o processo de modernização em todo o território nacional, contudo a ação cooperativista no Sul do país, mais especificamente no oeste paranaense, foi de grande relevância para o crescimento, expansão e ajuda mútua de seus cooperados.

Com a territorialização política do capital, o cooperativismo passou a ser configurado como alternativa “dentro” do sistema e não mais como alternativa “ao” sistema (SERRA, 1986). Isso mostra que o processo histórico do cooperativismo agropecuário brasileiro seguiu as diretrizes de políticas econômicas adotadas pelos governos ao longo do século XX.

A Lei Federal nº 23.611/1933 instituiu o consórcio profissional cooperativo, instrumento jurídico que regulariza a situação dos sindicatos fundados. O artigo 1º permite aos profissionais-cooperativos (agrários, proletários, liberais e funcionários públicos) a realização de suas finalidades econômicas em cooperativas de consumo, de crédito, de produção e modalidades derivadas. O início do governo militar do presidente Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954) marca o ato da Constituição Federal de 1937. Essa Constituição garantiu a liberdade de associação e atribuiu aos Estados competências para legislar nos pontos que não foram contemplados pelo legislador federal. O modelo cooperativista até 1937 foi chamado, segundo Benetti (1988), de cooperativismo corporativista, era regido pelo Decreto nº 23.611/1933, em razão de se tratar de um movimento tenentista⁵ que adotava o modelo corporativista do sindicalismo cooperativista baseado no fascismo italiano de Mussolini⁶.

No governo do presidente Getúlio Vargas foram desenvolvidas políticas para o fortalecimento da pequena unidade produtiva para aumentar a diversificação na agropecuária. Segundo Benetti (1988), esse governo acreditava que a solução da questão agrária se resumiria no fortalecimento da pequena produção agrícola, porém o principal problema da pequena produção seriam os comerciantes e o despreparo profissional dos camponeses. Então, o Estado volta-se para políticas econômicas e sociais para resolver o problema da comercialização da produção através do cooperativismo e de programas de ensino profissionalizante para combater a desqualificação profissional.

Na década de 1960, com a reforma bancária, promovida pelos governos do regime militar, reforma essa baseada na Lei Federal nº 4.595/1964, o cooperativismo de crédito declinava e necessitava ser reestruturado, sendo que, a partir de então, muitas cooperativas foram extintas. Em 1966 foi instituído o Decreto-Lei Federal nº 59/1966, depois regulamentado pelo Decreto Federal nº 60.597/1967, que criou o Conselho Nacional do Cooperativismo e revogou as leis anteriores. A Constituição Federal de 1967 foi marcada pela influência e pelo controle do Estado em relação às

⁵ Para aprofundar análise sobre o movimento tenentista, verificar: CARONE, Edgard (Org.). **O tenentismo**. Rio de Janeiro: Difel, 1975.

⁶ Mussolini foi um dos fundadores do fascismo, baseado no nacionalismo, corporativismo, sindicalismo nacional, expansionismo, progresso social e anticomunismo, combinado com a censura de subversivos e de propaganda do Estado. Para maior aprofundamento sobre o tema, ler a obra de CARONE, Edgard (Org.). **O tenentismo**. Rio de Janeiro: Difel, 1975.

cooperativas. Nesse caso, o Estado autorizou a formação das cooperativas e controlou os atos praticados pelas cooperativas, provocando o declínio do cooperativismo. Nesse último decreto mencionado, em seu artigo 5º, as cooperativas podiam adotar qualquer gênero de serviços, operações e atividades.

Com a normatização, o cooperativismo foi submetido a um maior controle estatal e perdeu parte de estímulos fiscais. Esse período ficou conhecido como *centralismo estatal*. Segundo Serra (2013), o cooperativismo se submete ao controle do Estado na implementação ou alteração de políticas, porém paga um preço por isso, uma vez que as cooperativas recebem recursos financeiros.

O CAI estruturado no início de 1960, principalmente o dos estados do Sul e do Sudeste, passa a se sustentar, segundo Serra (2013, p.17),

[...] em três pilares interdependentes: a montante o setor responsável pela produção de bens para o setor agrícola (tratores e outras máquinas agrícolas), ao centro uma agricultura altamente tecnificada e a jusante a indústria de transformação ou agroindústria, segmento que passaria a ter a efetiva participação das cooperativas.

Nesse contexto, segundo Delgado (1985), surgiram e se fortaleceram as multicooperativas, apresentando-se similares às demais empresas controladas por grupos empresariais, embora dadas as diferenças, segundo Costa (1992), que se distinguem pela definição de cooperativa, por se tratar de uma associação de pessoas e não de capital.

Com a Constituição Federal de 1988 aconteceu o renascimento e a expansão do cooperativismo, dado o novo texto constitucional, que, em seu artigo 5º, inciso XVIII, prevê a liberdade de associação e a criação das sociedades cooperativas, sendo vedada a interferência do Estado em seu desenvolvimento. Ainda nessa Constituição – atualmente em vigor –, em seu artigo 146, inciso III, é promovido o ato tributário diferenciado em relação às cooperativas.

No artigo 174 da Constituição de 1988 é normatizado o papel do Estado como agente fiscalizador, incentivador e planejador para o setor público e privado, e determina que o ato cooperativo seja incentivado e fomentado por meio de outras leis e de outras políticas públicas. O artigo 187 trata da política agrícola, que deve ser planejada e executada com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como os setores de comercialização, de armazenagem e de transporte, levando em conta o

cooperativismo e outros tipos de serviços. Por sua vez, o artigo 192 insere as cooperativas de crédito no sistema financeiro internacional. Com essas normativas e as mudanças do setor agroexportador o país, planeja medidas direcionadas ao desenvolvimento do CAI e, conseqüentemente, cria condições para a formação das multicooperativas, que então vão alavancar o setor agroexportador.

As diversas normas instituídas para dar um novo formato ao cooperativismo nacional acabaram por culminar, em 1971, na Lei Geral do Cooperativismo (Lei Federal nº 5.764/1971), no governo do presidente Médici (1969 – 1974), lei que renovou e fixou o princípio cooperativista baseando-se principalmente na diminuição da intervenção estatal. A Lei Geral do Cooperativismo manteve as linhas doutrinárias anteriores, mas ampliando/adaptando seu campo de atuação e flexibilizando a modernização estrutural, o que possibilitou às cooperativas brasileiras atuarem como empresas modernas e dinâmicas, transformando-as nas chamadas “multicooperativas”. Nesse período ocorreu a reestruturação, permitindo a definição das especificidades das cooperativas no Brasil, muito embora tenha perpetuado a ingerência do Estado no funcionamento dessas organizações. Nessa lei, foi criado um órgão de representação, ao nível nacional – a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) – e as Organizações Estaduais de Cooperativas (OCEs), como representação em cada unidade da federação.

Assim, a Lei Geral do Cooperativismo, de 1971, define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, sendo suas disposições distribuídas em 18 capítulos, estes assim intitulados: 1. *Da Política Nacional de Cooperativismo*; 2. *Das Sociedades Cooperativas*; 3. *Do Objetivo e Classificação das Sociedades Cooperativas*; 4. *Da Constituição das Sociedades Cooperativas*; 5. *Dos Livros*; 6. *Do Capital Social*; 7. *Dos Fundos*; 8. *Dos Associados*; 9. *Dos Órgãos Sociais*; 10. *Fusão, Incorporação e Desmembramento*; 11. *Da Dissolução e Liquidação*; 12. *Do Sistema Operacional das Cooperativas*; 13. *Da Fiscalização e Controle*; 14. *Do Conselho Nacional de Cooperativismo*; 15. *Dos Órgãos Governamentais*; 16. *Da Representação do Sistema Cooperativista*; 17. *Dos Estímulos Creditícios*; 18. *Das Disposições Gerais e Transitórias*. Essa é, portanto, a lei que rege o cooperativismo até a atualidade. O legislador imprimiu nessa lei o cooperativismo como estratégia para o desenvolvimento do país e, para isso, reconhece a existência de um sistema cooperativista nacional com natureza jurídica constitucionalmente formalizada.

O cooperativismo agropecuário vem apresentando importante crescimento no Brasil e no mundo todo. Nos últimos anos esse cooperativismo tem se dedicado à agroindustrialização da produção, para agregar valor à produção de seus cooperados. Com isso se abre o leque de serviços que a cooperativa oferece aos seus cooperados, oferecendo desde assistência técnica, armazenamento, assistência educacional e social, e também o beneficiamento e a comercialização da produção.

Assim como as leis caminham para a formação do cooperativismo empresarial, as políticas macroeconômicas também são direcionadas para esse fim.

2.3 O COOPERATIVISMO NO BRASIL E AS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS

As análises em relação ao cooperativismo no Brasil seguirão em relação às políticas macroeconômicas iniciadas pelo Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social de 1963, em que o rural vai sendo ressignificado e seguir os ditames do setor urbano industrial.

O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social – 1963 a 1965, elaborado por Celso Furtado no governo do presidente João Goulart (1961 - 1964) não pôde ser implementado em sua totalidade, uma vez que foi interrompido pelo governo militar iniciado em abril de 1964. O referenciado plano objetivava, de forma geral, combater a inflação e implantar uma reforma de base (agrária, eleitoral, universitária, bancária e legislativa sobre o capital estrangeiro, sobre a vida urbana e a realidade tributária). No que diz respeito ao cooperativismo, objetivava fortalecer e ampliar a ajuda financeira ao sistema de crédito cooperativo pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. (BNCC), disponibilizando CR\$ 20 bilhões do Fundo Nacional de Empréstimos Rurais para financiamento de cooperativas. Com isso, o governo atingiria seus objetivos de disponibilizar crédito para facilitar a adoção de novas técnicas e assistência técnica às propriedades rurais através do Departamento de Promoção Agropecuária.

A saber, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi o primeiro plano econômico elaborado pelo governo militar após 1964 até 1966. Esse programa objetivava combater a inflação, diminuir as desigualdades regionais, reformar o sistema financeiro nacional, aumentar os investimentos em infraestrutura e atrair investimentos externos. Nesse período foi dada atenção às cooperativas agrícolas

pelas questões relacionadas à segurança alimentar. O cooperativismo ficou atrelado às estratégias do Estado na égide da modernização conservadora⁷.

A injeção de capital através do cooperativismo serviu para a mecanização da agricultura e, assim, foi possível ampliar e diversificar as exportações, passando a serem introduzidos outros produtos, como soja, óleos vegetais, sucos e frutas, bem como carne de aves e de bovinos. Isso representou, para o país, a competitividade do setor agrícola no mercado externo (SERRA, 1986). Assim, o Brasil passou a intensificar a industrialização sob a égide do capital internacional.

Em 1965 foi iniciado o processo de modernização da agricultura em São Paulo e no Rio Grande do Sul, para, em 1970, avançar em direção ao Paraná juntamente com a erradicação de grande parte dos cafezais da época. Em 1975, o Paraná utiliza as cooperativas como estratégia para “resolver” as crises nas lavouras de café. Assim, nesse caso, as cooperativas surgem para a solução das crises dos produtos e não dos produtores (SERRA, 1986).

Houve, no caso brasileiro, mudanças significativas quando o Complexo Rural⁸ deu lugar ao CAI. Segundo Moreira (2004), no Complexo Rural os setores eram especializados, enquanto agricultura, indústria e serviços eram separados pelos setores primário, secundário, terciário e quaternário e espaciais em cidade e campo. Por sua vez, no CAI, agricultura, indústria, serviço e pesquisa tecnológica se fundem em uma mesma estrutura de produção e de trabalho e passam a se relacionar no plano estrutural e no internacional como um corpo global, fundidos na mesma estrutura empresarial e espacial em rede. O CAI é o conjunto de operações que reúne a produção/distribuição dos insumos rurais, o armazenamento/ processamento/ distribuição dos produtos agrícolas.

⁷ São considerados aqui os elementos econômicos, políticos e demográficos. No que diz respeito ao elemento econômico, de acordo com Guimarães (1977, p. 3), a modernização conservadora “[...] tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária”. Já se tratando da esfera político- econômica dos terratenentes e a burguesia nacional, Azevêdo (1982, p. 24) diz que a modernização conservadora está alicerçada nas velhas classes dominantes “[...] através da revolução passiva, de caráter elitista e autoritário, promovendo transformações do alto”. Isso causaria o empecilho de acesso das classes sociais ao centro de decisões do Estado. Para a questão demográfica, segundo Martine e Garcia (1987, p. 61), “[...] o modelo de modernização conservadora do regime militar atendeu aos interesses que promoviam o pacote tecnológico da revolução verde, em meados da década de 60, em que se acentuou o significado da migração rural-urbana e da concentração em cidades cada vez maiores”.

⁸ No Complexo Rural, a agricultura era conhecida como tradicional, pois não dependia da compra de insumos (sementes, adubos, fertilizantes, etc.), não estando interligada às indústrias. As fazendas, além de produzirem mercadorias para a exportação, também produziam as manufaturas e os equipamentos simples para produção, transportes e habitação. (BRUM, 1987).

Algumas cooperativas que desempenhavam papel mercantil passaram a atuar como industrializadoras, mas as mudanças não pararam por aí. O que antes se encontrava no campo (nas fazendas de café), como escola, igreja, cemitério, casa, etc., migra junto com a mão de obra (que foi substituída pelas máquinas) para a cidade, estreitando a relação entre o campo e a cidade.

Segundo Moreira (2004), há duas fases da Divisão Territorial do Trabalho (DTT) no Brasil. A primeira é quando o campo comanda a cidade, as indústrias estão voltadas para os bens de consumo, centradas na estrutura regional de economia agrária. Depois, a segunda é o comando da indústria sobre a agricultura e assim a cidade sobre o campo, marcando a integração industrial-mercantil do espaço nacional, formando a hierarquização polarizada, centrada no Sudeste.

Em 1969 foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Essa entidade substituiu a Associação Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e a União Nacional de Cooperativas (Unasco). A OCB assumiu a função de representar e centralizar as medidas relacionadas ao cooperativismo brasileiro, porém controlada pelo Estado. A OCB, assim, se credenciou para dar amparo legal a um novo formato para o cooperativismo empresarial no Brasil.

A Lei Federal nº 5.764/1971, que foi sancionada pelo governo do presidente Emílio Médici (1969 – 1974), definiu a política nacional de cooperativismo e criou o regime jurídico das sociedades cooperativas. Ali o cooperativismo passou a ser tratado como um ponto estratégico de desenvolvimento para o país. Para que o sistema cooperativo se desenvolvesse, o legislador procurou dar formas ao programa de política nacional de cooperativismo. Cabe ao Estado, nesse caso, a instância de coordenar e estimular o crescimento das cooperativas, devendo fazê-lo mediante assistência técnica e incentivos econômicos, objetivando criar, desenvolver e integrar as cooperativas.

Com a Lei Geral do Cooperativismo instituída e amparando as cooperativas para o desenvolvimento do cooperativismo empresarial, segue o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND – 1975-1979). Esse plano promoveu transformações no setor industrial e agrícola. No que diz respeito ao setor agrícola, deu continuidade ao processo de modernização e de internalização⁹ da agricultura, dando ênfase à grande empresa agropecuária como agente de ocupação econômica da fronteira

⁹ É a incorporação de certos padrões próprios do processo da modernização da agricultura.

agrícola e da exportação. Surge, portanto, um novo papel para a agricultura e a pecuária no país, com a produção de produtos industrializáveis, deixando de lado os produtos tradicionais para atender às necessidades do mercado mundial. A modernização da atividade agropecuária no Centro-Sul vinha acompanhada da atuação das empresas que comercializavam produtos resultantes dos pacotes tecnológicos, promovendo a expansão do consumo desses insumos próprios da modernização, através de créditos para a implementação e também expansão da agroindústria.

Nos anos 1970, o governo (em instância federal e estadual) investiu maciçamente na modernização da agricultura, e os cooperados e cooperativas eram contemplados com linhas de crédito para sustentar o novo modelo agrícola brasileiro. Essa modernização se desenvolveu no contexto da substituição de importações, contexto em que empresas multinacionais se encarregaram de desenvolver, no país, territorialidades que atendessem às suas necessidades e a preocupação era introduzir os “pacotes tecnológicos”. Para isso necessitavam de culturas específicas. Foi então que surgiu a territorialização da produção, primeiramente a do trigo e, na sequência, a da soja. Fleischfresser (1988) reforça isso dizendo que a soja foi uma cultura que atendeu à padronização e que poderia ser produzida em grande escala. Nesse caso, ela veio substituir as lavouras de café no Norte do Paraná e se desenvolveu também no Oeste paranaense, ampliando a fronteira agrícola e desenvolvendo territorialidades capitalistas no campo.

Para desenvolver o plantio e o consumo desses insumos, entendeu-se, na época, que seria importante a organização dos produtores agropecuários do país. As organizações dos produtores agropecuários estavam alinhadas com a doutrinação cooperativista, pois que, em concordância com a Lei, elas deveriam constituir o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES), que servia, entre outras coisas, para implantar/doutrinar o novo modelo agrícola que se formava nas unidades produtivas. Assim, o incentivo recaiu sobre as cooperativas, sendo elas incentivadas com o objetivo de congregarem “[...] os produtores em torno da monocultura que se iniciava, recebendo em troca armazéns doados pelo Governo Federal, via CIBRAZÉM – Companhia Brasileira de Armazenamento, para guardar o produto” (BAGGIO, 1983, p. 71).

De acordo com o II PND, o governo deveria apoiar as formas de organização dos produtores, com destaque para as cooperativas, que proporcionariam ganhos

em relação à compra e venda de insumos e produtos, assistência técnica para atender às novas exigências do mercado externo e a prestação de serviços, contribuindo assim para o desenvolvimento do CAI. Nesse contexto, o desenvolvimento das cooperativas agroindustriais contribuiu para incorporar a industrialização desses produtos padronizados e para territorializar o capitalismo no campo, isso ocorrendo mediante a doutrinação de seus cooperados para o consumo dos produtos de multinacionais.

O financiador do cooperativismo empresarial, portanto, é o Estado, que procedeu a essa intervenção através do crédito agrícola. O cooperativismo vem com o discurso de diminuir as disparidades sociais, de desenvolver pequenas propriedades de terra com base na ajuda mútua e, assim, estas ficam atreladas à comercialização e transformação dos produtos agrícolas. Surge a verticalização no interior das cooperativas, que acabam atuando no início e no fim do processo produtivo e determinando as atividades que serão desenvolvidas nas unidades produtivas, seguindo lógicas capitalistas, (re)produzindo a subordinação do modelo agrícola ao setor urbano-industrial, assim subordinando os cooperados à política do Estado e das cooperativas.

Segundo Pinho (1982 d), as cooperativas agrícolas se desenvolvem no fim da década de 1970 pela necessidade de combater a inflação e a crise energética. O país volta-se, portanto, para a agricultura, investindo na produção de álcool proveniente de produtos vegetais, e também para a construção de hidrelétricas. Nesse caso, necessita gerar energia para ter êxito em seus objetivos em relação ao aumento da produção agropecuária voltada à modernização da agricultura.

O novo modelo agrícola é implantado no país calcado na desconcentração industrial e na modernização conservadora da agricultura. Nesse caso, as cooperativas começam a concorrer entre si para sobreviverem nesse sistema. Segundo Serra (1986), nas décadas de 1960 e 1970, as cooperativas foram novamente utilizadas pelo Estado como estratégia de intervenção no setor agrícola (no período do chamado "Milagre Brasileiro") para mediar a introdução da modernização agrícola. A cooperativa comercializa aquilo que a agricultura precisa para se modernizar – implementos agrícolas, tratores, colheitadeiras, insumos, etc.

O padrão agrícola brasileiro inicia a integração entre os setores secundário e terciário. As mudanças vão surgindo através de políticas de financiamento para compras de insumos e de máquinas, que causaram impactos socioeconômicos para

a sociedade brasileira, principalmente para os pequenos agricultores. Esse sistema resultou no direcionamento do consumo das propriedades rurais ao mercado e especialização da produção de acordo com as necessidades da indústria, que, por sua vez, introduz os conhecidos “pacotes tecnológicos”. A montante¹⁰ é a indústria fornecedora de bens de capital e de insumos e, a jusante, está a agroindústria processadora de matérias-primas agrícolas (soja, aves, suínos, entre outros).

O processo de adoção maciça de maquinários e de equipamentos modificou os espaços rurais, repercutindo em transformações no meio social, político, econômico e cultural, subsidiando novas dinâmicas dos meios de produção e a territorialização do sistema capitalista. Esse foi, porém, um movimento contraditório e desigual, gerando as tramas territoriais, territorializando e desterritorializando, mediante imposições de desenraizamento, de fluidez e de movimentação demográfica no espaço geográfico (SAQUET, 2007). As tramas estão calcadas na verticalização do sistema cooperativista e sua aproximação com as estratégias empresariais está amparada no modelo de produção urbano/industrial. Ocorre, portanto, o desenraizamento das estruturas do Complexo Rural para inserir estruturas do Complexo Agroindustrial. No sistema cooperativista/empresarial, esse movimento contraditório/desigual demonstra a complexidade da Divisão Social do Trabalho, que, nas relações capitalistas de produção, mantém produções não especificamente capitalistas, com lógicas de trabalho basicamente familiares. Segundo Saquet (2006, p. 77), esse sistema gera atividades “[...] multiformes e interligadas, a integração e a subordinação, enfim, as tramas territoriais”. Nesse processo, ao mesmo tempo em que as cooperativas promovem a eliminação do intermediário, elas se tornam o intermediário/empresarial, acabam por agilizar a subordinação de seus cooperados e se apropriam de parte da riqueza gerada na prática agropecuária, através de relações mercantis próprias do CAI.

O desenraizamento do Complexo Rural territorializa em seu lugar o CAI, que, por sua vez, transforma as cooperativas em grandes empresas agroindustriais, dando lugar às multicooperativas de fábricas, transporte, escola, etc., que se fecham para o associativismo, voltando-se para o Estado (SERRA, 1986). Com essas mudanças, as cooperativas se tornam híbridas, segundo Serra (2013), mantendo relações com associados, com não associados e com terceiros, contabilizando

¹⁰ GUIMARÃES (1979) é um pesquisador que se dedica a explicar as noções crescentes das relações que ocorrem com a indústria a montante e a jusante do processo produtivo.

sobras e, ao mesmo tempo, lucros empresariais, que foram se (re)estruturando a partir da mudança na base técnica de produção. As cooperativas híbridas se tornam empresas agroindustriais e, para manter o agigantamento empresarial, necessitam tratar com cooperados e terceiros promovendo relações desigualmente/combinadas comandadas por multinacionais.

De acordo com o III Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (III PND - 1980-1985), o governo atendeu prioritariamente, mediante as políticas setoriais, o setor da agricultura, o do abastecimento, o energético e o social. A política, de acordo com o III PND/1980-1985, objetivava:

- (i) dar ênfase aos alimentos básicos e produtos de exportação atendendo às pequenas e médias unidades;
- (ii) descentralizar as ações políticas para o setor privado, governos estaduais e municipais;
- (iii) aumentar a disponibilidade de produtos agropecuários básicos, para torná-los acessíveis às famílias de menor renda;
- (iv) ampliar as pesquisas relacionadas ao solo, sementes e estimular o consumo de fertilizantes e outros insumos modernos, visando à adoção de tecnologias apropriadas;
- (v) criar sistema integrado de produção, armazenamento, transporte e comercialização para o abastecimento interno e externo; e
- (vi) regular os preços para o consumidor e para o produtor. Para alcançar esses objetivos, essa política incentivava:
 - a) padronização e classificação da produção para ampliar as negociações na bolsa;
 - b) formação de estoque;
 - c) integração dos transportes aos portos e abertura de novas fronteiras agrícolas;
 - d) sistema cooperativista;
 - e) desenvolvimento de mercado futuro; e
 - f) serviço de abastecimento às populações da periferia.

As políticas do III PND sinalizam o desenvolvimento da agricultura calcado no uso de produtos provenientes da modernização da agricultura, incluindo, de alguma forma, as pequenas e médias unidades produtivas. Acaba incentivando a padronização da produção para concorrer no mercado externo. Quanto ao

transporte, investe na formação de redes para abrir novas fronteiras agrícolas, estas interligadas aos portos, culminando na agricultura de exportação de produtos agropecuários. Assim, portanto, segundo Gregory (2002, p. 79), “As práticas políticas iam tecendo a identidade territorial e populacional através de rede de transportes, interligando as regiões com um centro administrativo”. A identidade territorial das cooperativas, nessa dinâmica, é de se distanciar de seus princípios cooperativistas para se aproximar dos valores e princípios empresariais, implantando pacotes próprios da modernização nas unidades produtivas. A identidade territorial dos cooperados é acompanhar as novas formas de produzir, amparados pelo novo sistema cooperativista, sistema que então assume o papel do intermediário.

A legislação brasileira incorpora os princípios do cooperativismo universal (ou, pelo menos, ocidental), conforme estabelecidos pelo seu órgão máximo de representação, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI)¹¹. Nesses princípios estão incorporados, de alguma forma, os da cooperativa de Rochdale¹², mas incluindo o sistema econômico brasileiro próprio do CAI. Quanto ao CAI, principalmente no Norte e no Oeste do Paraná, foram desenvolvidas adaptações empresariais que a legislação cooperativista nacional permite. Segundo Jacinto (2013), as transformações e o desenvolvimento do Oeste paranaense estão vinculados à dinâmica populacional juntamente com a organização do capital na área, com atuação do agronegócio e cooperativas, que, por sua vez, moldam o território pelos seus interesses e pelos interesses do capital internacional.

O cooperativismo agropecuário surge, nesse sistema nacional, como mediação ao processo de modernização da agricultura, fazendo a ponte entre as unidades produtivas rurais e o programa do Estado frente à utilização de modernas técnicas nas pequenas e médias unidades. O Estado, mediante políticas públicas, incentivos financeiros, leis e decretos, acaba por produzir um sistema de multicooperativas, sistema calcado em relações contraditórias, desiguais/combinadas.

¹¹ A Aliança Cooperativa Internacional foi fundada em 1895 e é um organismo mundial que tem como objetivo preservar e defender os princípios cooperativistas. Sua sede está localizada em Bruxelas, na Bélgica, e se organiza através de quatro sedes continentais: América, Europa, Ásia e África. Na América, a sede está localizada em San José, capital da Costa Rica.

¹² Princípios expressos no Quadro: Princípios Cooperativistas da ACI: comparativo entre os anos de 1844, 1937, 1966 e 1995.

O agronegócio acompanha e completa os CAIs e, segundo Stedile (2006, p. 17),

[...] é neoliberalismo da agricultura. Esse modelo neoliberal teve a sua amplitude também na agricultura. Selou-se uma aliança subordinada entre os grandes fazendeiros, os capitalistas, que se dedicam à exportação, com as empresas transnacionais que controlam o comércio agrícola internacional, as sementes, a produção de agrotóxicos e a agroindústria. O filhote desse matrimônio chamou-se agronegócio.

O agronegócio está estritamente relacionado à aliança do capital agropecuário internacional representado pela Associação Brasileira de Agribusiness ao modelo de produção agrícola fundado por Roberto Rodrigues, produtor de cana, soja e laranja.

Os formuladores do conceito de “agronegócio” foram Davis e Goldberg, em 1957. Para Fernandes (2008, p. 165),

[...] o agronegócio é um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças. [...] Compreendemos que essa condição confere às transnacionais do agronegócio um poder extraordinário que possibilita a manipulação dos processos em todos os sistemas do complexo.

Assim, portanto, o agronegócio integra o sistema agricultura/ indústria/ mercado/ finanças, formando um cooperativismo também amparado nesse mesmo modelo pelo qual são controladas pelas multinacionais.

Cada intervenção do Estado resulta no desenvolvimento de um modelo de cooperativismo do agronegócio e no consumo dos pacotes tecnológicos. Não é objetivo aqui, mas, para deixar registrado, vai a seguinte consideração: A soja e o milho se tornaram o principal produto de exportação no Brasil e essas culturas, além da alimentação humana, servem para a produção de energia e de alimento para os animais criados em confinamento, tudo para atender às exigências do agronegócio consumidor de venenos, que teve suas origens na Revolução Verde.

Como mencionado, a prática de modernização da agricultura foi amplamente amparada e desenvolvida pelo Estado mediante políticas que trouxeram prejuízos sociais/ambientais equivalentes. Um exemplo disso foi a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural em 1965 e que vinculava o crédito ao consumo de insumos químicos pelos agricultores. Segundo esse critério, apenas recebia financiamento quem consumisse produtos químicos próprios da modernização. Em

1975, de acordo com o II Plano Nacional de Desenvolvimento, foi a criação do Programa Nacional de Desenvolvimento, que objetivava criar empresas nacionais e a instalação de subsidiárias de empresas transnacionais de insumos agrícolas para facilitar a disseminação dos produtos químicos no país (LONDRES, 2011).

O consumo de agrotóxico está estritamente ligado às culturas da soja e milho principalmente. Segundo Bombardi (2012), a soja responde por 47,1% do consumo utilizado no Brasil, enquanto o milho fica em segundo lugar, com 11,4%, seguido da cana-de-açúcar, com 8,2%. A soja e o milho (principais produtos da Cooperativa Lar) respondem por 58,5% de consumo de agrotóxicos no Brasil. Esses mesmos agrotóxicos estão nas mãos de empresas de capital estrangeiro, empresas como a Syngenta (Suíça), a Dow Chemical (Estados Unidos), a Bayer (Alemanha).

Segundo Bombardi (2012), os estados brasileiros em que ocorrem as maiores vendas de agrotóxicos são conhecidos como celeiros dos produtos do agronegócio. Em primeiro lugar está Mato Grosso, com 18,9%, em segundo está São Paulo, com 14,5%, e, em terceiro, está o Paraná, com 14,3%, o que evidencia a conexão entre agrotóxicos e agronegócio.

Esse é o modelo em que a política econômica neoliberal está ancorada e injeta investimentos onde o uso de agrotóxicos tem sido responsável por milhares de mortes nas últimas décadas, em que 1900 casos de morte por intoxicação por agrotóxico foram registrados entre 1999 e 2009 e entre 2001 e 2011 sinalizaram 1500 casos de intoxicação, segundo estudos de Bombardi (2012).

A agropecuária, no capitalismo, mantém relações dialéticas entre o Estado e o modo de produção, que culmina, em parte, na destruição ecológica, onde o alimento é pura e simplesmente mercadoria. Esse é o modelo, doente, de produção de alimentos em que a cooperativa estudada está inserida. Na sua área de abrangência e atuação se produzem alimentos com veneno proveniente de pesticidas tóxicos, com prejuízo para a saúde dos consumidores, além de outros prejuízos acumulados no processo de produção.

Assim, portanto, se segue com o desenvolvimento de “uma economia para fora dos ciclos agroexportadores” para “uma economia para dentro da indústria”, modelando/transformando a estrutura produtiva brasileira em conformidade com os ditames do capital internacional. Esse sistema congrega o setor urbano industrial, bens para lavoura e internalização da produção, formando o CAI, complexando o sistema cooperativista, pois o que antes era uma associação mutualista agora se

tornou uma complexa organização social e que incorpora os problemas das empresas de capital modernas.

2.4 A TERRITORIALIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO NO PARANÁ

Este item busca apresentar as origens das cooperativas paranaenses. Trata-se de um cooperativismo ainda mais recente que o de outras partes do país e está relacionado ao processo de colonização ocorrido no Paraná e iniciado ainda na primeira metade do século XX. As primeiras cooperativas instaladas no estado estão estritamente ligadas à migração e às fases da economia paranaense. Pretende-se entender as tramas e os atores do cooperativismo no Paraná com ênfase na região Oeste, destacando os caminhos que o cooperativismo percorreu, especificando os projetos que foram importantes para o desenvolvimento paranaense.

O cooperativismo agropecuário no Paraná foi sendo construído baseado nos ciclos econômicos: madeira, erva-mate, café, algodão, trigo, soja, leite e, mais recentemente, carnes, agroindústria e exportação. O Oeste do Paraná está, portanto, ligado ao cooperativismo, que, por sua vez, foi desenvolvido em forma de rede e ancorado na industrialização dos produtos agrícolas aqui produzidos.

O cooperativismo regional percorreu os seus caminhos sobre pelo menos dois trilhos, quais sejam, o do desenvolvimento da agricultura propriamente dita (baseado em compra e venda de produtos) e o da agroindustrialização das matérias-primas regionais, este último processo geralmente iniciado a partir da compra de massas falidas industriais anteriores. De acordo com Seifert Júnior (2004, p. 137), “[...] historicamente o Estado do Paraná caracterizou-se pelo fato de possuir economia voltada predominantemente à agricultura”. Essa característica vem acompanhada de agroindustrialização do setor alimentício na forma de *commodities*, agroindustrialização que foi sendo introduzida pelos Planos de Governo. Dentre as empresas que integram esse setor merecem destaque as cooperativas agroindustriais que operam com a comercialização de insumos e o processamento da produção, atuando nos diversos segmentos rurais, próprias do CAIs.

Assim, desde o princípio, as cooperativas de imigrantes foram muito importantes para a formação econômica paranaense. Essa cooperação inicialmente serviu para fixar o homem na terra, facilitando também a adaptação socioeconômica

e cultural, e, posteriormente, serviu para inserir esses migrantes no sistema econômico dominante – o capitalista.

2.5 AS PRIMEIRAS COOPERATIVAS

O cooperativismo anterior ao período de 1930 objetivava criar forças para negociar compras a juros baixos e venda da produção a preços justos. Para ilustrar esse tipo de cooperativismo, cabe lembrar que o ucraniano agrônomo Valentin P. Cuts organizou 14 cooperativas no Paraná no período de 1918 a 1930. As cooperativas do Paraná se desenvolveram, em grande medida, por grupos de descendentes de imigrantes oriundos de países europeus e asiáticos e isso inclui a cooperativa em estudo.

A partir de 1930, as cooperativas passaram a assumir um papel mais complexo, ou seja, o de servir para intermediar as relações entre imigrantes europeus, poder público e estabelecimentos de crédito. Segundo Serra (1995), a finalidade dessas cooperativas era a de organizar os sistemas de produção e de servir como elemento de apoio aos recém-chegados diante de uma série de situações adversas no novo ambiente sociocultural.

Os descendentes de imigrantes formaram uma estreita ligação com o cooperativismo principalmente no Sul e no Sudeste do Brasil. Algumas dessas entidades evoluíram para grandes empresas agroindustriais, como é o caso da Cooperativa Lar, que surgiu pela imigração de descendentes de alemães do Rio Grande do Sul, como se verá no assunto a ser tratado mais adiante.

Nessa história paranaense na primeira metade de século XX, o cooperativismo significativo que surgiu se baseou na produção e comercialização da erva-mate a partir de 1935 e, em especial, para solucionar os problemas de excesso de oferta da produção. Segundo Lima (1974), em 1943 foi criada, pelo governo federal, a Comissão de Organização de Cooperativas de Produtores de Mate (COCPM), que formou uma rede de cooperativas de mate, com isso objetivando evitar ou amenizar os efeitos da crise em que o setor vinha se debatendo. Em 1947, segundo Lima (1974), o cooperativismo do mate entrou em decadência devido ao excesso de produção, aos grandes estoques, à retração da demanda e também aos problemas internos das cooperativas relacionados à falta de organização e mau funcionamento. Esse plano cooperativista para o setor ervateiro, apoiado pelo

governo federal, não deu certo devido a outros problemas que vinham ocorrendo e, então, a economia ervateira foi perdendo terreno para os novos setores cooperativistas, que despontavam ancorados por novos produtos agrícolas, como café e, mais recentemente, trigo e soja.

As cooperativas de café datam do período de 1956 a 1960 e foram instaladas no norte do Paraná. Eram cooperativas baseadas em pequenas unidades produtivas, o que facilitou a organização dessa população em cooperativa. Ou seja, o dado importante nesse tipo de organização é que as cooperativas surgiram por iniciativa de seus próprios cooperados e que só posteriormente receberam incentivos governamentais pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC). Seguindo esse modelo, em 1964 o Paraná já contava com 39 cooperativas de cafeicultores e foram esses empreendimentos que vieram para solucionar, mas somente a curto prazo – como será tratado a seguir –, os problemas dos excedentes do café e, conseqüentemente, equilibrar o mercado e os preços (SERRA, 1995).

Os principais incentivos, como facilidade de crédito, despacho da produção durante todo o ano e armazenagem nas próprias cooperativas, foram essenciais para o crescimento desses empreendimentos no decorrer dos anos 1965 em diante e, principalmente, no decorrer dos anos 70. Nesse período, porém, o declínio das cooperativas de café passou a ocorrer de forma similar ao declínio ocorrido com as cooperativas do mate, sofrendo frustrações de safras e, sem maior consistência, por não terem encontrado solução para a crise, as cooperativas vão se exterminando.

Em síntese, em 1960 o cooperativismo era pouco expressivo no Paraná. Conforme relata Setti (2006), nesse ano o mundo estava preocupado com o abastecimento alimentar devido à carência de alimentos. Paralelamente a isso, o governo militar brasileiro pretendia estruturar e modernizar a economia, inclusive a agrícola. Então, o governo brasileiro via no cooperativismo um instrumento para auxiliar a modernização da agricultura e suprir a falta de alimentos. Como o país não contava com técnicos especializados, o governo brasileiro buscou apoio junto à Usaid¹³ (U.S. Agency for International Development) para desenvolver a agricultura e o cooperativismo. Devido a essas parcerias, chegou, em 1965, ao Paraná, o técnico especialista em cooperativismo Henry H. Gerber, que atuou junto ao Instituto

¹³ O Ministério da Educação (MEC) do Brasil e a United States Agency for International Development (USAID) implementaram uma reforma no ensino brasileiro de acordo com padrões impostos pelos EUA. Os acordos “MEC-USAID” foram implementados no Brasil com a Lei Federal nº 5.540/1968.

Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA)¹⁴ para assessorar o desenvolvimento do cooperativismo no Paraná, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Com a ajuda de Gerber e partindo da experiência norte-americana, foram esboçados os primeiros passos para o desenvolvimento do Conselho de Coordenação e Fomento do Cooperativismo do Paraná (Cofep) em 1966. Esse Conselho objetivava manter uma equipe que orientasse o desenvolvimento do cooperativismo no Paraná. Desde que chegou ao estado, Gerber participou de eventos com agricultores que tinham interesse em fundar cooperativas.

Apesar das tentativas mencionadas, foi em 1970 o grande impulso do cooperativismo paranaense, e isso ocorreu com a formação do projeto de desenvolvimento do cooperativismo mediante a união de forças entre do Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Associação de Crédito Rural do Paraná (ACARPA). Esses órgãos em 1970 formaram o Projeto Iguaçu de Cooperativismo, projeto que, mais tarde, serviria de modelo para o desenvolvimento do cooperativismo agropecuário no Brasil. Isso será tratado mais adiante com detalhes e foco na Cooperativa em estudo.

2.6 O OESTE DO PARANÁ E O COOPERATIVISMO

Para aprofundar o entendimento do Projeto Iguaçu de Cooperativismo, primeiramente é necessário deixar claro que a sua área de abrangência incluía o Oeste e o Sudoeste do Paraná, porém, neste trabalho, o destaque será para o Oeste paranaense.

O Oeste do Paraná é compreendido por 50 municípios, estes localizados em três microrregiões, sendo uma sediada em Toledo, outra em Foz do Iguaçu e outra em Cascavel. Não é objetivo aprofundar no conhecimento da história da região, porém cabe deixar registrado que toda essa grande área, historicamente ocupada por indígenas, depois também por espanhóis, pertenceu à Capitania de São Paulo e

¹⁴ Transformado em INCRA em 1970.

que, posteriormente, formou o Território Federal do Iguazu¹⁵. Nesse sentido, é importante frisar que ocorreu, como consequência desse processo, a desterritorialização das tribos indígenas.

Posteriormente, foi implantado na região o extrativismo da erva-mate e a retirada da madeira nobre ou madeira de lei – sem descartar alguma produção camponesa de subsistência. Dali em diante se seguiu o processo contemporâneo – iniciado em tempos do governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954) – caracterizado pela centralização do poder político e pela a modernização econômica, sobretudo após a crise de 1929, com a política de substituição de importações, isto é, a produção de maquinário industrial em território brasileiro, que resultou no desenvolvimento dos setores de siderurgia e metalurgia e também na chamada Modernização Conservadora.

As cooperativas agropecuárias do Oeste do Paraná, entre outras, surgem em 1960 e em sua fase inicial eram apenas mercantis. Na década de 1980 são inseridas no CAI.

O ponto de análise será desenhado a partir da década de 1960, quando, segundo Schallenberger (2001), se inicia a disseminação dos ideais cooperativistas no Oeste paranaense, que se desenvolveu ancorado nos ideais da Igreja. Com o lema da união entre pequenos para serem fortes, foi fomentado o desenvolvimento de redes de associações e cooperativas no Sul do Brasil no século XX e difundidos os princípios cristãos mencionados no primeiro capítulo. Aliada a isso, a colonização do Oeste paranaense e o desenvolvimento cooperativista ocorreu num momento de

¹⁵ Na década de 1940, Getúlio Vargas criou o Território Federal do Iguazu pelo Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, território que seria integrado pelo Oeste do Paraná, pelo Sudoeste do Paraná e pelo Oeste de Santa Catarina. A criação do Território Federal do Iguazu serviu de base para impulsionar o processo de migração em direção ao Oeste e Sudoeste do Paraná e também para consolidar a ocupação e a colonização dessa região. Esse decreto foi extinto em 1946, surgindo tendências nacionalistas para a criação do Programa “Marcha para Oeste”. No contexto da “Marcha para Oeste”, a ocupação das regiões de fronteira deveria criar condições mínimas de organização social, econômica e de segurança das regiões de fronteiras e de integrá-las em relação ao restante do país. Nesse sentido, a criação do Território também foi um ato de ocupação definitiva da faixa fronteiriça, rompendo o isolamento e serviu para afastar o perigo do domínio estrangeiro que rondava a região. Apesar do curto tempo de existência, o Território serviu como estímulo para que o governo estadual passasse a se preocupar com o atendimento das reivindicações da população da região Oeste, até então praticamente isolada do restante do Estado. Segundo Bernardes (1953), até a década de 1950 os camponeses do Rio Grande do Sul que se estabeleceram no Oeste do Paraná se mantiveram isolados do restante do estado devido à precariedade dos meios de transporte e, para sobreviver, desenvolviam principalmente a economia de subsistência, baseada no trabalho familiar e na pequena propriedade, que ficava aproximadamente nos 24 hectares de terra. Além do Aeroporto de Foz do Iguazu, a única ligação com o restante do Estado era uma rodovia não pavimentada que ligava Foz a Guarapuava.

transição entre a agricultura tradicional para moderna, fato que, segundo Gregory (2002), fez com que a fronteira agrícola se confundisse com os esforços institucionais do Estado e de órgãos públicos e privados para intensificar e acelerar o processo de modernização.

A agricultura familiar tornou-se mais complexa na sua organização produtiva, gerando a diversificação, que acompanhou novas formas de organização produtiva consolidadas com a territorialização política do capitalismo no campo. As mercadorias, com a introdução da modernização da agricultura, consistiam num fluxo de substituição de produtos de subsistência por pacotes tecnológicos (sementes selecionadas, de soja e de milho, principalmente, caracterizando a homogeneidade de produto e produção, venenos, agroquímicos e todo tipo de insumos agrícolas, maquinários e implementos agrícolas, entre outros), o que tornou o sistema produtivo muito mais complexo.

O setor agrícola desenvolveu a produção alicerçado na adoção de meios de produção de origem industrial, meios advindos de fora das unidades produtivas rurais e contrários ao Complexo Rural. Segundo Graziano da Silva (1998), a industrialização da agricultura originou a Revolução Verde, esta culminada em uma modernização “conservadora”, motivando a desterritorialização dos complexos rurais para a consolidação e a territorialização dos CAIs, assim formando as redes agroindustriais. Para Graziano Neto (1988), a modernização da agricultura é o processo de transformação capitalista da agricultura, processo esse vinculado às transformações gerais desenvolvidas na economia brasileira.

Assim, portanto, seguindo os ditames da modernização da agricultura, então se desenvolvem as cooperativas agrícolas do Oeste do Paraná, aliadas à tecnologia e à transformação capitalista. As unidades produtivas rurais, em decorrência, passam a se sujeitar à indústria a montante e a jusante do processo produtivo, perdendo sua autonomia, aumentando cada vez mais a dependência externa à unidade produtiva.

O cooperativismo do Oeste do Paraná tem perfil agroindustrial caracterizado por grupos de pequenas unidades produtivas, com base cultural comum, voltado para atividades agrícolas específicas, em sua maioria organizados em cooperativas singulares que se agrupam formando as chamadas de cooperativas centrais, assim

aplicando o sexto princípio¹⁶ do cooperativismo – o de intercooperação. Nesse processo formam redes que objetivam ganhos de escala e poder de barganha perante fornecedores e clientes. As cooperativas, por força dos ditames do CAIs, acabam sendo agentes de gestão desse território.

Para entender a Cooperativa Lar, que é agente do território oestino-paranaense, serão abordados os dados históricos de sua formação calcada no território político do Projeto Iguaçu de Cooperativismo, que deu a ela oportunidade de expandir seu território. Para se sustentar no sistema dos CAIs, a Cooperativa vai se resignificando e modificação sua área de abrangência.

¹⁶ Ver Quadro 1 - Princípios Cooperativistas da ACI: comparativo entre os anos de 1844, 1937, 1966 e 1995.

3 A FORMAÇÃO DA COOPERATIVAMISTA AGRÍCOLA SIPAL - COMASIL (ATUAL LAR)

Neste capítulo merecem destaque as tramas territoriais da Cooperativa Lar na formação de suas bases sociais homogêneas, tratando-se de migrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina que desenvolviam a produção de subsistência próprias do Complexo Rural. Todos, inicialmente, possuíam origem alemã com característica religiosa também homogênea – católica. Também está sendo destacada a colonização e o cooperativismo daquela demarcação territorial que formaram pares na década de 1960. As terras adquiridas nessa demarcação carregavam a imaterialidade (fazer cooperação e a fé) e a materialidade (suas formas de organização, suas construções) religiosa e cooperativista.

A Cooperativa Lar passou por sucessivas alterações em sua razão social, estando estritamente ligada às metamorfoses que foram ocorrendo no setor produtivo desde a sua formação – do Complexo Rural¹⁷ (quando desempenhava papel mercantil) para o Complexo Agroindustrial (desempenhando papel agroindustrial). Com a nova forma de produzir das lavouras, o Complexo Rural entra em crise no Paraná, abrindo espaço para a entrada do Complexo Agroindustrial. As formações dos CAIs estão ligadas às transformações ocorridas no interior do setor cooperativista – neste caso da Cooperativa Lar. Para desenvolver esse sistema ocorreu o agigantamento da Cooperativa em estudo, ampliando a sua territorialização, que passou de local para regional e, a partir daí, se tornou regional em rede, ampliando a comercialização de seus produtos no território brasileiro e no mundo. Nesse processo de territorialização, a Cooperativa Lar se tornou uma multicooperativa (com a verticalização da produção) e híbrida (atuando como cooperativa/empresa e cooperado/cliente). As metamorfoses desse sistema serão debatidas a seguir, acompanhando as transformações na estrutura organizacional da Cooperativa Lar, que estão comandadas pelos ditames do CAI.

¹⁷ De acordo com Serra, Complexo Rural é um sistema de produção agrícola em que as atividades-meio eram internalizadas na área de produção.

3.1 A TERRITORIALIZAÇÃO DA COOPERATIVA LAR E SUAS RAZÕES SOCIAIS SUCESSIVAS

Inicialmente, as relações entre cooperativa e cooperados eram bem próximas e se identificavam mais com as teorias originais do sistema cooperativista. Tratava-se de uma cooperativa de ação local para atender às necessidades dos recém-chegados migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina carregados de características do Complexo Rural¹⁸. A forma de produção desses produtores ainda em pequena escala e suas principais atividades se estabeleciam no comércio local com criação de porcos, galinha, leite, ovos, arroz, feijão, milho, etc., tudo em pequena escala e à base de troca. Nesse período se comprava terra com vara de porcos. As atividades internalizadas nas unidades produtivas, como a criação de porcos, era a forma de sobrevivências das famílias que ocupavam aquela região, que desempenhavam o início, meio e fim do processo produtivo.

O Complexo Rural, segundo Serra¹⁹ (2017), é um sistema de produção agrícola em que as atividades são internalizadas na área de produção. Nessas unidades produtivas, além dos espaços reservados para as lavouras de mercado, as unidades produtivas dispunham de espaços para a produção de gêneros de subsistência como arroz, feijão, milho, trigo, pomares com frutas, hortas, amendoim, mandioca, batata doce, etc., para a alimentação dos trabalhadores e de animais, como porcos, vaca de leite, galinha caipira, pato, ganso, pavão, etc., espaços para moradias, ferramentas e quando a área da unidade produtiva era extensa, existiam também a escola, a igreja, armazéns para a venda de produtos industrializados, etc. Nesse caso, as relações com os mercados urbanos eram muito frágeis, considerando que a agricultura era autossuficiente e dependia pouco dos mercados das cidades. Esse período é marcado pelo modelo de produção no Paraná em que as populações residiam muito mais no meio rural do que no meio urbano, razão pela qual a população rural era maior que a população urbana (SERRA, 2017). A Cooperativa Lar foi implantada como recebedora e repassadora de matérias-primas agrícolas, desempenhando papel mercantil, comercializando os produtos de subsistência das unidades produtivas com pouco índice de industrialização.

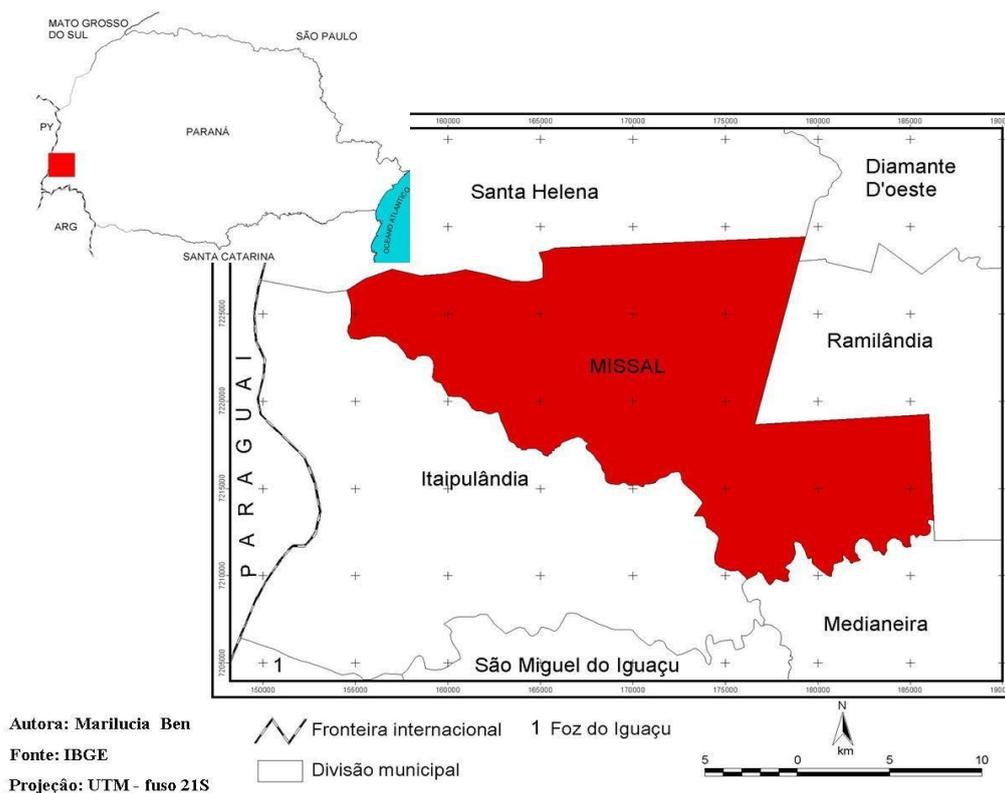
¹⁸ No contexto regional, o Complexo Rural, neste caso, está relacionado ao sistema de produtivo em que os meios de produção estão internalizados na unidade produtiva. Nesse sentido, os insumos eram produzidos no interior da própria unidade produtiva, abarcando o início, o meio e o fim do processo de produção.

¹⁹ Entrevista concedida, via e-mail, por Elpídio Serra (2017).

A situação muda, no Paraná, a partir da década de 1960, quando as lavouras tradicionais passam a ser substituídas pelas lavouras mecanizadas, no contexto da modernização da agricultura. Segundo Serra (2017), esgotado o modelo tradicional na década de 1960 no Paraná, as lavouras são modernizadas e as cooperativas foram levadas a acompanhar a modernização. Enquanto as lavouras passaram a consumir tratores, colheitadeiras e insumos químicos, as cooperativas passaram a implantar indústrias para atender à demanda dos cooperados.

A Cooperativa Lar, em sua fase inicial, em 1964, não era agroindustrial, muito menos possuía essa razão social, pois se tratava de uma cooperativa mercantil chamada Cooperativa Mista Agrícola Sipal Ltda. (Comasil), de abrangência local, e atuava no município de Missal, localidade que, na época, era distrito de Medianeira (no Oeste de Paraná), como mostra o Mapa 1.

Mapa 1 – Localização do município de Missal



Fonte: (IBGE, 2000). Elaborada por Marilúcia Ben dos Reis

A cooperativa em questão foi formada por descendentes de imigrantes católicos de origem alemã vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, o que constituía, portanto, uma base social bastante homogênea. No início, a cooperativa possuía

características singulares de recebimento e de repasse de matérias-primas produzidas pelos cooperados. Depois, porém, com a política de desenvolvimento do CAI, a Cooperativa Lar acaba por acompanhar esse processo, desempenhando o papel de romper com o intermediário, ou seja, ela se torna o intermediário e passa a atuar no início e no fim do processo produtivo até a comercialização da produção final. O que ocorre então é a fusão entre agricultura, indústria, serviços e pesquisa no sistema organizacional, operacional, produtivo/comercial, espacial/territorial da Cooperativa Lar – como será destacado a seguir.

A Cooperativa Mista Agrícola Sipal Ltda. (Comasil) foi fundada por 55 cooperados e possuía razão social específica, como mostra a Figura 1.

Figura 1- Razão Social: Cooperativa Mista Agrícola Sipal Ltda. (Comasil) 1964-1973



Fonte: (MARIN, 2005)

Seu fundador-presidente foi o padre José Backes, que também foi colonizador de Missal através da Sociedade de Incremento à Propriedade Agrícola Ltda. (SIPAL). A razão social da cooperativa em estudo unia o cooperativismo com a empresa colonizadora para a formação social/produtiva daquela demarcação territorial específica. A Cooperativa em estudo, portanto, surge para a solução de colonização daquela demarcação territorial e implementação dos projetos de modernização rumo aos setor urbano industrial. Segundo o Ipardes (1974, p. II/26), “As cooperativas foram organizadas a nível de pequenas comunidades, por vezes pela iniciativa da companhia colonizadora”. Foi esse o caso da Comasil, o que a própria razão social deixa evidente.

A cooperativa atuou na informalidade até ser registrada na Junta Comercial de Foz do Iguaçu sob nº 525, de 23 de julho de 1965. Essa cooperativa é considerada “singular” de acordo com a Lei Federal nº 5.764/1971, em seu Capítulo

III, artigo 6º, inciso I, pois essa classificação de “singular” corresponde às cooperativas:

[...] constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte pessoas) físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objetivo as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos.

O município de Missal foi constituído pelas tramas territoriais ajustadas entre o governo, o Estado do Paraná e a Igreja Católica, tudo mergulhado num universo de informações comandado pelos meios de comunicação da época (especialmente emissoras de rádio²⁰ e jornais impressos) e que disseminavam um modelo ideológico de produção urbano-industrial arregimentado pelo sistema cooperativista. A preexistente religiosidade e princípios de cooperação estavam imbricadas ao social-catolicismo e influenciaram diretamente o processo de colonização do Oeste paranaense, tendo sido fatores típicos também do específico processo do povoamento de Missal.

Missal é o município cujo nome vem inspirado pela Igreja Católica, uma vez que o termo “missal” é nome do livro católico que contém as rezas para as missas ou para outras cerimônias religiosas. Assim, o nome Missal simboliza, de alguma maneira, a origem religiosa daquela demarcação territorial. Naquela época inicial, de qualquer maneira, todos conheciam aquele território como Gleba dos Bispos ou como Terra dos Bispos, mas essa influência católica não é característica apenas de Missal. O assunto não será aqui aprofundado, pois não é esse o objetivo, porém, para deixar registrado, o Oeste do Paraná é marcado pela religiosidade e isso está explicitado nos nomes de vários municípios, como Santa Helena, Distrito Dom Armando (de Missal), Aparecidinha (atual Itaipulândia). Tudo isso está, de uma forma ou de outra, ligado à religiosidade. Então, portanto, os padres da Igreja Católica tiveram papel fundamental na missão religiosa, porém também desempenhavam outras funções, como colonização e implantação de cooperativas, no deslocamento de gaúchos para a região Oeste paranaense.

Foi na década de 1960 que se deu início à colonização de Missal. Com a preocupação de ocupar as terras do Oeste paranaense, o então governador do

²⁰ Para quem desejar entender a modernização da agricultura pelo rádio, consultar a dissertação de mestrado de SCHLOSSER, M. T. S. **Nas ondas do rádio: a viabilização da modernização agrícola no oeste do Paraná (1960-1980)**. Maringá, 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá.

estado, Moisés Lupion, sancionou a Lei Estadual nº 2672, de 17 de abril de 1956. Essa lei, no artigo 1º, autorizou o poder executivo a doar terras às dioceses de Jacarezinho, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu e Palmas. Tratava-se de uma área de mil alqueires paulistas para cada diocese, o que representava um total de cinco mil alqueires paulistas. Assim, portanto, a Igreja Católica recebeu esse total de terras com o intuito de colonizar e desenvolver o sistema cooperativista naquele território. A revista SKT Paulusblatt dedicou três páginas, em alemão, para tratar desse ato, em agosto de 1963, sob o título: “*Unsere Kolonisation in Paraná*”, que significa “A nossa colonização no Paraná”. Essa reportagem segue no Anexo A. As territorialidades que se formavam são muito instigantes. Essa revista marca a influência alemã de cunho católico nesse território, em razão de ser o veículo de comunicação que circulava nessas comunidades trazendo notícias internacionais e nacionais, e reforçava a fé dessa população, tudo na língua alemã.

Para a colonização das terras do atual município de Missal, primeiramente foi fundada a empresa colonizadora SIPAL Colonizadora Ltda., ou seja, "Sociedade de Incremento à Propriedade Agrícola Ltda.". A iniciativa foi do padre José Backes²¹, que “[...] se incumbiu de ‘colonizar racionalmente’ estas terras e introduzir benfeitorias, adotando o regime de pequena propriedade agrícola” (KLAUCK, 2004, p. 21). Essa colonização aconteceu via Igreja Católica e foi a responsável pela venda de pequenos lotes de terra que resultou na formação do município de Missal. Desde o início da colonização foi sendo desenvolvida a “seleção”, por parte da Igreja, ou seja, pelo padre José, para formar a cooperativa Comasil, aceitando-se somente pessoas com características em comum, com os mesmos costumes culturais e religiosos e com os mesmos hábitos de trabalhar com a terra (SCHALLENBERGER, 2009). Na época somente famílias que pertenciam à religião católica de ascendentes de alemães poderiam se instalar em Missal. Isso mostra porque a revista alemã colocou em seu título “Nossa Colonização”. Com orientação de Dom Geraldo Sigaud, líder dos bispos na época, padre José Backes loteou a área de três mil alqueires paulistas que formaram o município de Missal e o restante ficou a cargo da colonizadora Londrimar, de onde se originou o distrito Dom Armando.

²¹ O padre José Pascoalino Backes nasceu em 1915 em Sinimbu, distrito de Santa Cruz do Sul, na região central do Rio Grande do Sul, lugar de colonização alemã e econômica baseada na cultura do fumo. Coursou Humanidades no Seminário Imaculada Conceição de São Leopoldo e completou os estudos de Filosofia e Teologia. Foi ordenado padre em 1941, em Porto Alegre (MARIN, 2005).

De acordo com Schallenberger (2003), a sustentação do catolicismo alemão tem como princípio a defesa da organização corporativa, com o desenvolvimento de práticas associativas que referenciaram à ação católica. Trata-se de uma colonização baseada num discurso religioso. Segundo Mainguenau (1997, p. 65), “[...] este discurso se organiza em torno de uma noção de ‘ordem’, definida como uma totalidade cujos elementos estão distribuídos em lugares complementares e em comunicação constante e regrada”. Essa ordem é acompanhada de elementos que formam regras sociais, culturais, políticas, econômicas e religiosas de um grupo de pessoas, como é o caso da colonização de Missal e a formação da Cooperativa em estudo.

Com a vinda dos descendentes de imigrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, cada novo proprietário, ao comprar as terras, automaticamente era considerado cooperado da cooperativa Comasil que se formava. Nesse sentido, a promoção do associativismo mediante associações beneficentes, clubes recreativos e culturais, congregações, cooperativas, entre outras, representou o elo de conexão social possível, uma vez que buscaram na religião e na cooperação a construção de um ideal coletivo (SCHALLENBERGER, 2001). Isso, porém, contraria o primeiro princípio do cooperativismo de 1966, o princípio da “adesão livre”²², pois as pessoas que compraram terras naquela demarcação territorial teriam que associar-se automaticamente à Comasil. E também contraria o quinto princípio, que fala da “neutralidade social, política, racial e religiosa”, pois se trata de migrantes alemães católicos e exclusão de outros. A formação da cooperativa foi pensada pelos padres da Igreja Católica e não pelos migrantes do Oeste do Paraná. Existiam resistências em relação ao cooperativismo devido às experiências negativas vivenciadas principalmente no Rio Grande do Sul, o que das lideranças demandou muito trabalho para formar a Cooperativa.

Os padres estavam presentes na região “[...] desempenhando funções além do auxílio religioso, assistencial ou educacional” (KLAUCK, 2004, p. 21), visando desenvolver uma determinada colonização, incluindo determinado sistema cooperativista, com vistas à proliferação religiosa. Esses mesmos padres estavam amparados em documentos encíclicos como a carta pontifícia²³ “*Mater et Magistra*”,

²² Em destaque no Quadro 2 – Princípios Cooperativistas da ACI: comparativo entre os anos de 1844, 1937, 1966 e 1995.

²³ Próprio do papa - no caso, do papa João XXIII.

de 1961. Esse documento regeu a doutrina social católica depois da “*Rerum Novarum*”, definindo ensinamentos católicos para os diversos setores da vida humana. Essa carta pontifícia serviu para orientar tanto o clero quanto seus fiéis. A encíclica, segundo Klauck (2004, p. 32), “[...] procura estabelecer um programa de justiça social”, defende o direito à propriedade particular e também ao sistema cooperativista de produção, isso quando afirma que

Devem-se conservar e promover, de harmonia com o bem comum e conforme as possibilidades técnicas, as empresas artesanais, a exploração agrícola familiar, e também a empresa cooperativista, com a integração das duas precedentes. (João XXIII, 1961, p. 22).

A Igreja vem discursivamente introduzindo o cooperativismo como uma empresa em concordância com o sistema econômico implementado pelo presidente Getúlio Vargas. Retrata ainda que, para as cooperativas sobreviverem, devem adaptar-se às novas estruturas de funcionamento e aos tipos de produtos determinados “[...] pelos progressos das ciências e das técnicas, e ainda pela variação nas exigências e preferências dos consumidores” (JOÃO XXIII, 1961, p. 22). Esses direcionamentos demonstram a abertura para a adaptação das modernas técnicas de que o Estado necessitava para implementar a modernização da agricultura e, mais tarde, implementar o setor agroindustrial. A carta papal incentivava a formação técnica e humana para o exercício de uma política econômica no que diz respeito ao regime fiscal, de crédito e de previdência social (JOÃO XXIII, 1961). Assim, a Igreja organizava o território e desenvolvia territorialidades para a abertura da modernização da agricultura no campo, o que mais tarde seguiria para a formação do CAI.

A carta papal também faz menção de apoio aos poderes públicos, afirmando que estão a favor do artesanato e dos associados às cooperativas, uma vez que acabam por “[...] representar categorias a que pertencem valores humanos genuínos e que contribuem para o progresso da civilização” (JOÃO XXIII, 1961, p. 22). A palavra “progresso” evidencia a mudança da base técnica na produção, o que representou grandes problemas rurais, como o êxodo rural, a mudança da estrutura de subsistência por estruturas dependentes dos setores agroindustriais, o uso de venenos na produção de alimentos, o uso de sementes selecionadas, a dependência do rural ao setor urbano industrial, entre outros problemas.

De acordo com Schallenberger (2009), na perspectiva do associativismo cristão, o cooperativismo tem o princípio da solidariedade cristã, característica social considerada interessante para o governo numa época de crise social. Assim, o Papa, mediante sua carta e imaterialidades religiosas, muda a realidade das pessoas pela fé. Paralelamente, o poder público muda pelos planos de governo incrementados com incentivos financeiros. Nesse sentido, a introdução do sistema cooperativista no município de Missal possibilitou a territorialização de estruturas de subsistência que logo foram substituídas por estruturas próprias do CAI, concretizando a reprodução socioeconômica daquele território.

A Igreja Católica, em representação do capital, teve o controle do território pelas relações de poder simbólico – a Fé. Os padres se utilizaram desse controle para desenvolver a ocupação do município de Missal, objetivando a colonização baseada na pequena propriedade (GREGORY, 2002).

Assim se constituiu o território de Missal, pois “[...] não há indivíduo ou grupo social sem território, quer dizer, sem relação de dominação e/ou apropriação do espaço, seja ela de caráter predominantemente material ou simbólico” (HAESBERT, 2006, p. 339).

O território é a reordenação do espaço nos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização das sociedades (RAFFESTIN, 1993). A desterritorialização ocorre conjuntamente com a reterritorialização, que são movimentos formadores das partes do processo sucessivo de territorialização. A Igreja Católica, através do Estado, se territorializou, ou seja, apropriou-se da fração do espaço, o qual foi transformado pelo trabalho direcionado para o cooperativismo. A partir da migração, o território passou a ser usado, dominado e apropriado de forma intensa, resultando na modificação desses espaços e na construção de simbolismos que moldaram a identidade territorial desses imigrantes. Hábitos, modos de ver e fazer o “mundo” foram sendo (re)territorializados.

Inicialmente são construídas as primeiras iniciativas para um cooperativismo empresarial, calcado na modernização da agricultura. Com o programa de desenvolvimento amparado no tripé Estado x Igreja Católica x Cooperativa, vão sendo inseridos, nas pequenas unidades produtivas do Oeste do Paraná, o trator, a grade, a niveladora, a plantadeira, o pulverizador, a colheitadeira, as culturas de soja, milho e trigo principalmente, e, em consequência disso, são retirados o arado

movido à tração animal, a carroça, a enxada, a trilhadeira e a criação de animais como base de troca no mercado local.

Juntamente com os implementos ligados ao complexo rural, com a rusticidade própria da pequena unidade produtiva tradicional, que movimentou o mercado local, são desterritorializadas as pessoas, que, sem trabalho (foram substituídas pelas máquinas), migram para o universo urbano. De acordo com Araújo, Wedekine & Pinazza (1990), a propriedade agrícola mudou sua atividade de subsistência para operações comerciais, em que os agricultores consomem cada vez menos o que produzem. O agricultor moderno é um especialista, confinado às operações de cultivo e de criação, porém as funções de armazenar, de processar e de distribuir alimentos vão se transferindo, em larga escala, para organizações além das unidades produtivas. O pensamento de Araújo, Wedekine & Pinazza (1990) retrata as transformações da forma de produzir, transformações segundo as quais os cooperados e os clientes da Cooperativa em estudo passaram do estágio da produção agropecuária em pequena escala de subsistência para o estágio de se tornarem empreendedores do CAI.

A pequena escala de produção está retratada a seguir, marcada pelas relações de comércio local. A Cooperativa e a colonizadora foram separadas em 1965. A colonizadora doou todos os bens móveis e terras para a cooperativa (MARIN, 2005). As primeiras instalações da cooperativa eram precárias e inicialmente estavam localizadas em um armazém, como mostra a Figura 2.

Figura 2 – Instalações da Cooperativa Mista Agrícola Siplal Ltda. (Comasil)



Fonte: (SETTI, 2014)

Segundo a história institucional da Cooperativa Lar, o primeiro escritório, além de sede administrativa, era também uma espécie de venda ou bolicho²⁴, local onde se comercializava uma variedade de produtos em pequena escala, como:

[...] querosene, tecidos, bebidas, remédios, prego, corda, corrente, arame e até munição usada na caça, que era abundante e farta. Os colonos criavam suínos, plantavam milho, feijão, arroz, mandioca e um pouco de soja. A extração da madeira – lapacho, peroba, angico – e do palmito proporcionavam uma renda extra. (COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR, s.d.).

Além de movimentar o mercado local e comercializar a produção dos cooperados, ali se vendiam produtos extrativos como madeira de lei e palmito, o que atualmente é proibido. A soja fazia parte da Comasil desde os primeiros anos de sua existência, muito embora menos expressiva. As principais atividades que se destacavam nesse tempo eram a criação de porcos e o cultivo de cereais em pequena escala. Aqui está sendo mencionado o termo "porcos" e não "suínos", visto que se tratava de criação em pequena escala e de forma artesanal, com lavagem,

²⁴ No Sul do Brasil, "bolicho" é um bar de pequeno porte, ou mesmo um minimercado. A palavra "venda", nesse caso, tem o mesmo significado.

milho, pasto, etc., contrariamente aos padrões das granjas atuais. Por muitas vezes, porcos eram utilizados como formas de pagamento até mesmo de terra, além de servirem como base de troca de mantimentos, o que era comum na região. Segundo entrevista com um dos pioneiros da Cooperativa Lar, “Ela comprava o porco, ela comprava tudo que era cereal ela comprava na época. Mas depois entrou a mecanização, aí sim que eles começaram a trabalhar em cima de grão, soja e milho” (COOPERADO FUNDADOR1, 8 dez. 2015).

A Comasil iniciou a agroindustrialização em 1968. Isso aconteceu em meio à falta de investimentos em que as cooperativas estavam passando, o que é evidenciado na entrevista com o Cooperado Fundador 1 (8 dez. 2015)

[...] em 67, ela estava falida. Daí o Inácio Donel passou de casa em casa, ele como presidente passou de casa em casa, vamos largar de mão ou vamos levar a frente à cooperativa? Se vocês querem que eu leve ela a frente, nós vamos ter que procurar recursos. Na época era o cruzeiro, eu assinei 500 cruzeiros que eu não tinha. Tive que trabalhar de peão para juntar esse dinheiro e dar para a LAR para ela não falir e mesmo assim nós conseguimos segurar ela e depois que começou os financiamentos no Banco do Brasil, daí a LAR foi progredindo, cada ano foi progredindo mais.

A primeira iniciativa foi a construção de uma prensa para soja, de moinho de trigo, de um moinho de fubá e de um descascador de arroz. No ano seguinte foi inaugurada a BR 277, que liga o Porto de Paranaguá à Ponte da Amizade, cortando o Paraná de leste a oeste, para abrir caminho para exportação. Isso implicou também a mudança da sede da Cooperativa em estudo para o município de Medianeira. Apesar de ser uma cooperativa sólida, ainda era incipiente. Uma grande mudança do perfil dessa cooperativa passou então a ser devida ao Projeto Iguaçu de Cooperativismo. Foi ele que determinou a transferência da sede da cooperativa e impulsionou o cooperativismo oestino-paranaense.

3.2 O PROJETO IGUAÇU DE COOPERATIVISMO: A BASE DA FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS E DAS REDES DAS COOPERATIVAS OESTINO-PARANAENSE

Apesar das tentativas anteriores de desenvolvimento do cooperativismo, ocorreu em 1970 o grande impulso do cooperativismo paranaense, e isso se realizou mediante a formação do projeto de desenvolvimento do cooperativismo pela união de forças entre o Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Associação de Crédito

Rural do Paraná (ACARPA). Essas entidades deram início à criação do Projeto Iguaçu de Cooperativismo.

A partir dele, em 1973, se desenvolveu o Projeto Integrado de Desenvolvimento do Cooperativismo (Pidcoops)²⁵. Esse projeto, além de integrar o Projeto Iguaçu, integrava também o Projeto de Cooperativismo Norte do Paraná (NORCOOP) e o Projeto Centro-Sul de Cooperativismo (SULCOOP). Assim, portanto, o território paranaense estava dirigido por três projetos de desenvolvimento do cooperativismo que buscavam organizá-lo nos moldes do processo de modernização da agricultura. Veja-se a respectiva abrangência geográfica na Figura 3.

Figura 3 – Área do Plano Integrado de Desenvolvimento do Cooperativismo



Fonte: (IPARDES, 1975)

Segundo Lima (1974), os projetos coincidiram com três ondas de colonização que ocorreram no Paraná, como mostra o Quadro 5.

²⁵ Segundo Lima (s.d, s.p.), os PIDCOOPs eram “[...] uma forma de mobilização técnica operacional em favor do cooperativismo, de modo a integrá-lo racionalmente e a organizá-lo em moldes e em escala compatível com as exigências do processo de modernização em âmbito estadual, regional e microrregional”.

Quadro 5– Projetos do Plano Integrado de Desenvolvimento do Cooperativismo no Paraná e suas características

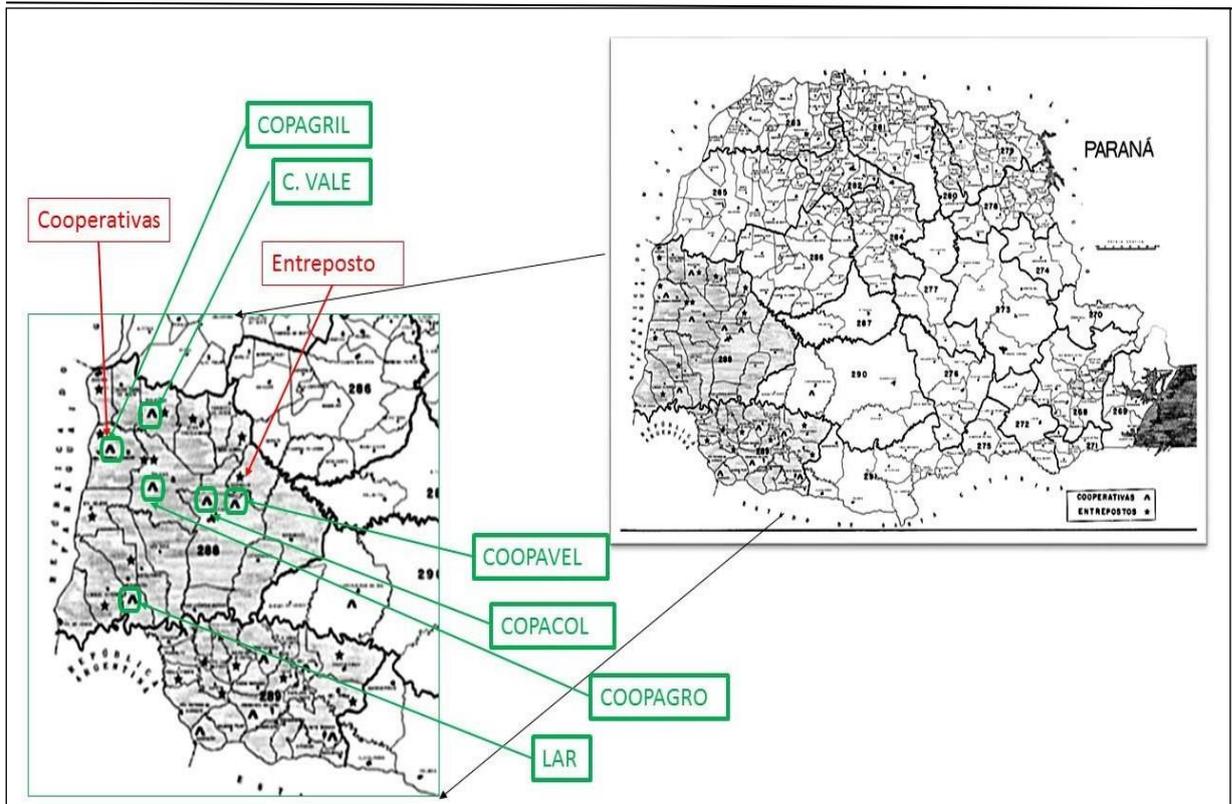
Projeto	Colonização	Características
PIC	Colonos do Rio Grande do Sul	Praticavam agricultura de subsistência, plantavam cereais e criavam suínos.
NORCOOP	Migração do estado de São Paulo	Expansão do plantio do café.
SULCOOP	Antigo povoamento de Paranaguá para a região central do estado	Criação de gado, indústria de erva-mate e madeira de pinho.

Fonte: (LIMA, 1974). Organizado por Marilúcia Ben dos Reis, jul. 2015

Esses projetos evidenciaram a necessidade de adequar a estrutura cooperativista aos novos patamares pelos quais o setor agrícola vinha passando. As cooperativas foram sendo organizadas no território paranaense para atender e mediar o processo de modernização da agricultura e posteriormente introdução do sistema agroindustrial. Elas, portanto, foram as mediadoras desse novo sistema e coube a elas levar a modernização às unidades produtivas de seus cooperados e posterior a isso, integrá-los ao sistema agroindustrial.

O Projeto Iguaçu de Cooperativismo foi o primeiro a ser colocado em prática em 1970. Contava com 13 cooperativas agrícolas da região Oeste e Sudoeste do estado, como mostra a Figura 4. Poucos anos após, o Projeto de Cooperativismo Norte do Paraná foi colocado em prática a partir de 1974, contando com 22 cooperativas agropecuárias nessa época na região. E, enfim, o Projeto Centro-Sul de Cooperativismo entrou em cena em 1976, com 23 cooperativas agropecuárias das regiões Centro e Sul do estado. A Figura 4 mostra a totalidade dos projetos, à direita e à esquerda, e, em destaque, mostra o Projeto Iguaçu, que é objeto a ser analisado, destacando as Cooperativas Copagrill, C. Vale, Coopavel, Copacol, Coopagro e Lar do Oeste do Paraná (a resolução da Figura 4 não está tão boa, pois foi retirada do Projeto Iguaçu).

Figura 4 – Área do Projeto Iguaçu Cooperativista



Fonte: (IPARDES, 1975)

O Projeto Iguaçu de Cooperativismo era dividido em dois grupos: um da região Oeste e outro da região Sudoeste do estado. Será destacada aqui a região Oeste, em evidência neste trabalho. Segundo o Ipardes (1974), as cooperativas agrícolas que compõem o Oeste são: Cooperativa Agrícola Mista de Palotina Ltda. (Campal - Coopervale, atual C. Vale), de Palotina; Cooperativa Mista Agrícola Sipal (Comasil - Cotrefal e atualmente Lar), de Medianeira; Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda. (Copagril), Marechal Cândido Rondon; Coopavel Cooperativa Agroindustrial (Coopavel), Cascavel; Cooperativa Agropecuária Mista Oeste (Coopagro), Toledo; e Cooperativa Agrícola Consolata (Copacol), Cafelândia, distrito de Cascavel.

Até 1970 só havia três cooperativas no Oeste do Paraná. Tratava-se da Cooperativa Agrícola Mista de Palotina Ltda. (Campal - Coopervale, atual C. Vale), localizada em Palotina, fundada em 1963; a Cooperativa Agrícola Mista Cafelândia (Copacol), localizada em Cafelândia, distrito de Cascavel, fundada também em 1963; e a Cooperativa Mista Agrícola Sipal (Comasil - Cotrefal e atualmente Lar), localizada em Missal, distrito de Medianeira, fundada em 1964.

Sob influência do Projeto Iguaçu de Cooperativismo, no ano de 1970 – que buscava suprir a infraestrutura de armazenamento e beneficiamento da produção e a necessidade de fornecimento de insumos e serviços (IPARDES, 1974) – foram fundadas 3 cooperativas no Oeste: a Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda. – (Copagrill), localizada em Marechal Cândido Rondon; a Cooperativa Agroindustrial de Cascavel (Coopavel), localizada em Cascavel; a Cooperativa Agropecuária Mista Oeste (Coopagro), de Toledo (que anos depois foi incorporada pela Coamo de Campo Mourão). As cooperativas mencionadas foram fundadas pela influência dos órgãos do Estado para desenvolver a modernização da agricultura seguido da implantação do CAI no campo. Assim que se constituíram, logo deram início à construção dos armazéns graneleiros para o armazenamento da soja, cuja produção que vinha crescendo na região. Segundo o IparDES (1974), é à grande produção de soja que se deve o crescimento do cooperativismo na região.

A cultura da soja foi iniciada no Paraná em 1968, promovida pela atuação de empresas como Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A. (SANBRA – atual Bunge) e da Sociedade Anônima Moinhos Rio-Grandenses (SAMRIG – atual Bunge), que forneciam crédito e assistência técnica aos pequenos agricultores. Os colonos que ali se instalavam, produtores de soja, estavam vinculados a empresas privadas que dominavam o setor na época. A partir de 1970 esse produto se tornou o carro-chefe da agricultura empresarial e da agroindústria paranaense amparada pelas cooperativas que se organizaram através do Projeto Iguaçu de Cooperativismo e financiado pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. (BNCC), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e pelo Banco do Brasil (BB). Com a expressividade do cooperativismo no estado, as empresas privadas que antes dominavam esse território passam a perder representatividade.

Foi com a soja que as cooperativas se estruturaram e se encaminharam rumo à agroindustrialização para a produção de óleo e do farelo inicialmente. De acordo com Bialoskorski Neto (2001), as cooperativas agropecuárias no Brasil passaram por um processo intenso de verticalização para agregação de valor às *commodities*: “Esses investimentos foram historicamente realizados nas plantas processadoras de soja – com intuito da produção do óleo de soja” (BIALOSKORSKI NETO, 2001, p. 648). O cultivo da soja contribuiu para o surgimento e a consolidação de cooperativas, principalmente nas áreas de ocupação no Oeste do estado, em que o produto de exportação, acrescido da falta de infraestrutura de armazenamento da

produção e até das dificuldades de escoamento da safra, necessitavam ser comercializados.

Com a execução do PIC, em 1971 surgiu também a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), que integra a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). O Sistema Ocepar é formado por três sociedades distintas, que são: o Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar); o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop PR); e a Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Fecoopar). Esse sistema se dedica à representação, fomento, desenvolvimento, capacitação e promoção social das cooperativas paranaenses. O objetivo da Ocepar é representar e defender os interesses do sistema cooperativista paranaense perante as autoridades constituídas e a sociedade, e prestar serviços adequados ao pleno desenvolvimento das cooperativas e de seus integrantes.

A Acarpa – atual Emater/PR –, o Incra e o Dac são os responsáveis pelo projeto, ficando a cargo da Acarpa parte dos trabalhos de campo, com o assessoramento técnico/administrativo junto a cooperativas e cooperados. O território em que está a Cooperativa Lar ficou a cargo do engenheiro agrônomo Paulo Roberto Durgante Lacerda²⁶, extensionista da Acarpa, que, em 1973 e 1974, também foi mais tarde presidente da Cooperativa. Com a concessão de entrevista, buscou-se entender como se desenvolveu a implantação desse projeto e seus reflexos na territorialização e na formação da rede Comasil.

Segundo afirmou o Extensionista do Projeto Iguaçu, “O objetivo do Projeto era organizar os produtores e a produção dos produtores rurais em Cooperativas, fornecendo aos mesmos instrumentos e estrutura para que produzissem mais e melhor” (Extensionista do Projeto Iguaçu em 3/2/2016). A partir daí foram ampliadas as lavouras de soja, principalmente nessas localidades juntamente com os pacotes que acompanhavam as adesões à cooperativa (maquinários agrícolas, sementes selecionadas, adubação química, venenos, entre outros) e os problemas nesse processo eram a carência de armazenamento e escoamento da produção.

A primeira determinação do projeto em relação à Comasil foi a transferência de sua sede do distrito de Missal para o município de Medianeira. Por ação do

²⁶ De acordo com Setti (2014), o técnico agrônomo Paulo Lacerda, da Acarpa, realizava palestras e reuniões para amenizar as resistências dos colonos de se associarem, resistências havidas devido a experiências negativas de cooperativas falidas do Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Além disso, serviu para a reestruturação empresarial em resposta ao Projeto Iguaçu de Cooperativismo.

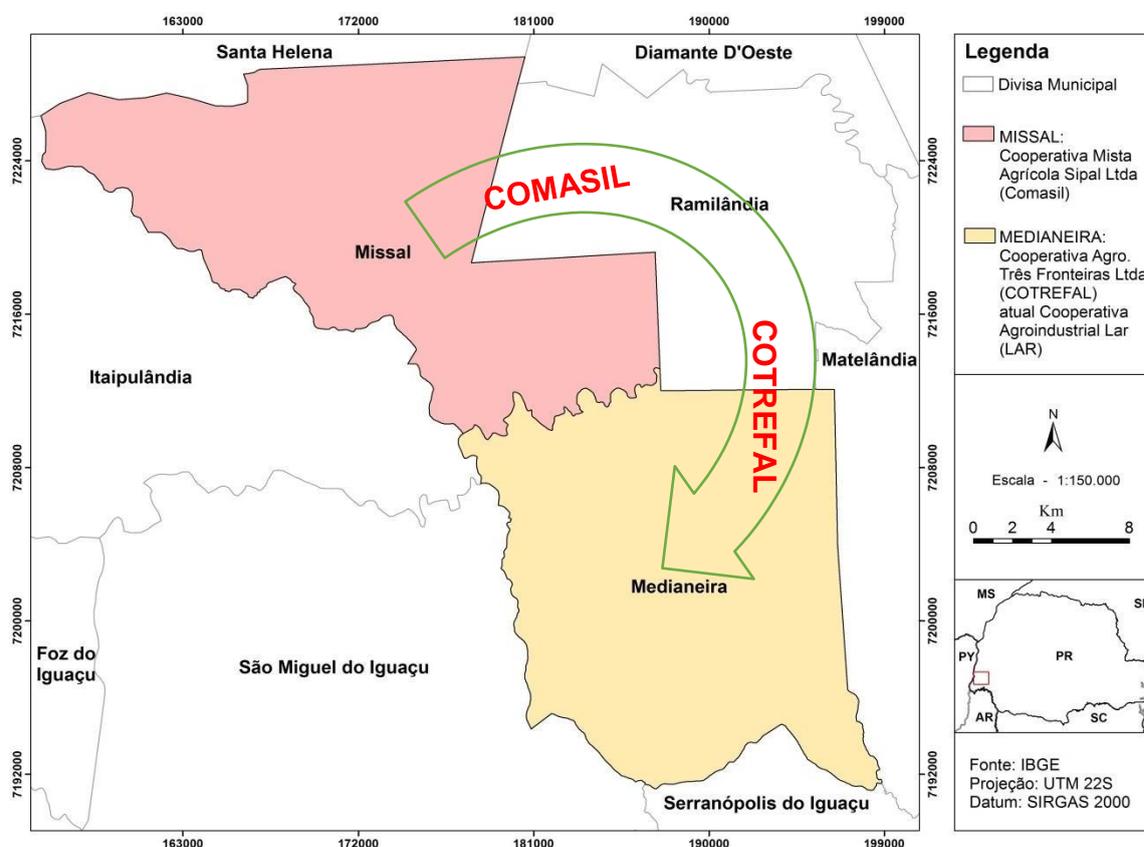
Projeto Iguaçu de Cooperativismo, foi determinado, em Assembleia Geral Ordinária, que a sede da Comasil seria transferida para o município de Medianeira, em área próxima do traçado da BR 277. O município de Medianeira se situa a 25°17'40" latitude sul e a 54°05'30" longitude oeste, localizado no Oeste paranaense. Sua superfície é de 314,632 km² e sua população é de 41 830 hab. (Censo IBGE/2010). Ao norte, limita-se com os municípios de Missal e de Ramilândia, ao oeste faz fronteira com os municípios de Itaipulândia e de São Miguel do Iguaçu, ao sul com o município de Serranópolis do Iguaçu e ao leste com o município de Matelândia, como mostra o Mapa 2.

Segundo afirmou o Extensionista do Projeto Iguaçu (3 fev. 2016):

[...] houve um impacto grande quando os associados tomaram conhecimento do Projeto, e se deram conta de que a Sede da Cooperativa teria que ser transferida para Medianeira e não ficaria em Missal. Foi explicado a eles que ela passaria a ser uma Cooperativa com uma área de ação que incluiria vários municípios da região, tudo indicando que a escala de produção aumentaria em muito, para que ela tivesse competitividade.

Esse foi o marco em que a Cooperativa Comasil deixa de ser local, atuante em Missal para se tornar regional, atuante nos municípios de Missal, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Itaipulândia, Ramilândia, Diamante do Oeste, Serranópolis e Matelândia.

Mapa 2 – Localização das sedes da Cooperativa Agroindustrial Lar enquanto Comasil, Cotrefal e Lar



Fonte: Elaborado por Marilúcia Ben dos Reis

As mudanças não consistiam apenas em mudar a sede da Cooperativa, visto que isso implicou também alteração da sua área de atuação, que, de local, passou a ser regional – atuando extremo Oeste do Paraná –, assim seguindo o princípio secundário da prática opcional do cooperativismo, que determina o regionalismo ou a unicidade do cooperativismo.

Houve ação contrária à transferência da Sede da Cooperativa. Isso fica evidente nas entrevistas com os pioneiros. Os argumentos em relação à transferência estavam voltados à infraestrutura, como informa o Cooperado Fundador: “A cooperativa foi fundada em Missal e depois o Inácio falou o seguinte, nós não tínhamos energia, não tínhamos asfalto, nós vamos ser obrigados a botar a sede em Medianeira, por causa da energia, por causa do asfalto e essas coisas” (COOPERADO FUNDADOR 1, 8 dez. 2015). Num primeiro momento, eles não concordaram com a mudança.

Segundo afirmou o Cooperado Fundador 1 (8 dez. 2015), “Nós fomos contra. Nós não queríamos de jeito nenhum. Nós nos reunimos e batemos tudo contra, mas no final ela foi passada para Medianeira e daí surgiu a Cotrefal”. A preocupação na época girava em relação ao crescimento econômico do então distrito, crescimento que foi afetado por essa transferência.

Não se podem criar cooperativas de mesmo grau na mesma base territorial, dado que essa ação enfraquece o cooperativismo em razão da competição que ocorreria entre elas. A superposição pode ocorrer com cooperativas de graus diferentes, por exemplo, cooperativas singulares, como no caso a Cooperativa Lar e a Cooperativa Central Frimesa, ambas possuindo a sua sede no município de Medianeira e desenvolvendo a intercooperação, sendo que isso proporciona a elas o zoneamento estratégico do território. A união de cooperativas singulares na formação de cooperativas centrais formaram redes que objetivavam ganhos de escala e poder de barganha perante fornecedores e clientes. Foi aí que o cooperativismo oestino-paranaense verticalizou sua produção e entrou de fato no CAI. Caso as cooperativas singulares tivessem que arcar com as estruturas do CAI individualmente, não conseguiriam se sustentar.

Nos lugares em que as cooperativas são fortes, os grupos empresariais não conseguem se desenvolver expressivamente e, vice-versa, nos lugares em que os grupos empresariais são fortes, as cooperativas não conseguem se desenvolver.

No caso da transferência de sede de Missal para Medianeira, isso acarretou também a mudança da razão social, de Comasil, em 1973, passa a se chamar Cotrefal, como mostra a Figura 5.

Figura 5 – Mudança da razão social de Comasil para Cotrefal (1973-1998 e 1998-2001)



Fonte: (MARIN, 2005)

Segundo Setti (2014), a logomarca e a razão social foram alteradas de Cooperativa Mista Agrícola Sipal Ltda. (Comasil), de ação local no distrito de Missal como herança da SIPAL Colonizadora, para Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda. (Cotrefal), agora com ação regional e fazendo menção aos três países – Brasil, Paraguai e Argentina –, que fazem fronteira entre si no extremo da região.

Essa logomarca também sofre mudanças, como mostrado na Figura 5. Desse modo, os dois pinheiros (simbolizando o cooperativismo) foram mantidos, e inseridos dois triângulos, um verde e um amarelo, que representavam o marco das três fronteiras (entre Brasil, Paraguai e Argentina). Esse novo logotipo, por sua vez, foi substituído em 1998. Desta vez o nome passaria a ser escrito na cor verde, foram retirados os triângulos, mas novamente mantidos os pinheiros em verde e branco, com o círculo aberto em uma das extremidades, o que, segundo Setti (2014), representaria a abertura da cooperativa para o mundo.

Instalada no município de Medianeira, a Comasil, então com a nova roupagem de Cotrefal, inicia, em 1972, a construção de armazéns, tanto em Medianeira (a começar do local da sede), quanto em São Miguel do Iguaçu e em Santa Helena. Em 1977 é inaugurado um posto de combustíveis em Medianeira, também de propriedade da Cotrefal. Isso é o resultado do processo de crescimento do cooperativismo no território oestino-paranaense.

Segundo afirmou o Extensionista do Projeto Iguaçu (3 fev. 2016):

Nessa época, no Sul e Centro do Paraná, nas regiões de Guarapuava e Ponta Grossa, já existiam cooperativas. No Norte, Oeste e Sudoeste eram poucas. Nestas duas últimas, regiões de colonização mais recente, o desmatamento se aproximava do fim e a destoca das áreas para a implantação das lavouras mecanizadas avançava rapidamente. Com isso, era previsível a necessidade de organizar os produtores e, numa primeira etapa, construir armazéns para receber e armazenar a produção, necessidade que, obviamente, aumentaria rapidamente nos anos seguintes. (EXTENSIONISTA DO PROJETO IGUAÇU, 3 fev. 2016).

Inicialmente o objetivo era introduzir a modernização com lavouras mecanizadas, para em seguida resolver os problemas de armazenagem e de escoamento da produção, seguindo a lógica do mercado de exportação, para, finalmente, compor agroindústrias formando redes do agronegócio.

No seu processo inicial, em razão do aumento da produtividade – o que não representa qualidade –, o novo modelo necessitava de infraestrutura para

armazenar, beneficiar e transportar a produção, o que ficou a cargo das cooperativas, organizadas pelo Estado. Assim, portanto, a primeira rede que se formou nas cooperativas do Oeste paranaense foi a de entrepostos e, juntamente com eles, os silos graneleiros, para atender ao novo sistema produtivo. Ali se comercializavam os insumos para as safras e se recebia a produção.

O Oeste necessitava de instalação de armazéns para o recebimento das safras de soja e de milho e o Estado passou a intermediar essas necessidades, como a introdução dos armazéns verticais para armazenarem a produção nas cooperativas no Norte do Paraná ainda na época do café (SERRA, 1986) e, mais tarde, isso se repete no Oeste.

O Projeto Iguaçu de Cooperativismo influencia nesse processo de construção de armazéns graneleiros e as cooperativas passam a crescer com incentivos do BNDE. Como informou o Extensionista do Projeto Iguaçu (3 fev. 2016), em 1973 a Cotrefal

[...] já tinha construído um armazém graneleiro para 250 mil sacos, equipado com moega e secador com capacidade para 40 toneladas, um armazém de fundo chato com capacidade para armazenar 100 mil sacas, balança para 60 toneladas com um pequeno escritório em anexo para o funcionamento da mesma, situado em Medianeira. Um armazém graneleiro com capacidade para 250 mil sacos, equipado com moegas e secador para 40 toneladas, balança para 60 toneladas com escritório em anexo para o seu funcionamento, situado em Santa Helena e um conjunto de moegas para recebimento a granel em São Miguel do Iguaçu. (EXTENSIONISTA DO PROJETO IGUAÇU, 3 fev. 2016)

Nesse período, a comercialização dos insumos para a produção era realizada pelos técnicos junto às unidades produtivas e no escritório em anexo à balança que recebia produção. Os técnicos são os mediadores a montante e a jusante do processo produtivo. Com atuação em Medianeira sob tutela do Projeto Iguaçu de Cooperativismo e apoio da Acarpa e do INCRA, à medida que a Cooperativa crescia e com a construção dos armazéns, o número de cooperados saltou de 1.414 em 1972 para 2.141 em 1973 (SETTI, 2014). A economia da Cooperativa estava calcada na cultura da soja, que rapidamente se disseminou e isso se perpetua até os dias atuais.

Nesse período, o Banco do Brasil, via política pública, procurava introduzir no campo a diversificação de culturas, isso para evitar a sucessão de produtos na

mesma área. Segundo informou o Extensionista do Projeto Iguaçu, a atuação do Banco do Brasil era de

[...] empréstimos do Governo Federal (EGF), Aquisição do Governo Federal (AGF), crédito de custeio agrícola para o repasse aos associados, empréstimos para capital de giro etc. era feito pela agência de Medianeira. (EXTENSIONISTA DO PROJETO IGUAÇU, 3 fev. 2016).

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), com sede em Curitiba, atuava exclusivamente em investimentos pesados para construções, baseado na viabilidade econômico-financeira. Segundo o Extensionista do Projeto Iguaçu,

Sem esse apoio financeiro, as coisas teriam sido muito mais difíceis e demorariam muito mais tempo para acontecer [...] foi o Banco que financiou todos os investimentos das cooperativas do projeto, investimentos vultosos, incluindo os da Lar. (EXTENSIONISTA DO PROJETO IGUAÇU, 3 fev. 2016).

Foi devido a esses incentivos que as cooperativas foram ampliando sua territorialização e em contrapartida as empresas privadas foram se retraindo.

A atuação do BRDE teve maior expressividade em relação ao Banco do Brasil, pois, os serviços prestados pelo Banco do Brasil não eram tão atrativos devido à burocracia e às garantias que eram exigidas. Segundo o mesmo entrevistado, as cooperativas não podiam contar com o Banco do Brasil S. A., pois,

[...] ele exigia, para isso, 60% de garantia real, hipoteca em primeiro grau, e isso após uma burocracia bastante grande, de bens imóveis, para poder emprestar o dinheiro. Isso era impossível para a Lar, pois tínhamos apenas os terrenos onde seriam construídas as obras, terrenos adquiridos já à duras penas, pois os recursos eram praticamente nulos. Com o BRDE era diferente: ele considerava como garantia real o terreno e as construções que SERIAM construídas, o que mudava tudo e, praticamente, viabilizava o financiamento. Mas, repito, nem tudo foram flores, ele exigia como garantia acessória, notas promissórias assinadas pelos cooperados, cujos valores eram proporcionais às quotas partes que cada associado tinha na cooperativa, de maneira que o agricultor maior assinava um valor maior e o menor um valor menor, o que tornava a operação bastante democrática. (EXTENSIONISTA DO PROJETO IGUAÇU, 3 fev. 2016).

Os cooperados pioneiros é que avalizaram o processo de implementação dos armazéns e toda a infraestrutura necessária para implementação das lavouras e tudo isso foi produto da modernização da agricultura, bem como as instalações agroindustriais da Cooperativa.

O Projeto promoveu a integração do sistema cooperativista ao modelo que vinha sendo imposto e ancorado pelo Estado, financiado pelo Banco do Brasil e pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Esse Projeto, do qual um dos objetivos era formar redes de integração no território com a criação de centros cooperativistas, iniciou a “seleção” das cooperativas (com suas respectivas áreas de abrangência), com o processo de fusão entre essas mesmas cooperativas e incorporação de massas falidas. Isso contribuiu para novos rumos do cooperativismo progressivo, calcado na agroindustrialização e se aproximando dos modelos de empresas privadas comuns.

Esse período é marcado pelo incentivo do Estado ao fortalecimento das cooperativas de compra e venda dos produtos rurais e à modernização agrícola. O Estado desempenhou o papel de injetar recursos e de promover políticas públicas em favor do desenvolvimento de cooperativas integradas à produção agroindustrial.

Os cooperados que viviam na área estudada foram gradativamente sendo introduzidos no mercado, pois foi por intermédio da Cotrefal que se especializaram na produção, direcionada pela territorialização capitalista no campo e atenderam ao perfil estabelecido pelo Estado. Os cooperados recebiam incentivos para aderirem à modernização e se tornarem agricultores especialistas em determinados cultivos (soja e milho) ou criação de animais (aves e suínos) e abandonar assim suas formas tradicionais de trabalhar e produzir. Além disso, avalizavam a infraestrutura de que a cooperativa necessitava para se introduzir no mercado. Então se constituía a organização seguindo a lógica da produção agropecuária/ instituições/ indústrias de insumos/ indústrias de processamento/ comercialização/ consumidor (SZMRECSÁNYI, 1983).

Até a década de 1970, o cooperativismo se pautava pelo crescimento no recebimento e na comercialização de produtos. A partir daí houve uma significativa mudança no modo de produção, mudança essa alicerçada na agroindustrialização.

O Projeto Iguaçu foi também o marco da formação do território e rede do cooperativismo no Paraná. Através dos incentivos governamentais criados por esse projeto, as cooperativas iniciam as alterações na base produtiva do Paraná. A partir de 1970 entra em cena a moagem de grãos e a produção de óleo iniciada com a Cocamar, no Norte paranaense em 1979, e na região Oeste do estado, a Cooperativa Cotrefal (atual Cooperativa Lar) adquiriu a massa falida do Grupo Ruaro – a Oleolar, que insere a cooperativa na cadeia de oleaginosos. As cooperativas do

Oeste se inserem na agroindustrialização, adquirindo massas falidas de empresas privadas e adotando as mesmas estratégias das grandes empresas de agregação de valor ao produto através do crescimento vertical, por meio das atividades industriais. Isso repercutiu na aproximação das cooperativas aos ideais de empresa de capital.

A Oleolar S/A, localizada no município de Céu Azul, foi um dos pivôs de aceleração e consolidação/integração do setor primário/secundário/terciário da Cooperativa Lar. Foi da Oleolar que surgiu a marca Lar, porém isso será destacado mais adiante. Essa empresa tinha capacidade instalada para esmagamento de 1.000 toneladas de soja/dia, para a produção de 9.000 toneladas de farelo e para armazenagem de 5.350.000 litros de óleo bruto (MARIN, 2005). Os recursos para essa aquisição foram captados pelo capital de giro da própria cooperativa, conjuntamente com o BRDE e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. (BNCC)²⁷. A formação do “complexo soja” na estrutura da Cooperativa Lar desenvolveu a produção de insumos para a indústria de ração, acompanhada da produção de milho, o que, segundo o Ipardes (2003), criou as bases para a produção e a industrialização de carne de pequenos animais, atividades ligadas às pequenas unidades familiares. Isso modificou a base tradicional de criação de animais para animais em confinamento, tudo arregimentado pela padronização do sistema produtivo, congregando agricultura/indústria/serviços e pesquisa tecnológica.

O cultivo da soja crescia no Paraná. Assim, de 5.000 hectares em 1960, passou para 172.000 em 1969 e, em 1990, a área já compreendia 679.749 hectares cultivados e em 2001 a área foi de 733.114 hectares, segundo dados do Ipardes (2003). Segundo o mesmo instituto, cresciam também as atividades de agroindustrialização do farelo, óleo e ração, produtos que, mais tarde, acabaram estabilizando as atividades de suinocultura e de avicultura. Crescia a influência do agronegócio nas unidades produtivas do Oeste do Paraná.

Em 1980, as cooperativas foram então se estruturando no CAI, assim modificando a organização da produção agrícola, e passam pela transição de repassadores de matérias-primas para a agroindustrialização da produção e

²⁷ Esse banco foi criado em 1951 para assegurar assistência e amparo financeiro às cooperativas, mediante a realização de atos e operações peculiares que financiassem diretamente os seus cooperados. Ele foi extinto pelo Plano Collor, em 1990.

transporte, atingindo o mercado externo. Nesse período, o Paraná contava com 69 cooperativas agropecuárias, com aproximadamente 107.000 cooperados e isso representava 24% dos produtores do Estado, segundo Rocha (1999). Esse crescimento se deve ao apoio do Estado, via crédito rural subsidiado.

O “Informativo Cotrefal”, lançado em 1980, serviu como um importante veículo de comunicação entre a diretoria e os cooperados para a adequação do novo modelo cooperativista no seio do cooperativismo. Essa década é de muitas construções para a ampliação da territorialização do CAI no Oeste do Paraná.

Para seguir os parâmetros da economia imposta, as cooperativas passaram a atuar nas redes de supermercados atuando na comercialização da produção final. Em 1983, a Lar passou a atuar nesse ramo, no município de Medianeira, com a inauguração do Supermercado Cotrefal. No ano seguinte são inaugurados supermercados Cotrefal em Diamante do Oeste, em Santa Rosa do Ocoy (distrito de São Miguel do Iguaçu), em Santa Terezinha do Itaipu, em São Miguel do Iguaçu e em Missal. Depois, em 1985, também foram instalados supermercados em Ramilândia e em Flor da Serra (atual Serranópolis do Iguaçu). Segundo o Relatório e balanço (COOPERATIVA LAR, 2015), totalizam 15 supermercados, todos distribuídos nos municípios do Oeste do Paraná, compreendendo Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha do Itaipu, Serranópolis do Iguaçu, Missal, Itaipulândia, Santa Helena, Ramilândia, Diamante do Oeste, Matelândia e Céu Azul. E também nos distritos de São Roque (Santa Helena) e de Santa Rosa do Ocoy (São Miguel do Iguaçu).

As transformações econômicas e de mercado, oriundas da abertura comercial do Brasil e da constituição do MERCOSUL levaram a Cotrefal a rever algumas de suas estratégias e a discutir seu futuro frente a um novo ambiente competitivo. Em 1985 se constituiu a instituição financeira denominada Cooperativa de Crédito Rural

Três Fronteiras Ltda. (CREDIFRONTTEIRAS)²⁸. Instalada dentro da Cotrefal, sua função era financiar os produtos do agronegócio dos cooperados e logo passou a atender em cada entreposto da cooperativa para dinamizar recursos financeiros aos cooperados, que estavam passando por dificuldades na implementação das novas atividades que vinham sendo introduzidas nas unidades produtivas. Agora não se trata apenas da produção de grão, e sim da atividade de avicultura, de suinocultura e de bovinocultura (gado leiteiro), tudo acompanhado de padrões agroindustriais que demandam recursos. Segundo o Jornal Nosso Tempo, edição nº 124 (1984, p. 4), o lema da Cooperativa de Crédito era “Cooperativismo, um caminho para todos nós”. O SICREDI trazia o lema de “[...] fortalecer a organização das finanças e economias dos produtores associados”, no Jornal Nosso Tempo, edição nº 124 (1984, p. 4). A cooperativa necessitava fortalecer os cooperados para suprir as demandas da agroindústria, que vinha se consolidando, e a cooperativa de crédito objetivava financiar esse processo, reorganizando o trabalho e a produção nas unidades produtivas. Essas são características estruturais do capitalismo que segue a lógica desigual e alienante do capital, de acordo com Mézàros (1996).

A formação dessa instituição financeira foi apoiada pelo Sindicato e pela Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR) em parceria com a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (Acarpa), que constituiu um “Comitê Pró-Constituição das Cooperativas de Crédito” para as cooperativas do Paraná, com base na experiência da cooperativa pioneira nessa atividade, a Cooperativa de Crédito Rural Nova Petrópolis Ltda. (Cooperural), de Nova

²⁸ As cooperativas de crédito, já apresentadas, formadas inicialmente em 1912 no Rio Grande do Sul por iniciativa do padre jesuíta suíço Theodor Amstad, foram associadas a projetos religiosos, baseadas nos moldes das caixas de Raiffeisen (Friedrich Wilhelm Raiffeisen foi o pioneiro do cooperativismo europeu, da economia social e solidária e do regime de crédito mútuo, inspirador do movimento do sindicalismo agrícola nos finais do século XX). Segundo Oliveira (1979), o padre Amstad era conhecido como *Pai dos Colonos* e percorreu o território rio-grandense aplicando a catequese religiosa, a assistência espiritual e a doutrina de *Volksverein*. A primeira cooperativa fundada por Amstad foi a Cooperativa de Crédito Rural Nova Petrópolis Ltda. (Cooperural) do Rio Grande do Sul em 1902, porém, sem amparo legal, que só foi elaborado em 1907, com a Lei nº 1.637 (OLIVEIRA, 1979). E, assim, até 1938 foram criadas cooperativas de crédito baseadas nas caixas de Raiffeisen e nos bancos Luzzati. No Paraná, a Cooperativa de Crédito Sicredi, com origem no do Oeste do Paraná, foi inspirada por esse tipo de cooperativismo. Ela surgiu dentro da Cooperativa Agroindustrial Lar – chamada de Cotrefal – e serviu para financiar o processo de modernização da agricultura da rede de sócios e clientes da cooperativa em estudo, formando as malhas, os nós e as redes, assuntos para aprofundar nos próximos capítulos neste estudo. Essas entidades financeiras que se devolviam no território do Sul do Brasil, regidas pela Lei nº 4.984/1925, foram fundamentais para o financiamento de produtos que compõem o agronegócio das pequenas unidades produtivas na contemporaneidade.

Petrópolis, no Rio Grande do Sul – sabendo-se que essa é a cooperativa fundada pelo padre Theodor Amstad.

O cooperativismo de crédito foi muito importante para o processo de agroindustrialização das unidades produtivas do Oeste paranaense. Foi através dele que os pequenos e os médios produtores conseguiram recursos para implantar as atividades do CAI como aves, suínos e leite.

O cooperativismo recente de 1960 no Oeste paranaense se desenvolveu no seio da comercialização e industrialização de *commodities* agrícolas, principalmente dentro da cadeia produtiva da soja, inicialmente. O agronegócio é uma das marcas dos discursos e das ações governamentais das políticas de desenvolvimento regional no Paraná.

O cooperativismo segue os padrões agroindustriais e modifica seu sistema organizacional. A Cotrefal dá lugar à Cooperativa Agroindustrial Lar. Essas transformações estão acompanhadas da agroindustrialização da Cooperativa, que serão tratadas a seguir.

4 O TERRITÓRIO E A REDE DA LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

São agora estudados os territórios e as redes da Cooperativa Lar, com destaque para as cooperativas centrais e as empresas controladas que compõem a Cooperativa Lar. Como o objetivo é analisar a Lar Paraguai, apenas são apresentadas as cooperativas centrais que serviram de base para a formação da rede das controladas.

A partir de 2001, a Cotrefal se transformou em Cooperativa Agroindustrial Lar. Isso representou a integralização da agroindustrialização na estrutura organizacional da cooperativa e a ampliação de sua territorialização. A Cooperativa Lar passou então a atuar com duas marcas: a Cotrefal e a Cooperativa Lar. A Cotrefal seguiu para a linha de sementes, ração, insumos, fertilizantes e outros produtos e a Cooperativa Lar, para a linha de alimentos. Anos depois, porém, se fundem e se transformam em Cooperativa Agroindustrial Lar, como mostra a Figura 6.

Figura 6 – Razão Social Cooperativa Agroindustrial Lar a partir de 2001



Fonte: (MARIN, 2005)

Quando a Cooperativa Lar definiu seu território no Oeste do Paraná, ela iniciou o processo de territorializar novos territórios, seja no Oeste de Santa Catarina, seja no Paraguai e também no Mato Grosso do Sul, criando estratégias empresariais no processo de territorialização voltado ao setor agroindustrial. Os territórios do Oeste paranaense foram definidos na década de 1970 com o PIC, e o início da territorialização aconteceu com a produção de sementes em Santa Catarina em 1996. Também nesse mesmo ano, em uma relação híbrida de

cooperativa/empresa, se expandiu para o Paraguai e, por fim, iniciou estratégias empresariais de territorialização no Sul do Mato Grosso de Sul.

Esses territórios possuíam dinâmicas distintas. No Oeste do Paraná, o PIC organizou as áreas de abrangência das cooperativas, regionalizando esse território, que é respeitado pelas cooperativas, em razão de cada uma ter sua respectiva área de atuação. Em Santa Catarina possui apenas uma unidade de sementes, enquanto no Paraguai possui uma relação híbrida, tratando-se de uma empresa e não de uma cooperativa, sendo uma unidade produtiva distinta politicamente. E, no Mato Grosso do Sul, ali ela se territorializou e disputa esse mesmo território com outras cooperativas, como a Cooperativa Agrícola Mista Rondon (Copagrill), a Coamo Agroindustrial Cooperativa, a C. Vale – Cooperativa Agroindustrial, a Cooperativa Agropecuária e Industrial Ltda. (Coagri), a Cooperativa Agrícola Mista Serra de Maracaju (Coopsema), entre outras.

Além dos seus territórios, a Cooperativa passa a formar redes que podem ser caracterizadas por dois tipos distintos: a rede de intercooperação com cooperativas centrais que mantêm o ato cooperativo e a rede das controladas, formando empresas controladas por ela que caracterizam o ato não cooperativo. Dentre os distintos usos e as diferentes aplicações do conceito de “rede”, destaca-se a abordagem da atividade agroindustrial.

As redes da intercooperação da Cooperativa Lar são mantidas entre a Cotriguaçu (a partir de 1975) e a Frimesa (a partir de 1979) e as redes das controladas foram constituídas pela Lar Transportes (em 1981) e pela Lar Paraguai (em 1996). Nas redes das controladas, a estrutura de administração é a mesma, porém as relações são independentes. Essas empresas fornecem o transporte dos produtos, o beneficiamento da produção e as relações mercantis para com a Cooperativa Lar.

A relação entre o território e a rede a partir da Cooperativa Lar é composta pela rede agroindustrial. A rede agroindustrial do cooperativismo, por sua vez, constituída através de círculos de intercooperação que possibilitam e condicionam o seu funcionamento, revela uma dada organização espacial e expressada pelo circuito espacial da produção de *commodities*, que viabiliza a articulação e a racionalidade necessárias ao desenvolvimento do processo agroindustrial das cooperativas do Oeste paranaense.

O cooperativismo está sendo analisado acerca do território, que se dá a partir das relações no campo do poder, relações essas que Raffestin (1980, 1981 e 1993) compara com um ímã, para assinalar suas linhas de força de caráter político do território, entendendo esse espaço a partir da introdução de relações políticas, econômicas, sociais e culturais marcadas por relações de poder em redes. O CAIs impõem determinadas práticas produtivas às cooperativas agropecuárias e, em consequência disso, desenvolvem reorganizações das suas ações no território, como, por exemplo, a atividade de aves, que necessita de ração, que, por sua vez, vem do milho e da soja principalmente, que justamente são grãos que vêm sendo produzidos nos territórios em que a Cooperativa Lar está territorilizada. Essas organizações cooperativas são dirigidas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), estabelecidas no mercado com foco econômico.

A Cooperativa Lar participa, de forma efetiva, da assistência técnica, do armazenamento, da industrialização e da comercialização dos produtos, proporcionando também a assistência social e educacional aos cooperados, abastecendo os mercados interno e externo de produtos alimentícios. Para chegar a esse patamar, a Cooperativa Lar necessitou se territorializar em determinados espaços em âmbito nacional e internacional, formando redes de integração para atender às demandas do seu setor agroindustrial que diz respeito aos seguintes segmentos: comercialização, industrialização e produção de matérias-primas. Com o crescimento econômico, as cooperativas singulares necessitam compor parcerias para atender às demandas das cadeias produtivas, assim, portanto, formam redes de intercooperação.

Com a diversificação e a produção de *commodities*, as cooperativas se transformaram em multicooperativas que, acordo com Delgado (1985, p. 165), são entidades cuja estrutura de crescimento apresenta várias similaridades com a morfologia da empresa controladora de um grupo empresarial e semelhante dinâmica. Elas possuem características de multissetorização, complexas estruturas organizacionais, formando redes de cooperativas empresariais que se especializam na verticalização industrial da produção. A multicooperativa tem como característica uma complexa e dinâmica estrutura de verticalização da produção e de administração empresarial. As cooperativas também podem ser híbridas, quando mantêm relações com cooperados, com não cooperados e com terceiros, contabilizando sobras e, ao mesmo tempo, lucros empresariais, de acordo com a

análise realizada por Serra (2013). Essas novas relações implicaram mudanças na legislação que regia o cooperativismo. A Lei Federal nº 5.764/1971, como mencionado no capítulo 1, elaborada e promulgada, renovou a estrutura cooperativista para atender às exigências da economia globalizada. Promoveu ações envolvendo o ato cooperativo juntamente com o ato não cooperativo. A partir dessa lei, nem tudo o que aparece na rede cooperativista está de acordo com o ato cooperativista propriamente dito. As análises sobre o ato cooperativo vão ser realizadas a seguir, porém, sobre o ato não cooperativo, que diz respeito às ações que a cooperativa mantém com terceiros, será tratado no próximo capítulo, que aborda a empresa controlada da Cooperativa Lar - a Lar Paraguai.

Em conformidade com o crescimento das cooperativas e sua inserção no CAI, crescem os atos não cooperativos. A Lei Cooperativista nº 5.764/1971, em seu artigo 79, classifica o ato cooperativo como:

[...] os praticados entre as cooperativas e seus cooperados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais.

Parágrafo único – O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria. (BRASIL, 1971).

O legislador vincula o ato cooperativista às operações que as cooperativas desenvolvem com seus cooperados e reciprocamente. São destituídos da natureza comercial, constituindo as sobras e não lucro. Além dessas operações, vincula também às operações entre as cooperativas associadas. Então, portanto, segundo Iron (1997, p.97), “[...] o ato cooperativo é operação interna da economia cooperativada e realizável entre pessoas físicas (os cooperados) e as cooperativas, ou entre pessoas jurídicas, as cooperativas associadas”. Assim, portanto, no caso da Cooperativa Lar, mantém relações com seus cooperados e com cooperativas centrais, configurando o ato cooperativo.

As cooperativas agropecuárias compram a produção dos cooperados, processam e vendem e, no final do exercício, deduzidos os custos, são apuradas e distribuídas as sobras proporcionais a cada cooperado. O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) só incidem sobre os resultados dos atos não cooperativos, uma vez que os atos cooperativos não caracterizam operação mercantil.

As cooperativas são baseadas no Estatuto Social, documento que serve para organizar sua estrutura de funcionamento e administração. O estatuto social de uma cooperativa é o conjunto de normas que regem funções, atos e objetivos das cooperativas. Seu conteúdo está baseado nos princípios do cooperativismo e na legislação específica para cooperativas (Lei Federal nº 5.764/1971). O Estatuto Social deve estar em consonância com o artigo 4º e no artigo 21 dessa mesma lei:

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características: I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços; II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes; III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais; IV - inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade; V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade; VI - quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital; VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral; VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social; IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social; X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa; XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços. (BRASIL, 1971).

Art. 21. O estatuto da cooperativa, além de atender ao disposto no artigo 4º, deverá indicar: I - a denominação, sede, prazo de duração, área de ação, objeto da sociedade, fixação do exercício social e da data do levantamento do balanço geral; II - os direitos e deveres dos associados, natureza de suas responsabilidades e as condições de admissão, demissão, eliminação e exclusão e as normas para sua representação nas assembleias gerais; III - o capital mínimo, o valor da quota-parte, o mínimo de quotas-partes a ser subscrito pelo associado, o modo de integralização das quotas-partes, bem como as condições de sua retirada nos casos de demissão, eliminação ou de exclusão do associado; IV - a forma de devolução das sobras registradas aos associados, ou do rateio das perdas apuradas por insuficiência de contribuição para cobertura das despesas da sociedade; V - o modo de administração e fiscalização, estabelecendo os respectivos órgãos, com definição de suas atribuições, poderes e funcionamento, a representação ativa e passiva da sociedade em juízo ou fora dele, o prazo do mandato, bem como o processo de substituição dos administradores e conselheiros fiscais; VI - as formalidades de convocação das assembleias gerais e a maioria requerida para a sua instalação e validade de suas deliberações, vedado o direito de voto aos que nelas tiverem interesse particular sem privá-los da participação nos debates; VII - os casos de dissolução voluntária da sociedade; VIII - o modo e o processo de alienação ou oneração de bens imóveis da sociedade; IX - o modo de reformar o estatuto; X - o número mínimo de associados. (BRASIL, 1971).

De acordo com o legislador, o estatuto de cada cooperativa deve conter a determinação do município que lhe serve de sede e da base territorial, estabelecendo sua área de ação. A área de ação da cooperativa, de acordo com o Estatuto Social (COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR, 2014a), para admissão de cooperado, é todo o território nacional e seu prazo de duração é indeterminado. Em razão desse dispositivo legal, portanto, a Cooperativa Lar não poderia se territorializar como cooperativa em território paraguaio.

Mediante prestação de assistência técnica e educacional, as cooperativas transformam interesses individuais em coletivos. O sistema educacional aproveita o potencial de cada comunidade com o fim de territorializar o cooperativismo às suas necessidades. Além disso, o cooperativismo aqui apresentado está estritamente relacionado ao preceito agroindustrial, que - como é de se deduzir num mundo competitivo de comércio internacionalizado - demanda reestruturação contínua do seu sistema organizacional, aproximando-se dos princípios empresariais cada vez mais globalizados.

Para manter a “qualidade” exigida por esse amplo mercado, o sistema vai à busca de treinamento para capacitar seu quadro de cooperados, diretoria e empregados a serviço do capital. Para obter essa capacitação empresarial é fundamental motivar e qualificar o empregado e isso representa o melhor desenvolvimento dentro da organização segundo Cavalcante (2014). Para o referido autor, é fundamental realizar análises da influência do treinamento no comportamento do indivíduo para a realização do seu trabalho na empresa. Cabe ao sistema educacional cooperativista desenvolver permanente estudo do comportamento dos seus cooperados/clientes/diretoria/empregados para o funcionamento, neste caso, do sistema cooperativista empresarial.

O cooperativismo busca evitar a competição entre as cooperativas e procura não sobrepor cooperativas no mesmo território na busca de regular o uso e a ocupação do solo de cada cooperativa, assim compondo um sistema de cooperativas que integram o sistema produtivo especializando, com cada uma delas em um determinado produto/ramo. Por exemplo, a especialidade da Cooperativa Central Frimesa é a da industrialização da atividade de suínos e de leite, do que segue, portanto, que as suas cooperativas singulares filiadas direcionam a produção para essa cooperativa.

De acordo com o seu estatuto, a Lar “[...] terá como objetivo e estratégia institucional o desenvolvimento sustentável, econômico e social dos associados e comunidade, de forma sustentada, através da agregação de valores à produção agropecuária” (COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR, 2014a, p. 3). Atente-se aqui, porém, para o fato de que é contraditório falar em desenvolvimento sustentável quando se desenvolve o agronegócio.

As cooperativas são obrigadas a constituir fundos que, de acordo com a citada Lei do Cooperativismo, a Lei Federal nº 5.764/1971, no artigo 28, têm as seguintes funções:

As cooperativas são obrigadas a constituir: I - Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício; II - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício. § 1º Além dos previstos neste artigo, a Assembléia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação. § 2º Os serviços a serem atendidos pelo Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social poderão ser executados mediante convênio com entidades públicas e privadas. (BRASIL, 1971).

Uma das características das cooperativas agropecuárias é a retenção das sobras no final de cada exercício. Na Cooperativa Lar, as sobras apuradas ao final de cada exercício, referentes ao ato cooperativo, de acordo com o Estatuto Social, são distribuídas da seguinte forma:

I – 45% (quarenta e cinco por cento) para o Fundo de Reserva – FR;
II – 5% (cinco por cento) para o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social;
III – 30% (trinta por cento) para a conta capital dos associados, proporcionalmente às suas operações;
IV – 20% ficarão a disposição da Assembleia Geral. (COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR, 2014a, p. 29).

Para o cooperado serão convertidos 30% das sobras apuradas e 50% ficam retidos nos Fundos de Reserva e Assistência Técnica Educacional e Social e os outros 20% serão votados em Assembleia Geral.

Para atender às necessidades de assistência social e direcionar os recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social, a Cooperativa Lar criou, em 1980, o Comitê Educativo para funcionar como órgão consultivo do Conselho de

Administração da cooperativa. Segundo Setti (2014), o Comitê está relacionado com a educação cooperativista, permitindo investir no aprimoramento da inter-relação entre cooperados e representantes das cooperativas. A formação desse comitê surgiu necessariamente para rever as práticas gerenciais do antigo cooperativismo para o novo modelo de cooperativismo, introduzindo na comunidade cooperativa o olhar empresarial que vinha sendo imposto. É nesse período que surge o apoio à profissionalização gerencial das cooperativas. A necessidade que se apresentava era introduzir características empresariais nas entidades cooperativas para torná-las competitivas no ambiente econômico que se apresentava. Para desenvolver a educação cooperativista e seguir a agroindustrialização, a cooperativa adquiriu uma fazenda de 335 hectares para a sede do Centro de Desenvolvimento e Treinamento (CDT) (antiga EVA, sigla de Escola Vocacional Agropecuária). Nesse lugar eram e ainda são ofertados cursos para os cooperados e suas famílias voltados aos valores cooperativistas/empresarial e implantar cursos destinados aos novos modos de produzir e de diversificar a unidade produtiva e também capacitar os dirigentes.

A Cooperativa em estudo acompanhou a expansão do setor agropecuário, estimulando seus investimentos em tecnologia para a difusão da cultura empresarial entre os cooperados. Para que esses investimentos tivessem sucesso, foram sendo adotadas estratégias empresariais, adquirindo massas falidas de empresas privadas, construindo agroindústrias, diversificando os produtos, modificando as relações com os cooperados, reestruturando o setor administrativo e financeiro, verticalizando a produção, versatilizando também suas relações e atuando com cooperativas centrais, ampliando suas relações além da fronteira nacional com a comercialização da produção e implantação de empresa controlada para aumentar a fonte de matéria-prima, entre outros fins.

Assim como em São Paulo, houve no Paraná um aumento do número de cooperados e, paralelamente, a diminuição do número de cooperativas agropecuárias, indicando que a concentração das empresas cooperativas se dá pela fusão, incorporação e aquisição de massas falidas. Isso representa um aumento de tamanho, ganho, escala e de poder de mercado das cooperativas que se tornaram multicooperativas.

A Cooperativa Lar teve nove presidentes. Deles, os que permaneceram no cargo por mais tempo foram Ignácio Aloysio Donel, que esteve à frente da

cooperativa por 15 anos, e Irineo da Costa Rodrigues, que permanece desde 1991 até hoje, como mostra o Quadro 6.

Quadro 6 – Presidentes da Cooperativa Agroindustrial Lar

Presidentes da Cooperativa Agroindustrial Lar		Datas
COMASIL	Pe. José Backes	1964 a 1966
	Elmundo Brod	1966 a 1968
	Ignácio Aloysio Donel	1968 a 1973
COTREFAL	Paulo Roberto Durgante Lacerda	1973 a 1974
	Francisco Buba Júnior	1974 a 1974
	Gregório João Beckhauser	1974 a 1975
	Luiz Bonato	1975 a 1979
	Ignácio Aloysio Donel	1979 a 1991
	Irineo da Costa Rodrigues	1991 a 2001
LAR	Irineo da Costa Rodrigues	2001 a 2017

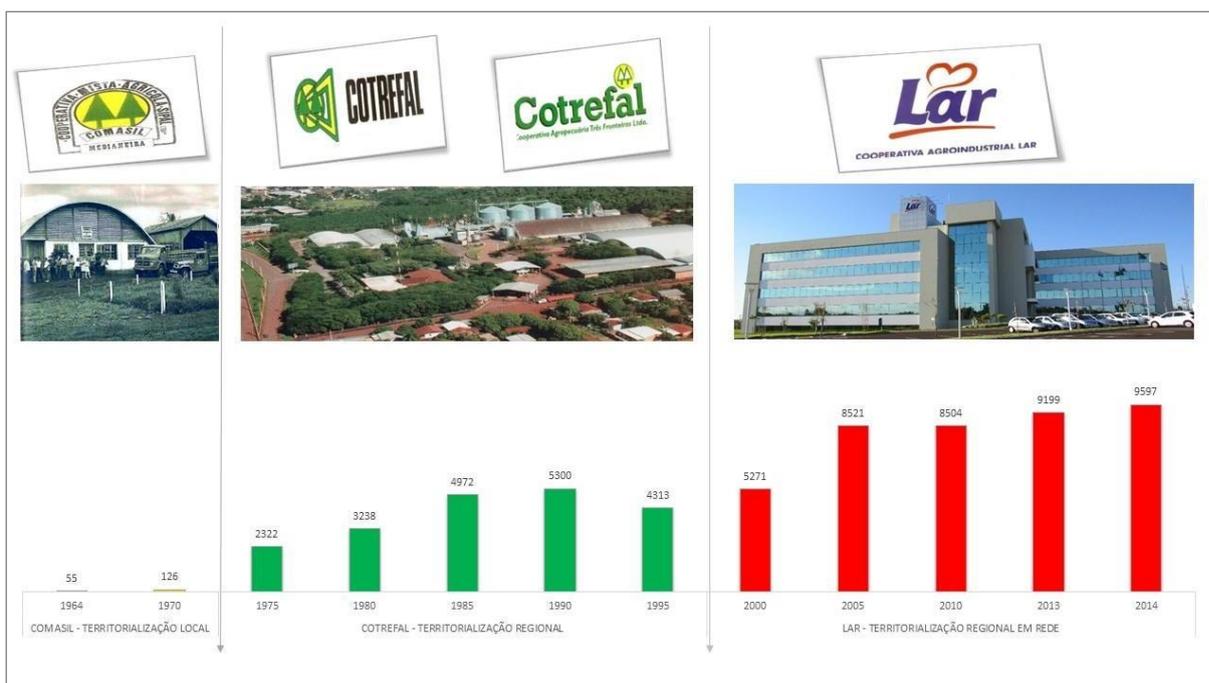
Fonte: Elaborado por Marilúcia Ben dos Reis

Os presidentes Ignácio Aloysio Donel e Irineo da Costa Rodrigues mantinham forte relação com a OCEPAR para desenvolver o cooperativismo. Ambos foram presidentes da Cotriguaçu. Inácio também presidiu a OCEPAR no período de 1991 a 1993. Irineo trabalhava na Acarpa do município de Matelândia em 1974-1976, período de desenvolvimento do PIC e em 1977-1980 passou a trabalhar na Acarpa de Cascavel. O engenheiro agrônomo Paulo Roberto Durgante Lacerda, em 1970, trabalhava na Acarpa de Medianeira e foi incumbido de executar o Projeto naquela localidade que pertencia à Cooperativa Lar e ficaria por sua responsabilidade o assessoramento técnico e administrativo junto aos cooperados e junto à diretoria da cooperativa. Ele, em 1973 a 1974, presidiu a Cooperativa Lar.

Como informado, a Cooperativa Lar inicialmente foi constituída por descendentes de imigrantes vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para o Oeste do Paraná, isso tendo ocorrido na fase inicial dessa imigração em 1964. Tratava-se de 55 cooperados, que desenvolviam atividades locais de subsistência e vendiam o excedente. Com o passar do tempo - em poucos anos -, o número de cooperados foi aumentando e a Cooperativa foi crescendo. Atualmente, como mostra o Gráfico 1, a

Cooperativa conta com 9.597 cooperados. Além disso, a Cooperativa sofre metamorfoses representadas no gráfico pela mudança da razão social. As fotografias da sua sede representam também o crescimento da territorialização da Cooperativa no campo juntamente com a disputa territorial, primeiramente local, para regional e internacional.

Gráfico 1 – Cooperados da Cooperativa Agroindustrial Lar 1964 a 2014



Fonte: (COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR, 2000; 2005; 2010; 2014). Elaborado por Marilúcia Ben dos Reis

Para entender o Gráfico 1 foram necessárias análises nas relações de poder, parâmetro em que Raffestin (1993, p. 158-159) destaca que tanto as relações existenciais quanto as produtivas se configuram em relações de poder, promovendo interações entre os atores que acabam por modificar as relações com a natureza e também as relações sociais: “Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele”. Nesse sentido, o Gráfico 1 mostra a marca da influência da Cooperativa no território oeste-paranaense com o aumento do número de cooperados e, juntamente com esses mesmos números, a metamorfose que sofre ao longo do processo. A Cooperativa Lar de local passa a se territorializar em rede, assim se automodificando e demonstrando aí a interação entre cooperativa/cooperado que provoca

metamorfoses nas relações com a natureza e com a sociedade, seguindo estratégias para a reprodução do capital na dinâmica do modelo de acumulação predominante. A Cooperativa e os cooperados se modificam e produzem novas territorialidades a partir do processo produtivo direcionadas ao CAI.

O número de cooperados saltou de 126 em 1970 para 2322 em 1975 e esse crescimento exponencial se deveu às medidas de agroindustrialização da Cooperativa Lar. Essas medidas, além de promoverem a transferência da sede, na época no distrito de Missal, para o município de Medianeira, consistiram na implantação de silos para o recebimento da produção, principalmente recebimento da soja cujo cultivo vinha sendo disseminado rapidamente na região na época. Com o plano do Projeto Iguaçu, a Cooperativa deixou de ser de abrangência local para se tornar regional, ampliando, assim, o seu território. Além do seu território local, ela passou a efetuar a territorialização e, conseqüentemente, aumentou assim o número de cooperados. Além do aumento do número de cooperados e o fato de se tornar regional, passa a implementar os silos próprios da modernização da agricultura para o recebimento da soja, cultura crescente na região, como mostra a segunda imagem da esquerda para direita no Gráfico 1.

A terceira imagem do Gráfico 1 mostra a sede da Cooperativa Lar com a consolidação do CAI, que veio sendo construída e moldada nos parâmetros da modernização da agricultura, que, por sua vez, produz dinâmicas que influenciam a organização do território, nas esferas de sua materialidade e imaterialidade, aproximando-se cada vez mais do setor empresarial e, contraditoriamente, afastando-se dos princípios cooperativistas. A Cooperativa em estudo possui, atualmente, estrutura empresarial moderna e tecnicizada, dotada de capacidade para atuar a montante do processo produtivo, no processamento e também na comercialização dos produtos agrícolas em escala local e regional em rede, fundindo na mesma estrutura de produção e de trabalho a agricultura, a indústria, os serviços e a pesquisa, demonstrando aí suas características de multicooperativa híbrida.

Com a implantação desse novo sistema, o número de cooperados e de funcionários se manteve crescente como conseqüência da agroindustrialização, como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Cooperados e Funcionários da Cooperativa Agroindustrial Lar



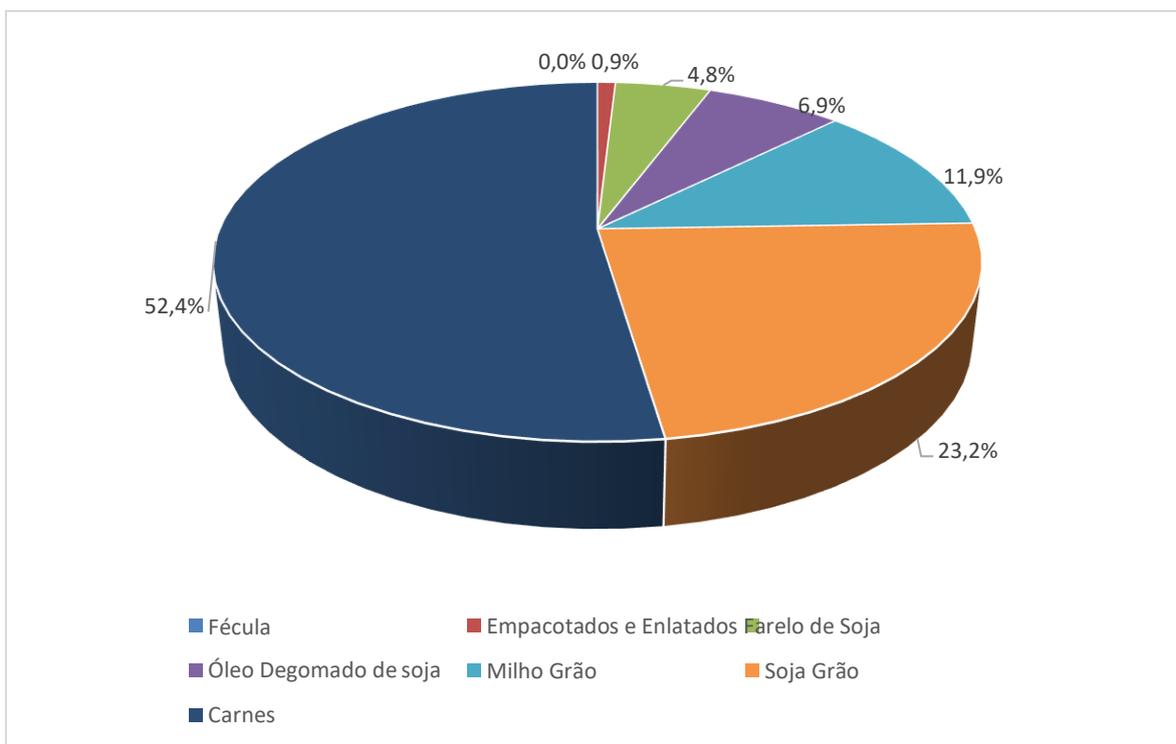
Fonte: Relatórios e Balanço Cooperativa Agroindustrial Lar (2001; 2005; 2010; 2014). Elaborado por Marilúcia Ben dos Reis

As cooperativas empresariais são palco de muitas contradições, entre elas cabe mencionar que abrigam trabalhadores assalariados, cooperados, não cooperados no mesmo sistema organizacional.

O caminhar administrativo da Cooperativa Lar representou a expansão da Cooperativa, que, de local (Comasil), passou a atuar de forma regional (Cotrefal) e, atualmente, é uma cooperativa/empresa regional em rede (Lar). Quanto ao fato de a Cooperativa ter deixado de ser Comasil e de se ter tornado Cotrefal, isso significou que ela passou a se territorializar, inicialmente mediante a instalação de entrepostos, seguida por supermercados e agroindústrias, além de postos de combustíveis.

A Cooperativa Lar possui um território de ação administrativa e pode ser delimitada, porém, no processo de territorialização, cria ações que correspondem ao processo de regionalização, algo que é impossível delimitar com precisão. Ampliaram-se as redes comerciais da Cooperativa Lar, que, de locais, passaram a internacionais. A comercialização de seus produtos ultrapassou as fronteiras nacionais e passou a ser realizada em países da América, da Europa, da Ásia e em países árabes. Suas exportações são comandadas pelas carnes, somando 52,4% das exportações direta e indiretamente por grupo de R\$ 1.000,00 em 2015, como mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Cooperativa Agroindustrial Lar e a exportação direta e indireta (por grupo - R\$ 1.000) em 2015



Fonte: Relatório e Balanço Cooperativa Agroindustrial Lar (2015). Elaborado por Marilúcia Ben dos Reis

As exportações diretas dizem respeito às atividades próprias da cooperativa em estudo e as indiretas estão relacionadas às atividades desempenhadas pelas controladas ou pela intercooperação da rede em que está inserida. O Estado desempenhou papel extremamente importante para o cooperativismo, foi ele que regulamentou a atividade, criou e recriou normas, deu aportes de crédito ao segmento, indicando um caminho meramente empresarial/capitalista para as cooperativas, isso a considerar a análise realizada por Serra (2013).

Segundo Raffestin (1993, p. 144), “[...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço, é uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder”. Trata-se de relações de caráter político-econômico-social e que se assumem como processos geradores de territorialidades. A produção, nesse caso, é a materialidade do território que segue se territorializando via exportação para vários países usando estratégias empresariais. Dado esse instrumental teórico de análise, há então a

necessidade de investigar especificamente os atores de poder que desenvolvem sua territorialidade.

O território da Cooperativa Lar abrange os territórios dos estados do Paraná, de Santa Catarina, do Mato Grosso do Sul e, enquanto controlada, a Lar Transporte no Paraná e a Lar Paraguai SRL, empresa que atua no vizinho Paraguai, nos departamentos de Alto Paraná, de Canindeyu e de Caaguazú, como mostra o Mapa 3.

O Mapa 3 apresenta os espaços que formam o território da Cooperativa Lar. A Cooperativa forma uma trama complexa recobrando esses espaços e acaba por redefinir o conteúdo nele empreendido amparada na rede agroindustrial. A trama envolve o cooperativismo e o CAI. O CAI dita as formas de produção e o cooperativismo cria e recria essas condições no espaço que se torna território. As atividades de grãos, aves, suínos e gado leiteiro são territorialidades da Cooperativa Lar em unidades produtivas menores no Oeste paranaense. No Mato Grosso do Sul e no Paraguai são as territorialidades de grãos - principalmente soja e milho - nas unidades produtivas maiores.

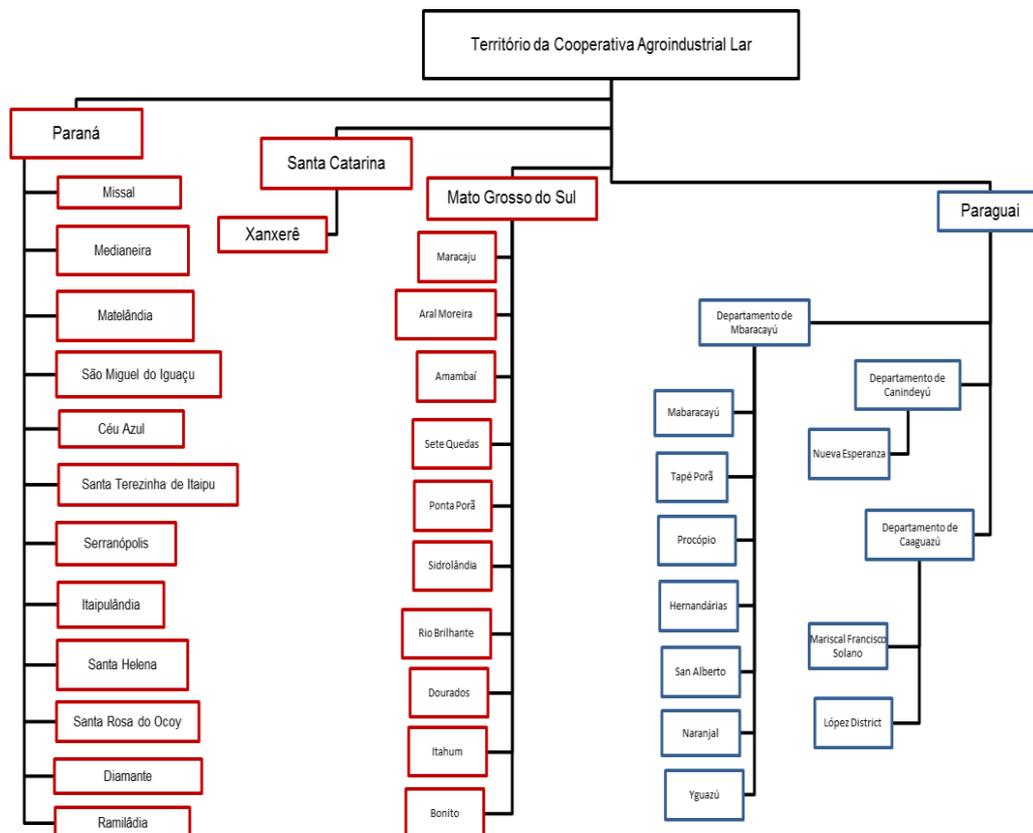
Mapa 3 – Território da Cooperativa Agroindustrial Lar



Fonte: (IBGE, 2000). Elaborado por Marilúcia Ben dos Reis.

As tramas que envolvem a Cooperativa Lar são formadas por diferentes redes, que, num movimento dialético, interligam e fragmentam o território. A organização territorial da Cooperativa vem sendo construída calcada no avanço das forças produtivas da região e se territorializa pela égide da especialização da atividade agroindustrial, atividade que, por sua vez, configura a dinâmica territorial do capital. Os elementos que compõem o espaço proporcionam a expansão da lógica capitalista para acumulação de capital. Esses mesmos elementos compõem os espaços do Oeste do Paraná, do Oeste de Santa Catarina, do Sul do Mato Grosso do Sul e do Leste do Paraguai, e proporcionam à Cooperativa a especialização da atividade agroindustrial e a acumulação de capital, seja ela por meio do território cooperativista que contempla a rede da intercooperação ou pela rede das controladas, que fornecem matéria-prima para a atividade agropecuária e agroindustrial própria como mostra a Figura 7.

Figura 7–Território em que atua a Cooperativa Agroindustrial Lar



Fonte: (COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR, 2014b). Elaborado por Marilúcia Bem dos Reis

O espaço é utilizado pela Cooperativa para elaborar os projetos e as atividades oriundas do CAI e assim territorializar suas ações, que, por sua vez, acabam transformando as atividades agrícolas em setores de acumulação para frações do capital na territorialização política.

Cada município brasileiro apresentado na Figura 7 possui unidades operacionais que proporcionam serviços aos cooperados distantes da sede localizada no município de Medianeira. Na Lar Paraguai, apesar de usar a estrutura de criar entrepostos distribuídos pelo território paraguaio, possui a mesma administração e marca Lar, porém se trata de uma empresa. O Oeste do Paraná marca o início das atividades da Cooperativa Lar e desenvolve atividades desde o setor primário ao terciário. Em Santa Catarina desenvolve o setor de sementes. No Mato Grosso do Sul atua com cooperados e não cooperados no recebimento da produção (soja, milho e trigo) e venda de produtos próprios da produção de grãos.

A controlada Lar Transportes atuou por muito tempo fazendo o transporte de ração, aves, suínos, entre a cooperativa e seus cooperados e também para os mercados consumidores. Segundo entrevista Funcionário da Cooperativa Lar (17 dez. 2015) a Lar Transportes doou praticamente toda a sua frota de caminhões para a Cooperativa Lar para a diminuição de tributos gerados por esse processo.

Quanto ao Paraguai, a empresa controlada, a chamada Lar Paraguai SRL, se localiza nos departamentos supracitados atuando na comercialização de insumos e no recebimento de grãos principalmente, tendo função mercantil com a Cooperativa Lar, sendo que essa relação entre empresa/cooperativa é passível de tributação.

As territorializações das cooperativas – em especial a da Cooperativa Lar-, seguidas da atuação de suas respectivas agroindústrias, passaram a exercer influência direta sobre a produção realizada no campo. As cooperativas, no Oeste do Paraná e para além desses limites, se caracterizam como firmas que criam atividades e suas correspondentes paisagens articulam espaços locais à escala nacional e até ao espaço global (BELUSSO, 2010). São elas que “preparam” o campo para produzir para a indústria (criação de suínos, de aves, postura de ovos, entre outras produções) e, ao mesmo tempo, receber produtos industrializados (agrotóxicos, fertilizantes, sementes melhoradas e máquinas).

As cooperativas servem de pontes que ligam os cooperados ao consumo de máquinas, de insumos e de equipamentos, que atendem ao fortalecimento da

agroindústria. Os CAIs estão voltados para mudanças na forma de produzir, aliados às políticas de crédito agrícola proporcionadas pelo Estado, territorializando cada vez mais o capitalismo no campo. Em suma, o capital industrial passou a comandar a economia do país em diversos setores, inclusive no campo, moldando-o segundo seus interesses.

As cooperativas híbridas deste novo sistema, além de serem competitivas no mercado, acabam utilizando da cooperação entre elas e empresas para compartilhar tecnologias e associações para diminuir riscos. O papel do Estado, nesse caso, é legislar para que o sistema se desenvolva e proporcionar linhas de financiamento, fiscalização e difusão de tecnologias. Nesse sistema se sobressaem a versatilidade e a agilidade mediante a reformulação das formas organizacionais intracooperativa – que representa mudanças dentro de cada sistema organizacional cooperativista – e intercooperativas –, que são as mudanças na estrutura que ligam uma cooperativa a outra – que outrora era apenas receptora e vendedora da produção oriunda de pequenas unidades familiares e hoje atua no complexo sistema agroindustrial, ora como agroindústria, ora como vendedora de insumos e de serviços, ora como empresa formando uma complexa rede, ora como intercooperação entre cooperativas compondo uma complexa organização social que incorpora os problemas de empresas de capital.

Quanto à estrutura organizacional, as cooperativas possuem instrumentos básicos de funcionamento eficiente na sociedade local e regional. Um deles é a Assembleia Geral, órgão máximo da cooperativa. Nas reuniões da Assembleia Geral – sejam ordinárias, sejam extraordinárias –, são discutidos os assuntos relevantes da sociedade cooperativa e são estabelecidas as diretrizes. No caso das reuniões ordinárias, são realizadas uma vez ao ano, nos três primeiros meses, e visam a apresentação dos balanços e dos resultados do exercício anterior, além de fazer as eleições para os Conselhos Fiscal e Administrativo. As reuniões extraordinárias ocorrem sempre que houver necessidade de debater algum tema pertinente ao funcionamento da sociedade.

O Conselho Administrativo fica responsável pela gestão e pelas atividades-meio. Esse conselho é composto por associados eleitos com mandato de, no máximo, quatro anos para administrarem as finanças, negociarem contratos de compra e venda e divulgar os produtos e serviços da cooperativa, são submissos às regras da Assembleia Geral. O Conselho Fiscal tem a finalidade de verificar se os

atos do Conselho Administrativo estão de acordo com as regras estabelecidas em Assembleia.

Na década de 1990, com a implantação do chamado plano econômico designado Plano Real no país, no governo do presidente Itamar Franco (1992 – 1995), houve, segundo Pinho (2008), a descapitalização das cooperativas e, conseqüentemente, a diminuição de capital de giro, dos investimentos em ampliação e instalações, das aquisições de máquinas e equipamentos.

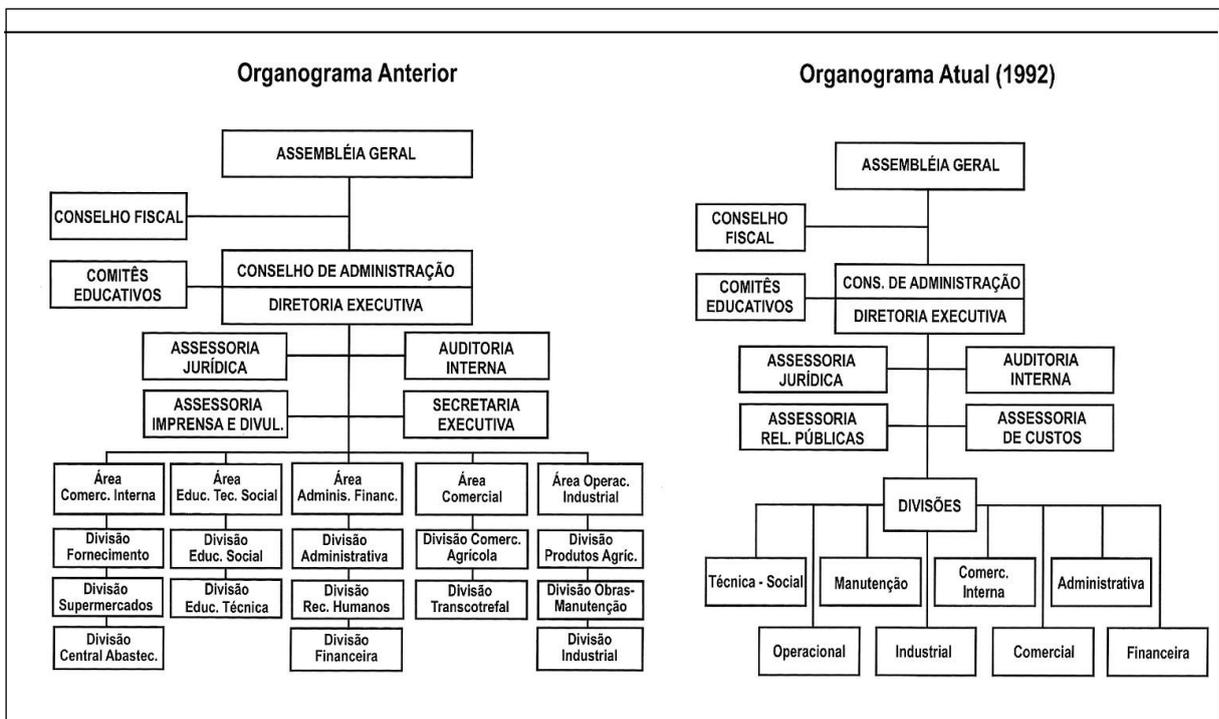
As cooperativas estão cada vez mais voltadas para a economia de mercado e, para atender às exigências desse modelo, acabam fazendo a otimização de seus recursos internos com a devida atuação gerencial. Para Bialoskorski Neto (2009, p. 723), “[...] as empresas cooperativas, necessariamente, têm que começar a tomar suas decisões de acordo com as tendências de mercado em nível global e as principais estratégias empresariais”. As mudanças ocorrem no interior das cooperativas nas formas administrativas, organizacionais, financeiras e produtivas.

As mudanças na estruturação das atividades agropecuárias ocorrem tanto na estrutura organizacional, na administrativa, na financeira, quanto também na mercadológica da Cooperativa em estudo, pautando essas mesmas transformações na profissionalização da gestão e na eficiência operacional. A diretoria seguiu as tendências das multicooperativas/híbridas no início da década de 1990, assim reestruturando a estrutura organizacional, administrativa, financeira e mercadológica, verticalizando sua produção e atuando com cooperado/cliente e cooperativa/empresa. Para se manter no mercado, investiu na diversificação das atividades rurais, na profissionalização da gestão e na eficiência operacional, e também promoveu enxugamento na estrutura hierárquica através da extinção de alguns cargos de chefia da Cooperativa, para diminuir custos e centralizar áreas de planejamento, como mostra a Figura 8.

O setor empresarial ainda é incipiente nas estruturas organizacionais da Cooperativa Lar. As cooperativas, na década de 1990, passaram por programas de racionalização administrativa para diminuir custos e aumentar a competitividade na economia mundializada, acompanhando o avanço do neoliberalismo e enfrentando grave crise financeira. Para enfrentar a crise, a Cooperativa em estudo reorganizou a estrutura organizacional, sendo que, segundo Marin (2005, p. 69), reestruturou o quadro pessoal. Assim, dos 1.750 funcionários, ficaram apenas 600, e 14 cargos de chefia foram extintos nos anos de 1991 e 1992. As transformações não param por

aí. Houve a eliminação de cooperados não atuantes, o que repercutiu no desligamento de 987 cooperados, como mostra o Gráfico 1, só se recuperando e aumentando em 2005. Nesse mesmo período houve a primeira greve dos funcionários da Cooperativa.

Figura 8 – Mudanças Estruturais na Agroindustrialização da atual Cooperativa Agroindustrial Lar



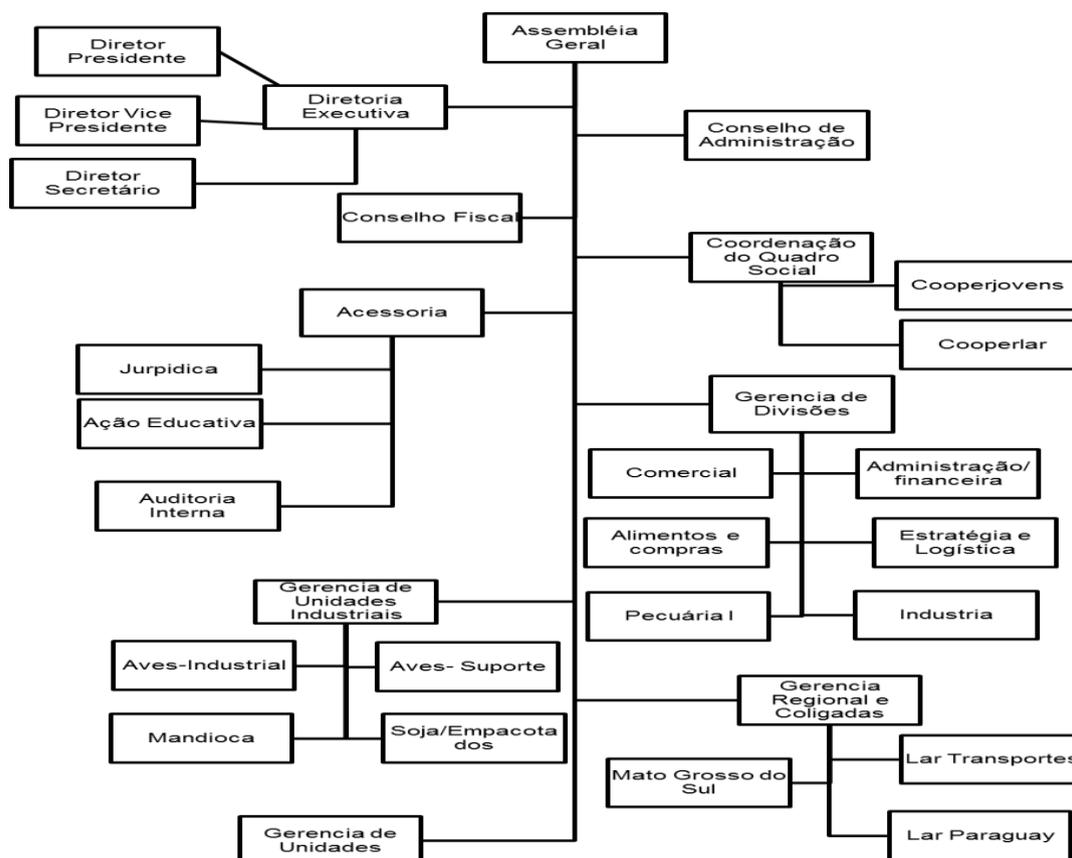
Fonte: (MARIN, 2005, p. 109).

As transformações mercadológicas estão pautadas nas alianças da intercooperação entre cooperativas, que, para atender às exigências da estrutura agroindustrial que se vinha fortalecendo, vão formando alianças. A implantação de atividades como criação de aves, suinocultura, gado leiteiro, óleo e farelo de soja, ração, entre outras, acaba criando e recriando atividades e produtos nas unidades produtivas que saem do complexo rural e passam para o CAI. Esse processo abriu as portas da cooperativa em estudo para a negociação de seus produtos no mercado internacional.

De acordo com Bialoskorski Neto (2009), a Nova Geração de Cooperativas²⁹ mantém os princípios doutrinários do cooperativismo, respeitando para cada cooperado um voto, além da participação nos resultados de acordo com as atividades desenvolvidas e, para edificar o novo sistema organizacional, modifica os direitos de propriedade, induzindo a organização cooperativa à elevação do nível de eficiência gerencial e comercial. Essas organizações são formadas por cooperados selecionados, para estabelecer o modelo de cooperativismo que visa à agregação de valores de *commodities* agropecuárias. Nesse modelo de cooperativismo, o objetivo é o mercado para desenvolver a eficiência econômica imposta pelo sistema produtivo do CAI.

A atual estrutura organizacional da Cooperativa Lar se modificou e está sendo reorganizada constantemente para atender às necessidades de sua entrada na agroindustrialização, como mostra a Figura 9.

Figura 9 – Estrutura organizacional da Cooperativa Agroindustrial Lar



Fonte: (COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR, 2011).Elaborado por Marilúcia Ben dos Reis

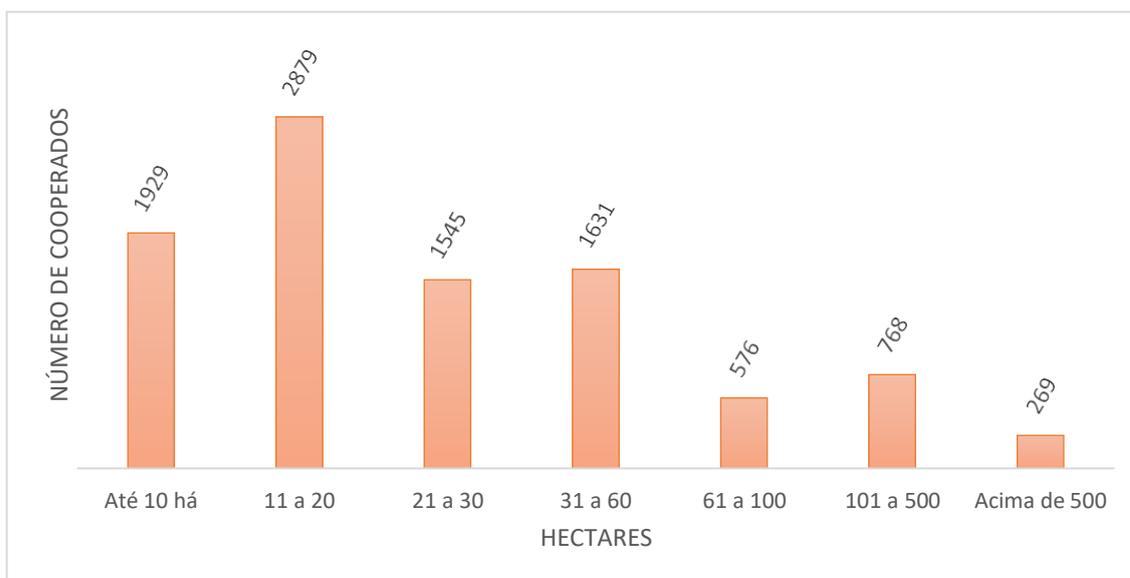
²⁹ Uma das principais características da Nova Geração de Cooperativas é modificar os direitos de propriedade sobre a terra, que saem do cooperado e passam para a cooperativa, situação essa que não existe no Brasil, e sim no Canadá e em alguns países europeus.

Na estrutura organizacional estão as diversas divisões do sistema cooperativista. No caso da Cooperativa Lar, as divisões vão se complexificando, mantendo relações políticas, econômicas e sociais híbridas, com cooperados, com não cooperados e com empresas. As relações com empresas estão postas no organograma como “Lar Transportes e Lar Paraguai”, portanto são empresas no interior do sistema cooperativista guiadas pela mesma gestão. As relações com agroindústrias estão marcadas pela atividade de aves, de soja e de mandioca, enquanto a atividade de empacotados não mais faz parte desse sistema.

Para atender às condições impostas pelo mercado, as estruturas dos novos grupos cooperativos vão se complexando, elevando a pirâmide (diretoria/cooperado), que se amplia cada vez mais, aumentando o risco de perder o contato com a base. É muito difícil para as cooperativas agropecuárias se manterem fiéis aos princípios cooperativistas. Estão presentes nessas relações, de um lado, os princípios e os cooperados, e, do outro, o mercado e a agroindústria, que apresenta competitividade, endividamento e crescimento econômico, entre outros fatores que as levam para o caminho de se tornarem firmas comuns, porém isso não acontece devido às vantagens que o sistema cooperativista proporciona. O autor francês Ndebani (1993) considera que toda a civilização evolutiva e as consequências disso são as mudanças sociais, que transformam as mentalidades e as identidades. Nessa perspectiva, é possível afirmar que a crise de identidade do cooperativismo agropecuário vem acompanhada da revolução tecnológica e da territorialização do capitalismo no campo, que transforma e recria o cooperativismo formando territorialidades e novas identidades. Segundo ainda Ndebano (1993), a evolução e expansão da tecnologia transformam as condições de existência, suas estruturas sociais e seus valores.

A questão da terra por cooperado é parâmetro baseado na pequena unidade de terra, como mostra o Gráfico 4. Em termos de porcentagem, 66% dos cooperados possuem de 10 a 30 hectares de terra, 23% possuem entre 31 a 100 hectares e 11% possuem acima de 101 hectares. Dos 66% dos cooperados, eles, em sua maioria, trabalham com as atividades de aves, de suinocultura, de gado leiteiro, de soja, de milho e de mandioca. Quanto maior é sua unidade produtiva, maior é a especialização da produção. Diferentemente, em se tratando dos 11% que possuem acima de 101 hectares, ali as atividades estão direcionadas principalmente à produção de soja, de milho e de trigo.

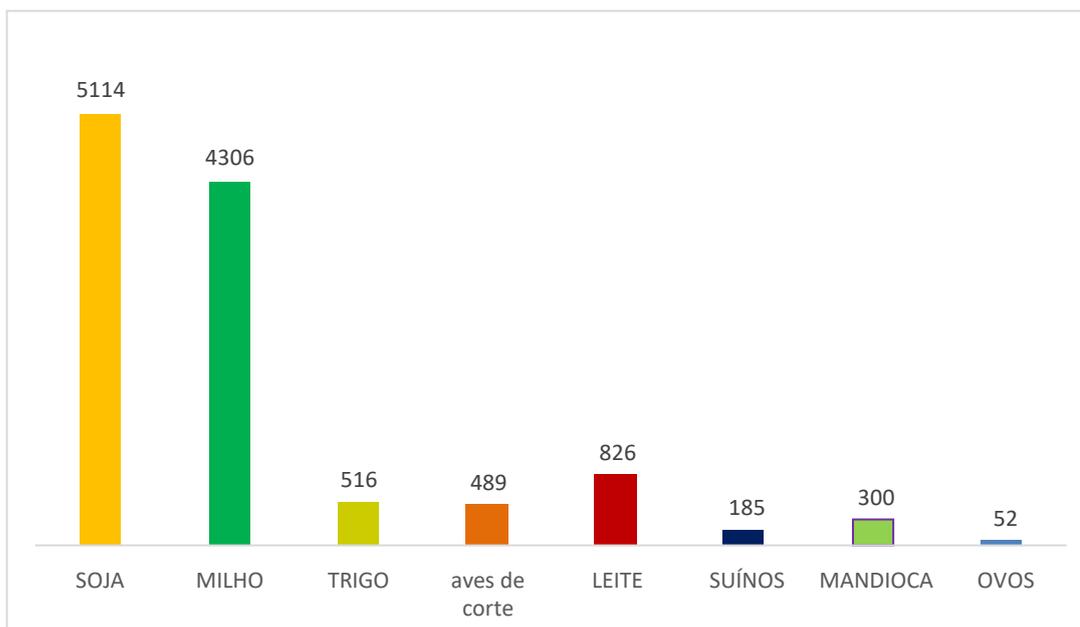
Gráfico 4 – Distribuição de terra por cooperado da Cooperativa Agroindustrial Lar



Fonte: (COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR, 2014b). Elaborado por Marilúcia Ben dos Reis

De acordo com Bialoskoski Neto (2001), a eficiência empresarial cooperativa está relacionada com a eficiência econômica da unidade de produção associada. Em contrapartida, a eficiência da unidade de produção associada representa a adequação para a produção de *commodities*. Para alcançar a eficiência econômica/empresarial exigida pelo CAI, houve, dentro do sistema cooperativista, um aumento dos projetos das cooperativas em relação às pequenas unidades produtivas com a diversificação da produção, introduzindo, além da soja e do milho, atividades como suíno, leite e aves. Atualmente a cooperativa trabalha com a produção de soja, de milho, de trigo, de aves de corte, de leite, de suínos, de mandioca e de ovos. O Gráfico 5 mostra que 98% dos cooperados trabalham com soja e milho.

Gráfico 5 - Número de cooperados/atividade



Fonte: (COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR, 2014b)

As unidades produtivas cooperadas diversificaram a produção integrando mais de uma atividade. De acordo com Bialoskoski Neto (2001), os negócios devem refletir a missão e as estratégias da empresa – que, neste caso, é a empresa cooperativista – e podem condicionar um novo relacionamento comercial entre a empresa e o consumidor e elevar a um novo patamar as relações entre empresa cooperativa e seu cooperado, resultando em mútua cobrança de desempenho econômico e de qualidade. Isso acontece dentro do sistema cooperativista com os concursos de produtividade através de premiação de maior desempenho, promovendo a competitividade dentro do sistema cooperativista.

Esse novo sistema, segundo Pinho (2008), exige estratégias de desenvolvimento que se distanciam do isolamento preconizado pelo nacionalismo puro, e prescrevia a aceitação das tecnologias implantadas por empresas multinacionais. Nesse sistema, a produção fica restrita a algumas poucas empresas que dominam o agronegócio, como “[...] Monsanto, Bunge, Cargil, ADM, Basf, Bayer, Syngenta, Navartis, Netlé e Danone, controlam principalmente toda a produção agrícola, de agrotóxico, de sementes transgênicas e o comércio agrícola de exportação”, segundo Stedile (2006, p. 17). A cooperativa se tornou alternativa dentro do sistema, como salienta Serra (2013), sendo instrumento para mediar a implantação da modernização da agricultura na formação do CAI.

Os projetos de integração definidos e implantados pelo Estado na década de 1980 e 1990 promoveram a reestruturação econômica e filosófica nas cooperativas agropecuárias paranaenses, direcionando os investimentos para a agroindustrialização. Mesmo assim, o carro-chefe de maior faturamento na Cooperativa Lar foi a produção da soja, ficando em segundo lugar o complexo aves, em terceiro ficaram os insumos agrícolas e, em quarto, milho. Esses setores, juntos, somaram 83,19% do faturamento, de acordo com o Relatório e Balanço (COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR, 2014b).

A dinâmica do setor agroindustrial após 1990 acabou reorganizando as relações entre os agentes econômicos no interior das cooperativas. Isso se refletiu no posicionamento estratégico das cooperativas, que acabam implantando tecnologia e atividades de agroindustrialização, ampliando a capacidade de acomodação e de introdução de novos produtos, redefinindo vantagens para se tornarem competitivas em relação às outras empresas do mesmo setor.

Com a agroindustrialização, de acordo com dados do relatório e balanço (COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR, 2014b), a Cooperativa Lar conta com a Unidade Industrial de Rações (UIR), Unidade Industrial de Mandioca e Milho (UIM), Unidade Industrial de Aves e Carnes (UIA e UIC), Unidade Industrial de Soja (UIS), Unidade Industrial de Empacotados (UIE), Unidade Produtora de Sementes, Unidade Produtora de Leitões (UPL), Unidade de Tratamento de Madeira (UTM), Unidade Produtora de Sêmen Suíno (UPS), Unidade Produtora de Pintainhos (UPP), Unidade de Recria de Novilhas (URN) e Unidade de Fabricação de Paletes (UFP). Nesse caso, são essas as atividades que completam o ciclo da agroindústria a montante e a jusante do processo produtivo.

O CAI se estrutura tendo, a montante, o setor de bens para a lavoura (fábricas de tratores, outras máquinas agrícolas, insumos químicos, enfim, tudo o que uma lavoura precisa para se modernizar); ao centro, a agricultura modernizada; a jusante, o setor de transformação, constituído por indústrias esmagadoras, abatedouros e outras agroindústrias. É a jusante do CAI que a Cooperativa Lar se estruturou. A Figura 10 mostra as atividades da Cooperativa Lar, representando as unidades que produzem o sistema do CAI, integrando o sistema produtivo das unidades primárias ao sistema urbano industrial. A agroindustrialização passou a implementar lavouras especializadas, provocando a readequação das pequenas

unidades cooperativas, substituindo estruturas existentes, incluindo retirada ou remanejamento de casas, de terreiros, de tulhas, de pomares e de galinheiros.

Figura 10 – Atividades da Cooperativa Agroindustrial Lar



Fonte: (COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR, 2015). Elaborado por Marilúcia Ben dos Reis

Foi sendo reestruturado um novo modo de produzir e de organização social, com atividades voltadas ao CAI. Não é pretensão, aqui, negar a importância da modernização da base técnica de produção, visto que, com esse sistema, aumentou a produtividade, porém, como afirma Paulino (2006), houve custos socioambientais equivalentes.

Vale lembrar que a agroindustrialização desencadeou importantes transformações no “[...] cotidiano, circularam outros costumes, culturas, tradições, que foram adequadas para facilitar a acumulação de determinados grupos econômicos” (SCHLOSSER, 2005, p. 271). As relações da Cooperativa Lar no Oeste do Paraná, no Mato Grosso do Sul e no Leste do Paraguai apresentam reflexos e influenciam as mudanças na estrutura das unidades produtivas rurais, na divisão territorial do trabalho, nas formas de consumo e de produção, no uso do solo, nos padrões de organização espacial, contrastando com os modos de vida que ali se mantinham. A produção agrícola passou para a produção urbano-industrial de fora para dentro da indústria.

Para o imigrante no Oeste do Paraná restou o:

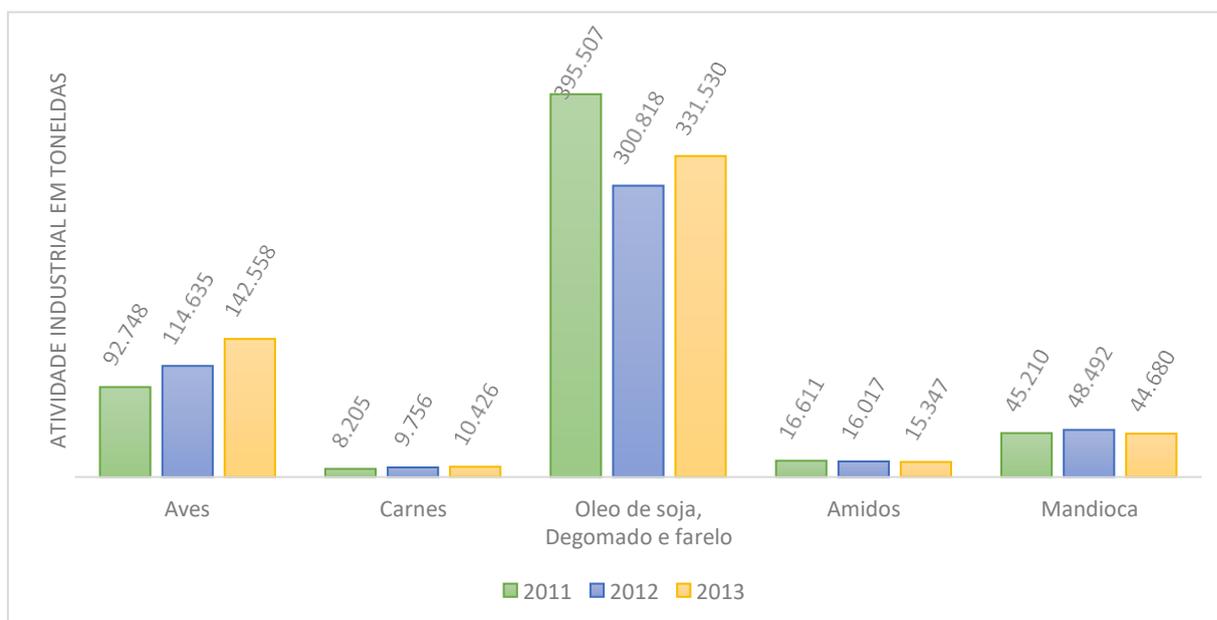
[...] impacto com o processo da modernização agrícola. Ele não mais era policultor para a subsistência e para o mercado próximo. Ele foi se tornando um produtor especializado vinculado ao mercado internacional da agroindústria. (GREGORY, 2002, p. 20).

Cada vez mais os cooperados foram especializando sua produção para atender às exigências do mercado externo com a produção de *commodities*, transformando a base econômica das unidades produtivas, que se tornaram cada vez dependentes dos pacotes tecnológicos. As cooperativas atuam muito mais para o mercado com a produção de *commodities* do que para valorizar a cultura e os hábitos de seus cooperados. Elas transformam e recriam culturas para atender à exigência do CAI territorializados no interior da Cooperativa e das unidades produtivas dos seus cooperados. O novo modo de produzir e de se organizar socialmente está relacionado ao complexo grãos, aves, leite e suinocultura.

A década de 1990, portanto, iniciou um processo de verticalização com a abertura da economia e a ampliação do mercado para além da fronteira nacional. Os programas educativos estavam voltados para a profissionalização, para a diversificação e para a industrialização. O lema dessa década era agregar valor ao produto e eliminar o atravessador. São então iniciadas as campanhas educativas e os chamados “dias de campo”, tratando especialmente de assuntos como plantio direto e similares. A cultura em forma de plantio direto vinha sendo introduzida no Paraná, sendo que em 1996 foi desenvolvido o I Encontro Regional de Plantio Direto. A partir de então as unidades produtivas, territorializadas com a modernização da agricultura e introdução do CAI, mudam a forma de cultivo. Assim, onde antes se revolia a terra com uma ferramenta denominada “pé de pato”, mais arado, niveladora e grade (à moda da forma de cultivo dos Estados Unidos), agora se passou ao plantio direto, sem revolver o solo, em razão de que no Brasil não se tem neve e não há necessidade de revolver a terra. Houve, portanto, mudança drástica na forma de plantio das lavouras. Para aquecer a produção, surge o Primeiro Concurso de Produtividade Milho e Soja, da Cotrefal, juntamente com a OCEPAR. Não só no setor agrícola houve mudanças, mas também no setor pecuário.

Com essas mudanças, a atividade industrial ganhou destaque, como mostra o Gráfico 6, do complexo aves, carnes, óleo de soja, desgomado, farelo, amidos e mandioca.

Gráfico 6 – Atividade Industrial da Cooperativa Agroindustrial Lar de 2011 a 2013



Fonte: (COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR, 2014b). Elaborado por Marilúcia Ben dos Reis

Foi a industrialização do óleo de soja, do desgomado e do farelo que abriu as portas da Cooperativa Lar para a agroindustrialização das demais atividades com aves, suinocultura e gado leiteiro. Esse sistema está interligado ao farelo, que, por sua vez, se torna alimento para os animais pertencentes ao CAI.

As cooperativas do Oeste do estado do Paraná promoveram, a partir de 1994, um elevado nível de industrialização do complexo soja (óleo, farelo, sucos, margarina, etc.), suinocultura (embutidos, cortes, etc.), leite (longa vida, doce, leite condensado, iogurtes, etc.) e, principalmente, aves (cortes, embutidos, etc.), de acordo com informação da OCEPAR (2015). O crescimento de maior relevância é o do setor avícola, que se tem destacado nos relatórios e balanços das cooperativas C. Vale, Copacol, Coopavel, Cooperativa Lar e Copagrill, atuantes no Oeste paranaense.

Com a implementação das atividades industriais, os terreiros deram lugar às granjas de aves e de suínos. As granjas e os aviários necessitam estar bem próximos das casas de moradia, isso se fazendo necessário para que a família possa cuidar, de perto e ininterruptamente, dos animais. Os antigos galinheiros são

extintos devido à “contaminação” que podem causar aos animais criados em confinamento. Também as tulhas foram extintas, para dar lugar a um novo armazenamento mediante caminhões de ração, que abastecem as unidades cooperadas periodicamente. Enfim, a organização das unidades cooperadas rurais se tornou cada vez dependente dos pacotes tecnológicos vindos do sistema cooperativista.

Como visto, a territorialização do capitalismo no campo implica uma série de transformações sociais, culturais, econômicas e produtivas. O cooperativismo é resultado desse processo, que se transforma em “cooperativismo empresarial”, agora a serviço do capital e não mais com a base filosófica da “união faz a força”.

O “cooperativismo empresarial” serve de ponte entre a indústria e a agricultura, tornando esta última consumidora de insumos e de equipamentos, e a indústria tornada processadora, que introduz novos modos de produção no campo e, nesse caso, a agropecuária se torna fornecedora de matéria-prima para ser processada, e essas matérias processadas voltam para novamente serem consumidas pela população rural, mantendo a relação: consumidor – vendedor – consumidor de produtos industrializados. Foi assim que as indústrias se consolidaram a jusante e a montante da agricultura, subordinando e explorando grande parte das unidades rurais, assim mudando social, cultural e economicamente a estrutura rural.

Para atender às necessidades do CAI, as cooperativas passam a desenvolver a intercooperação, desenvolvendo um cooperativismo em rede. Essas redes acabam por se organizar entre cooperativas singulares para formar cooperativas centrais, para o ganho de escala, onde, ao invés de trabalharem separadamente, elas se unem e desenvolvem atividades com menor custo.

4.1 AS REDES DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR

A Cooperativa Lar adotou, então, o *modus operandi*³⁰ de ampliar suas instalações mediante fusões e incorporações, como demonstrado anteriormente, assim passando a atuar no CAI do campo como produtora, revendedora e financiadora dos processos produtivos, formando uma unidade corporativa em rede. A Cooperativa Lar passa então a industrializar soja, milho, mandioca e aves através

³⁰Modo pelo qual uma organização desenvolve suas atividades ou opera.

das unidades industriais de mandioca e milho, aves, carne e soja – e, através da intercooperação com a Frimesa, faz a industrialização de leite bovino e de suínos.

Como mencionado, as cooperativas agroindustriais do Paraná estão inseridas no CAI, que, por sua vez, apresenta a noção de “complexo”, conceito de “rede”, como instrumento de análise/metodológica aplicada à atividade agroindustrial. Sendo assim, segundo Silveira:

A rede agroindustrial, enquanto forma de organização, configura-se a partir da articulação de distintos agentes sociais: agricultores, indústrias produtoras de insumos e máquinas, indústrias processadoras/beneficiadoras de matéria-prima, indústria de bens de consumo, instituições financeiras, empresas de transporte, empresas comerciais e exportadoras, organismos governamentais, centros de pesquisa e agências de publicidade. Isso se dá a partir de interesses, práticas e estratégias particulares, bem como através de relações técnicas, econômicas e de poder. Também incidem na configuração da rede agroindustrial o comportamento do mercado e as políticas macroeconômicas engendradas pelo Estado. (SILVEIRA, 2005, p. 232-233).

A organização da rede agroindustrial da Cooperativa Lar está articulada nos territórios do Oeste do Paraná, do Oeste de Santa Catarina, do Sul do Mato Grosso do Sul e, através de agentes distintos do cooperativismo, no território paraguaio. Trata-se de migrantes em sua maioria oriundos do Rio Grande do Sul, tanto no Brasil quanto no Paraguai, que atuam como cooperados no Brasil e clientes no Paraguai, assim formando a ordem da rede.

Para Raffestin (1980), as redes são móveis e inacabadas e se adaptam às variações do espaço e às mudanças através do tempo: “A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o instrumento por excelência do poder” (RAFFESTIN, 1980, p.185). As prisões, nesse caso, se configuram na complexidade da integração ou da exclusão do território de acordo com os interesses dos atores imbricados no sistema agroindustrial, formando uma unidade agroindustrial e não uma única agroindústria. A Cooperativa Lar possui o território e, por força do produto desse território – suas territorialidades – que formam as redes.

O cooperativismo no Paraná pode ser compreendido pelo que Raffestin (1993) denomina sistema de tessituras de origem política, nós e redes que permitem assegurar o controle daquilo que pode ser distribuído, alocado ou possuído. De acordo com Saquet (2006, p. 76):

O território é um produto socioespacial, de relações sociais que são econômicas, políticas e culturais e de ligações, de redes *internas e externas* que envolvem a natureza. Por esta via o espaço físico entra nas relações e nas estruturas sociais.

Foi, portanto, em busca de matéria-prima para a agroindústria processadora que a Cooperativa Lar se territorializou em vários estados no território nacional e se expandiu para o território paraguaio. A territorialização da Cooperativa em estudo está estritamente ligada à busca de mercado para sustentar sua rede agroindustrial e a rede, por sua vez, em especial as redes técnicas, são elementos que influenciam o processo de organização territorial interna/externa à Cooperativa Lar.

De acordo com Raffestin (1993), a rede é um instrumento de poder no território e a formação de redes cooperativistas se tornaria um poderoso instrumento do poder. As tessituras de origem política são “[...] aquelas criadas pelo Estado, em geral têm uma permanência maior do que resultantes de uma ação dos atores empregados na realização de um programa” (RAFFESTIN, 1993, p. 155). As grandes empresas cooperativistas têm o poder de criar e de organizar o território por meio da reticulação e ao Estado cabe o papel de normatizá-lo.

No Oeste do Paraná, o Projeto Iguaçu de Cooperativismo organizou os territórios das cooperativas e as ações de ordem político/econômica das cooperativas criaram e recriaram a territorialização para a formação das redes agroindustriais. Cada cooperativa possuía um território inicial para desenvolver suas atividades, que, por sua vez, necessitavam de produção em grande escala para atender às demandas do mercado no exterior. O território inicial da Cooperativa Lar era Missal com o desenvolvimento de atividades ainda manuais. Depois, com a implantação gradativa do CAI e da ampliação do comércio exterior, isso foi se modificando e ampliando a territorialização da Cooperativa em estudo. A ordem das redes do cooperativismo agroindustrial está calcada nos elementos que visam à produção em grande escala e a respectiva logística para exportação, com a produção principalmente de *commodities* agrícolas.

As redes são essenciais aos modos de produção agroindustrial, possibilitando múltiplos pontos que asseguram a mobilidade (RAFFESTIN, 1993). Nesse sentido, Raffestin (1993, p. 209) escreve que isso “[...] é conveniente, pois, decifrar as redes por meio de sua história e do território no qual estão instaladas, por meio dos modos de produção que permitiram a sua instalação e das técnicas que lhes deram forma”.

Para compreender a história da instalação de uma rede e do território onde se encontra instalada é fundamental conhecer os atores que integram seu campo de relações: “A rede depende dos atores que geram e controlam os pontos da rede, ou melhor, da posição relativa que cada um deles ocupa em relação aos fluxos que circulam ou que são comunicados na rede ou nas redes” (RAFFESTIN, 1993, p. 207). Essas Cooperativas/empresas atuam na organização em rede imbricadas no ambiente de um sistema que se une e se afasta de acordo com as necessidades de gerar lucro no caso das empresas e de gerar sobras no caso das cooperativas. O poder emana, portanto, dos atores que produzem e controlam a rede. Os atores são os agentes de poder e, para o exercício desse poder, o instrumento utilizado é a rede (DIAS, 2004). Mesmo assim, porém, a concepção de rede também não pode ser dissociada da concepção de poder, dado que a rede, a sociedade e o território são indissociáveis. Nesse caso específico, os atores são a Cooperativa Lar, a Frimesa, a Cotriguaçu, a Lar Transportes e a Lar Paraguai. Esses são os atores que, com a ajuda do Estado, configuram fluidez no território do Paraná, de Santa Catarina, do Mato Grosso do Sul e do Paraguai – fluidez essa configurada nos ditames do CAI voltados aos grandes empresários rurais.

A reestruturação dos agentes de poder intensificada após 1990 no Oeste do Paraná reorganizou o sistema cooperativista em rede, para atingir segmentos que até então não estavam impressos no interior do seu tecido agroindustrial.

Os anos 1990 ficaram marcados por mudanças nas políticas agrícolas com tendências à redução do apoio à agricultura e alicerçados nos princípios da economia de mercado. Nesse sentido, as cooperativas agrícolas foram mudando sua identidade. O sistema cooperativista do CAI atuante no Oeste do Paraná, que se aproxima dos valores empresariais, passou a atuar com a unidade cooperativista singular³¹, promovendo a interação entre cooperativas e empresas em conformidade com os interesses produtivos, formando os arranjos organizacionais e assim as chamadas cooperativas centrais ou federação em “[...] que se utilizam

³¹ Nos termos do art. 6º da Lei Federal nº 5.764, de 1971, as sociedades cooperativas são consideradas: **singulares**: as constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos; **cooperativas centrais ou federações de cooperativas**, as constituídas de, no mínimo, 3 (três) singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais; **confederações de cooperativas**, as constituídas, pelo menos, de 3 (três) federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades.

recursos e envolvem a gestão das interdependências de várias empresas” (MAZZALI, 2000, p.155).

As redes estão presentes no interior do sistema agroindustrial e este, por sua vez, está calcado nas estratégias de interpelações dos agentes coordenadores. A rede da Cooperativa Lar, como mostra a Figura 13, é composta de empresas controladas, unidades receptoras de grãos, unidades industriais e de distribuição, bem como as redes produtivas de aves, de leite e de suinocultura. Essas atividades seguem a lógica do CAI que se expande e se territorializam em meio às pequenas unidades produtivas, subordinando o trabalho realizado pelos cooperados.

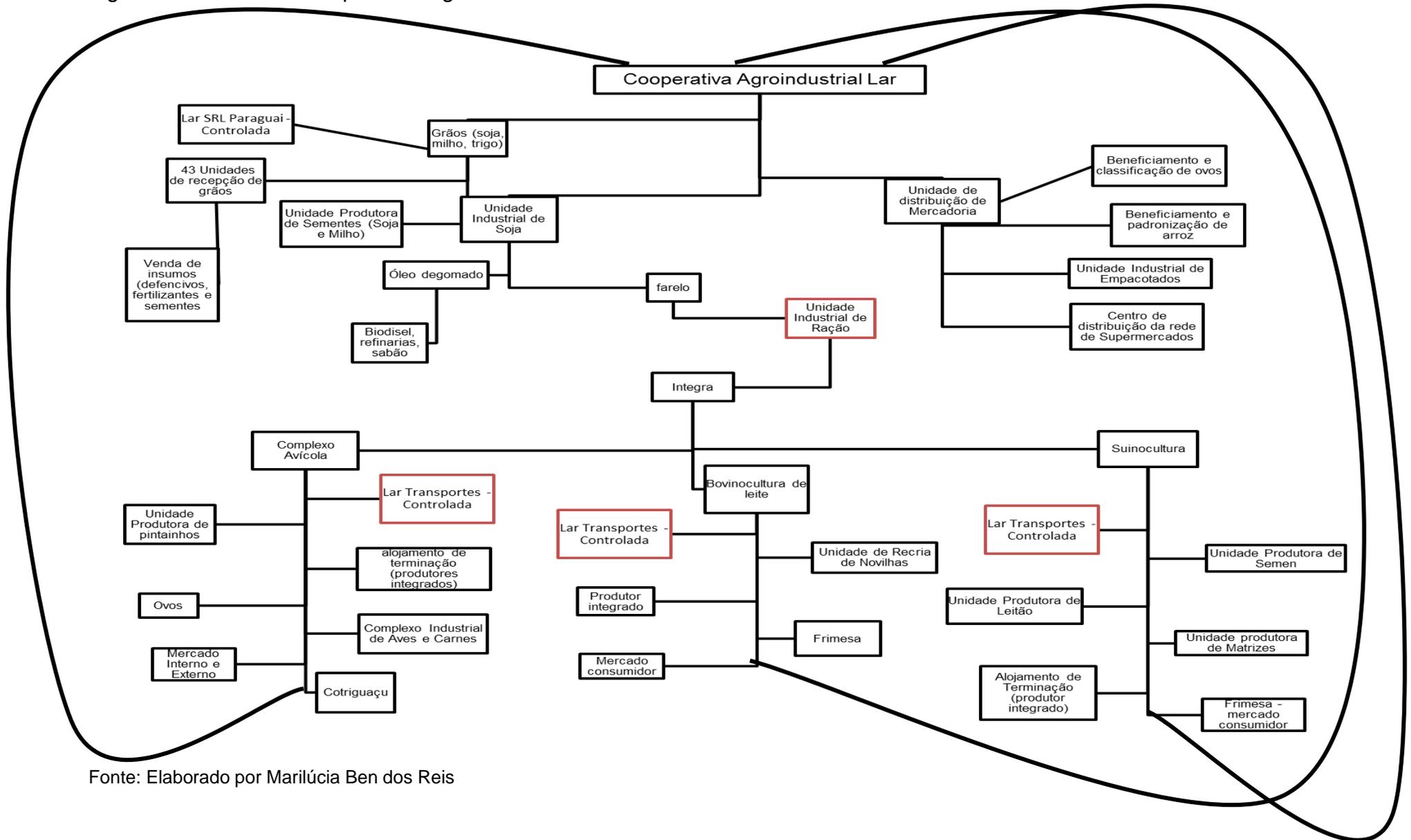
O que alimenta a rede da Cooperativa Lar é o mercado e a fonte de matéria-prima para a agroindústria, principalmente soja e milho. Em busca da produção de grãos para alimentar a agroindústria, a Cooperativa em estudo possui 43 unidades receptoras de grãos no Brasil e 8 no Paraguai (COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR, 2014b). Essas unidades receptoras de grãos integram os setores do CAI, alimentando a rede do complexo avícola, leiteiro e suinocultura, que, segundo Raffestin (1993), constituem as complementaridades, na abordagem relacional entre a circulação e a comunicação. Como é o caso dos fluxos de materialidade de produção, de transporte da matéria-prima para a indústria e de imaterialidade caracterizadas pelas ações político-econômico-sociais que acabam por produzir o território e a territorialização. Trata-se de ações correlacionadas e mantidas pelo poder econômico, político e cultural local, regional e suprarregional. Nessa nova fase de industrialização, a Cooperativa Lar, além de receber matérias-primas, também as transforma em produtos industrializados para chegarem ao mercado consumidor através do parque industrial próprio - parque que vem sendo estruturado - e de seus relacionamentos com cooperativas centrais e empresas controladas que estão estruturadas em rede para atender às necessidades da demanda do mercado e do cooperado que produz para o mercado.

Em função da apropriação dos avanços tecnológicos e domínio econômico, as atividades de aves, de suinocultura e de gado leiteiro foram absorvidas pela agroindústria, criando novas tecnologias e formas de criação de animais dentro do CAI, o que representou mudanças significativas na base técnica da agropecuária.

A reestruturação produtiva do campo materializou um novo arranjo territorial, que, por sua vez, provocou reorganizações socioterritoriais que fizeram emergir novas territorialidades no sistema produtivo da agropecuária. A produção de

soja/milho estabeleceu no Oeste paranaense, após 1980, a integração das cadeias produtivas de aves, de suínos e de leite. A soja/milho se tornaram a proteína vegetal mais utilizada para compor a base alimentar das cadeias de laticínios e de carne. Nesse cenário é que foi implantada a fábrica de ração e de concentrados criada em 1985, em Medianeira, em destaque na Figura 11.

Figura 11– A rede da Cooperativa Agroindustrial Lar



Fonte: Elaborado por Marilúcia Ben dos Reis

Simbolicamente, o destaque vai para a “ração”, que cria o elo de ligação entre as atividades de aves, de suínos e de leite, uma vez que se modificou a base técnica de criação de animais, que agora estão sendo criados em regime de confinamento. A unidade de ração integra as atividades supracitadas e necessita de 25% de farelo de soja e 65% de farelo de milho para formar a ração que os animais desse sistema consomem.

A Cooperativa Lar organizou sua territorialização política, econômica e social e passou a organizar a rede de suas necessidades nos territórios, envolvendo cooperados e não cooperados com suas unidades produtivas, tudo isso para suprir as demandas da agroindústria. Com a ampliação e o crescimento das atividades de aves, de suínos e de leite no Oeste do Paraná, a Cooperativa Lar necessitou de matéria-prima para suprir suas demandas, o que fez com que ela se territorializasse no Paraguai e no Mato Grosso do Sul, formando as redes de integração que visam ao crescimento agroindustrial em que as unidades produtivas cooperadas estão inseridas. Nesse caso, a Cooperativa produz e reproduz a circulação e a comunicação, para moldar a rede de forma flexível às vicissitudes da sociedade e da territorialidade circundante direcionadas pelo mercado.

O problema que levou à organização da rede foi o encarecimento do alimento – milho – que atende à base da criação de aves, de suínos e de gado leiteiro. Pensar esse encarecimento pela falta de milho é pensar a crise do setor que vem se desenvolvendo presentemente no Oeste do Paraná. O milho no Paraná virou uma cultura de inverno, chamada de safrinha, e o carro-chefe da produção do Oeste paranaense ainda é a soja. A busca por matéria-prima levou a Cooperativa Lar a se territorializar em lugares estratégicos que suprissem e fomentassem essa necessidade e não a tornasse refém da falta de matéria-prima.

No que tange às redes e ao poder, Raffestin (1993, p. 83) esclarece que toda estratégia integra a mobilidade e, por consequência, elabora função de circulação-comunicação – é função de poder, onde: “A circulação imprime a sua ordem”. Assim, portanto, a ordem desse sistema é aumentar a circulação principalmente de soja e milho entre o Paraguai e Brasil através do elo constituído com a Lar Paraguai, empresa que tem como objetivo suprir as necessidades das atividades agroindustriais da Cooperativa Lar.

Nesse caso, o poder não consegue evitar o que pode ser visto ou controlado. Os programas rodoviários criados pelos governos (federal, estadual e municipal), por

exemplo, são estratégias para o escoamento de produção agroindustrial para atender às exigências do mercado externo, e as redes estão ligadas ao porto marítimo. Segundo Pinho (2008), o agronegócio era âncora para o desenvolvimento brasileiro e símbolo de modernidade da zona rural na década de 1990, mas estava impossibilitado de desenvolvimento devido às deficiências de infraestrutura portuária e de transportes.

As alianças (com cooperativas centrais e empresas controladas) têm sido um recurso utilizado pelas cooperativadas agropecuárias, e aparecem como uma exigência, uma necessidade, dentro do universo econômico competitivo. Nesse sistema, as empresas/cooperativas se especializam e desenvolvem atividades específicas dentro do sistema agroindustrial, formando redes de intercooperação e empresas controladas para atender a fatias de mercado em nível nacional e internacionais.

Com o objetivo de conquistar novos mercados e trabalhar com economias de escala, a Cooperativa Lar organiza o processo produtivo de maneira a alcançar a máxima utilização dos fatores produtivos envolvidos no processo – neste caso, as agroindústrias –, envolvendo determinados territórios e procurando como resultado baixos custos de produção e o incremento de bens e serviços, que, neste caso, dependem da atuação em rede da intercooperação (Frimesa e Cotriguaçu) com outras cooperativas e empresas controladas (Lar Transportes e Lar Paraguai).

Sobre o território e a rede, serão apresentadas a seguir as alianças das redes de intercooperação com as cooperativas centrais e as redes das controladas, com ênfase na Lar PY.

4.2 A LAR E A REDE DA INTERCOOPERAÇÃO: COTRIGUAÇU E FRIMESA

A primeira rede de cooperativas centrais sob influência do Projeto Iguaçu foi a Cotriguaçu (cooperativa central), que foi formada por outras cooperativas. Segundo a informação do Extensionista do Projeto Iguaçu, “O projeto previa a criação de uma cooperativa central, o que acabou acontecendo com a criação da Cotriguaçu” (EXTENSIONISTA DO PROJETO IGUAÇU, 3 fev. 2016). As questões sobre a Cotriguaçu serão abordadas mais adiante.

Uma trama complexa recobre o território oeste-paranaense, que redefine seu conteúdo e transforma a natureza das ações nele empreendidas constituindo as

territorialidades. Essa trama é formada por um conjunto de diferentes redes de ordem política, redes que, num movimento dialético, se integram e se fragmentam ao mesmo tempo no território. Essas redes tomam forma e se organizam com a presença de atores que orientam e determinam o território.

De acordo com Bialoskorski Neto (2001), a Nova Geração de Cooperativas mantém os princípios doutrinários e os objetivos de cooperação, porém permite que haja estímulo, incentivo e incremento da eficiência econômica e coordenação do sistema agroindustrial. Esse empreendimento foca em áreas definidas de negócios para que o crescimento e a diversificação ocorram através de novas organizações cooperativas ou podendo haver interligação dessas com outros negócios por meio do estabelecimento de *networks* entre cooperativas. De acordo com o referido autor, as *networks* são formas de coordenação entre cooperativas. Ainda que seja cooperativa, essa organização vai apresentar uma forma de governança hierárquica que minimiza os custos de transação e provê a integração da cooperativa com o sistema agroindustrial.

As *networks*, ou seja, as redes que a Cooperativa Lar compõem são a Cotriguaçu e a Frimesa. Nesse sentido, empresas/cooperativas como a Cooperativa Lar têm procurado construir um sistema de transporte e portuário buscando a mobilidade de que necessitavam.

Para compor sua rede de intercooperação, a Cooperativa Lar, com mais oito cooperativas, entrou no Consórcio Itaipu e adquiriu um terreno em Paranaguá para a construção de um terminal graneleiro para escoar a produção de soja e seguir com o projeto de exportação no mercado internacional. A Cotriguaçu tinha duas funções em seu projeto inicial. A primeira servia de logística no terminal de embarque em Paranaguá para exportação e a segunda serviu para o desenvolvimento de um projeto de colonização no Mato Grosso, mais especificamente em Aripuanã. Nas palavras do Segundo Vice-Presidente (18 dez. 2015):

[...] tiveram um projeto meio frustrado de colonização no Mato Grosso que era a intenção, então na época, levar inclusive filhos de produtores aqui da região, das cooperativas que formavam a Cotriguaçu na época para aquela região. Mas, principalmente, para atender a demanda de exportação dos produtos [...] Soja, milho, farelo depois, um pouco mais depois, mas especialmente soja.

Quanto ao projeto citado, segundo o Jornal Nosso Tempo (21 a 28 de abril de 1983, p.16), a Cotriguaçu adquiriu 1 milhão de hectares no Mato Grosso e pretendia

levar “[...] colonos do Oeste para colonizar Aripuanã e fundar uma cooperativa”. Seguiu a territorialização de colonos do Oeste paranaense para o Mato Grosso, acompanhando a fronteira agrícola que se estabelecia.

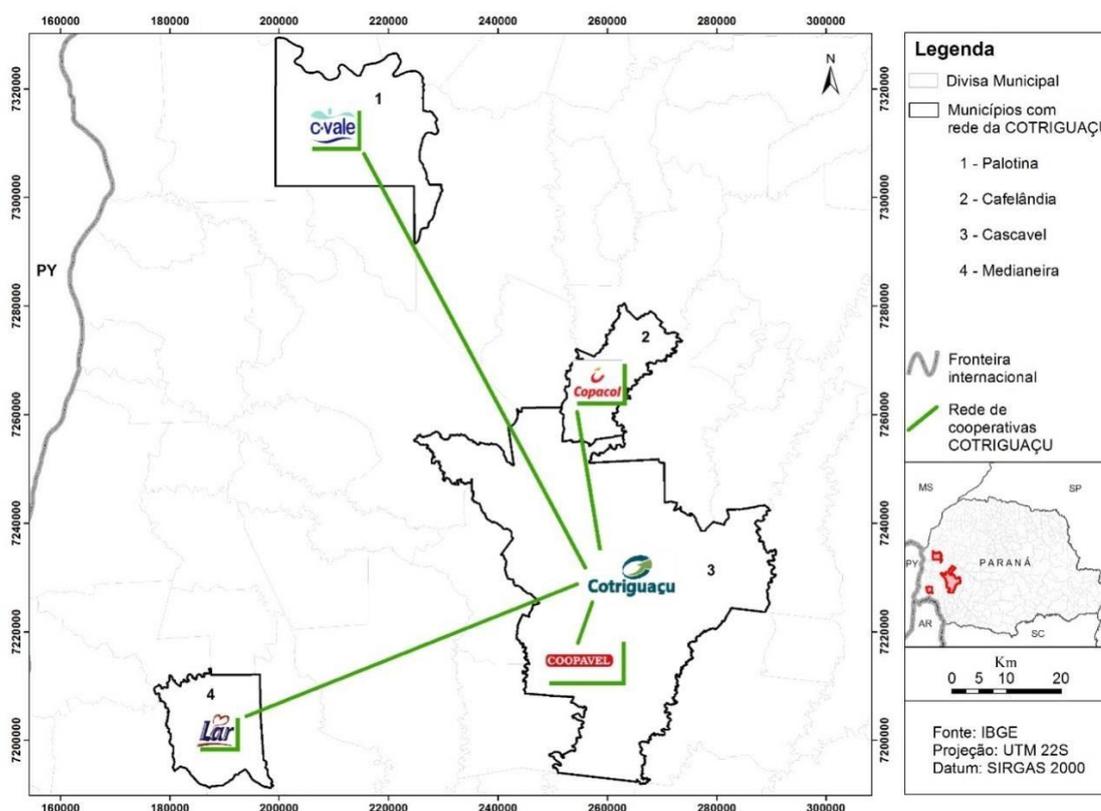
Através do financiamento do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), o Consórcio Itaipu resultou na Cooperativa Central Regional Iguaçu (Cotriguaçu), entidade que reunia oito cooperativas e 25 mil cooperados de 41 municípios do Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC), assim abrangendo os territórios do Oeste e do Sudoeste do Paraná. Seu objetivo inicial foi a construção do terminal de exportação de Paranaguá, visando ligar as cooperativas com o mundo através da exportação marítima da produção. Esse processo provocou o aceleração da territorialização da modernização da agricultura para atender ao mercado externo. De acordo com o Informativo Cotrefal (fev.1980), em 1980 há um crescimento expressivo da produção da soja no Paraná estimada em 5.250.000 toneladas equivalente a 36% da produção nacional, que então alcançava o volume de 15.000.000 toneladas. Nesse sentido ainda fica evidente, no Informativo, a participação das cooperativas do Paraná, as quais representavam 269.690 toneladas e a Cotriguaçu era de 84.700 toneladas, representando 34% do total. Através da política de exportação, o Estado contribui com incentivos para o desenvolvimento do cooperativismo empresarial no país. Segundo o Informativo Cotrefal (fev. 1980, p. 19),

Na mesma reunião que definiu os percentuais de exportação entre as Cooperativas, o Ministro do Planejamento Delfin Neto disse que entre 16 e 18 meses o imposto de Exportação seria extinto e o Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) para grão foi fixado em 13% para o farelo e 10% para o óleo, não havendo incidência do ICM de outras mercadorias. INFORMATIVO COTREFAL (Fev. 1980, p. 19).

As políticas de exportação serviram para o crescimento do cooperativismo no Estado e levar à falência as empresas do mesmo ramo, em razão de elas não possuírem as mesmas condições, como mostra a citação. As relações de poder se manifestam e as empresas privadas passam por um período de retração, enquanto as cooperativas atravessam um período de expansão. As cooperativas passam a exercer maior influência no Paraná devido a esses incentivos governamentais e a Cotriguaçu ganha expressividade, ficando com 34% das exportações de grãos do Paraná.

Para formar a Cotriguaçu, as cooperativas C.Vale, Coopavel, Copacol e Lar do Paraná inicialmente formaram uma espécie de condomínio e um consórcio chamado “Consórcio Itaipu” entre cooperativas. Segundo Bialoskorski Neto (2012), o consórcio não tem personalidade jurídica, não recolhe tributos, não fatura, não apura lucros e não contrata, com isso ocasionando problemas burocrático-contábeis. Ele é uma estratégia usado pelas cooperativas para incrementar o seu poder de barganha nos mercados. A forma de consórcio se torna pouco ágil e acaba sendo obstáculo para estratégias mercadológicas. Por isso o “Consórcio Itaipu” deu origem, em dezembro de 1975, à Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda.(Cotriguaçu), que possui o Terminal Portuário (Paranaguá), o Moinho de Trigo (Palotina) e o Terminal Ferroviário (Cascavel). Esses projetos foram financiados pelo Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). A organização em consórcio, nesse caso, foi uma estratégia inicial de relações contratuais que possibilitou o início da intercooperação entre as cooperativas. Esse processo se iniciou e se desenvolveu sem que as cooperativas participantes perdessem a identidade organizacional. O Mapa 4 mostra a formação da rede de cooperativas que formaram a Cotriguaçu.

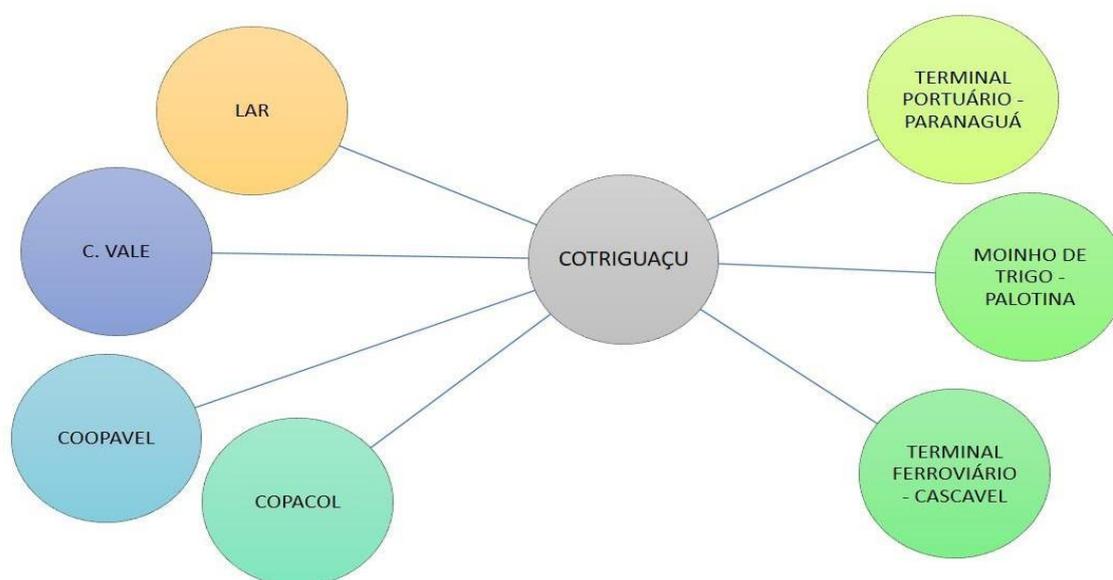
Mapa 4 – Rede da Cotriguaçu



Fonte: Elaborado por Marilúcia Ben dos Reis

Essa rede atualmente une quatro cooperativas singulares (Lar, Coopavel, Copacol e C.Vale) localizadas no Oeste do Paraná, formando a cooperativa de segundo grau ou central para se inserir no mercado e desenvolver a indústria de fornecimento e processamento via rede de intercooperação. Cada uma dessas cooperativas possui seus territórios e suas redes de produção e se unem na formação da Cotriguaçu para se inserir no mercado tanto nacional quanto internacional. As cooperativas singulares se unem para usufruir do terminal portuário, do moinho de trigo e do terminal ferroviário, como mostra a Figura 12.

Figura 12 – Rede da Cotriguaçu



Fonte: Elaborado por Marilúcia Ben dos Reis

A rede da Cotriguaçu liga o Oeste do Paraná ao mercado mundial, por isso dispõe de terminal portuário em Paranaguá para exportar a produção de grãos, dispõe da unidade de moagem de trigo para a produção de derivados como farinha e farelo, e também dispõe de porto seco em Cascavel, onde armazena e escoam os produtos dos frigoríficos para o abastecimento do mercado interno e externo. Esse terminal liga o Oeste paranaense ao Porto de Paranaguá pelo transporte ferroviário. Essas novas posturas estratégicas promovem profundas e aceleradas transformações econômicas, políticas e sociais. Os resultados dessa

intercooperação entre Lar e Cotriguaçu realmente conseguem aumentar o poder de barganha. Isso é apresentado na reportagem da Gazeta do Povo a seguir:

Além da presença na cadeia de grãos, que garante fornecimento de insumos para a ração animal, parte das cooperativas do Oeste que atuam na avicultura também consolida vantagem na logística de exportação. O quarteto formado pela Coopavel (Cascavel), Copacol (Cafelândia), Lar (Medianeira) e C. Vale (Palotina) utiliza a estrutura da Cotriguaçu para escoar parte da produção avícola com o uso do trem, enquanto a maioria das empresas usam basicamente caminhões (CASTANHO, 2014).

As atividades da Cotriguaçu com a Lar estão relacionadas ao despacho aduaneiro de exportação, inclusive a relação Lar Cooperativa e Lar Paraguai. A produção de trigo dos cooperados da Lar Cooperativa é entregue para a Cotriguaçu, bem como os produtos congelados. O moinho de trigo existente em Missal foi fechado devido à intercooperação entre Cooperativa Lar e a Cotriguaçu, isso segundo a entrevista com o Cooperado Fundador 1 (8 dez. 2015):

[...] essas mudanças vêm do governo, depois foi fechado esse moinho de trigo, poderia funcionar até hoje ainda, mas, como era pequeno, daí eles acharam melhor as cooperativas se unirem e colocaram o moinho lá em Palotina.

Essas relações são apresentadas também na entrevista com o Funcionário da Lar (17 dez. 2045):

A Cotriguaçu tem a parte de despachante, Paraguai. Então, todo despacho aduaneiro que a gente faz de exportação é com a Cotriguaçu. A Cotriguaçu tem um moinho de trigo em Palotina, então, todo trigo que nós recebemos nós vendemos para a Cotriguaçu. E a Cotriguaçu tem um terminal de congelados, armazéns frigorificados, ali na Ferroeste.

A operação com contêineres do frigorífico é a Cotriguaçu que desempenha, portanto a produção resultante da atividade de aves é a Cotriguaçu que exporta para mercados da China. De acordo com matéria publicada em 2009, a Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (ABEF) conseguiu a licença para exportar carne de frango para a China e, entre as empresas habilitadas, está a Lar. De acordo com a reportagem (2009)³², as empresas habilitadas em 2009 são: a Big Frango (PR), Agrovêneto (Nova Veneza/SC), Coopavel (PR), Cooperativa Lar (PR), Cooperativa Aurora (SC), Copacol (PR), C.Vale (PR), Da Granja, Diplomata

³² 29/4/2010 – por Equipe BeefPoint Frango: Abef e UBA se unem para aproveitar sinergias.

(PR), Dourados (MS), Dourados (MS), Nogueira Rivelli (MG), Penasul (RS), Perdígão (SC) Sadia (SC) e Seara (SP).

A Cotriguaçu tem por finalidade integrar as atividades econômicas, em maior escala, no interesse das cooperativas filiadas; orientar as atividades econômicas e assistenciais; coordenar a utilização recíproca de serviços; desenvolver os interesses e as atividades econômicas de caráter comum; e aprimorar as atividades econômicas e assistenciais³³. Isso serviu de apoio às cooperativas envolvidas no crescimento de suas exportações e segundo entrevista serviu de “braço logístico dessas cooperativas” (SEGUNDO VICE-PRESIDENTE, 18 dez. 2015).

Nesse mesmo período, a Cooperativa Lar inicia as atividades de transporte da produção para o mercado externo, através da Cooperativa Central Regional Iguaçu (Cotriguaçu), que abrange os territórios do Oeste e do Sudoeste do Paraná com objetivo de construir um terminal de exportação no Porto de Paranaguá, visando ligar as cooperativas com o mundo através da exportação marítima da produção.

A atuação dessas cooperativas nesse território em forma rede vai além do Oeste do Paraná, justamente porque essa rede serve de ligação da produção do Oeste do Paraná, via sistema ferroviário, ao Porto de Paranaguá, que, por sua vez, liga ao mundo das exportações. Essa atuação leva o Brasil a sair da posição de exportador de produtos primários e passa a produzir produtos do CAI via cooperativismo empresarial.

A Cotriguaçu serve de logística ao cooperativismo oestino-paranaense, enquanto a Frimesa atua no beneficiamento da produção das atividades de leite e de suínos. Para ampliar sua produção e atender essas atividades, a Cooperativa Lar participa da intercooperação com a Frimesa e isso proporciona a ela ganhos nessas atividades, que serão destacados a seguir.

4.3 A INTERCOOPERAÇÃO DA COOPERATIVA LAR COM A FRIMESA

Em 1980, a Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste Ltda. – Sudcoop adquiriu a massa falida do Frigorífico Frimesa – marca que mais tarde foi adotada pela Sudcoop. A Frimesa pertencia ao Grupo Ruaro, que vinha em vias de falência devido às situações que se apresentavam. Para sustentar as pequenas unidades de

³³ Fonte: <<http://www.cotriguacu.com.br/empresa/apresenta%C3%A7%C3%A3o.html>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

produção em meio ao binômio soja & trigo, foi dada atenção à suinocultura, para “[...] diversificação e agregação de valor à produção [...]”, segundo Setti (2014, p. 87).

Começam as iniciativas para a agroindustrialização do setor primário oestino-paranaense. A alavanca para esse novo patamar de produção foi a Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste Ltda. (Sudcoop), criada com a participação das filiais Cotrefal, Copagrill, Coagro, Camdul, Coasul, Confrabel e Coopersabadi. O primeiro passo, após a constituição da Sudcoop, foi a aquisição do Frigorífico Frimesa, de Medianeira, que abatia suínos, bovinos e aves. Com essa aquisição passam a ser desenvolvidas várias territorialidades, sendo que a suinocultura vinha sendo territorializada nas pequenas unidades produtivas, ao que se seguiu, a produção bovina e, por último, a avicultura, que despontou em 1990. A suinocultura era comercializada com a Frimesa. Assim, portanto, essa empresa, que anteriormente era privada, passa a atuar dentro do sistema cooperativista, configurando um cooperativismo de segunda geração ou segundo grau.

A década de 1980 é marcada pelo crescimento acelerado da Cooperativa e pelo início de implantação da infraestrutura para a agroindustrialização que desponta na década de 1990. Segundo Setti (2006), a primeira metade desta última década foi marcada pela entrada das cooperativas na agroindústria, isso tendo ocorrido, quase sempre, pela compra de massas falidas de grupos empresariais privados. Ainda segundo o referido autor, embora o objetivo das cooperativas fosse inicialmente atuar na organização da produção com assistência técnica, fornecimento de insumos e produtos similares próprios da modernização da agricultura, incluindo armazenagem e comercialização, o passo seguinte foi a agroindustrialização para agregar valor e garantir mercado para a produção do setor primário.

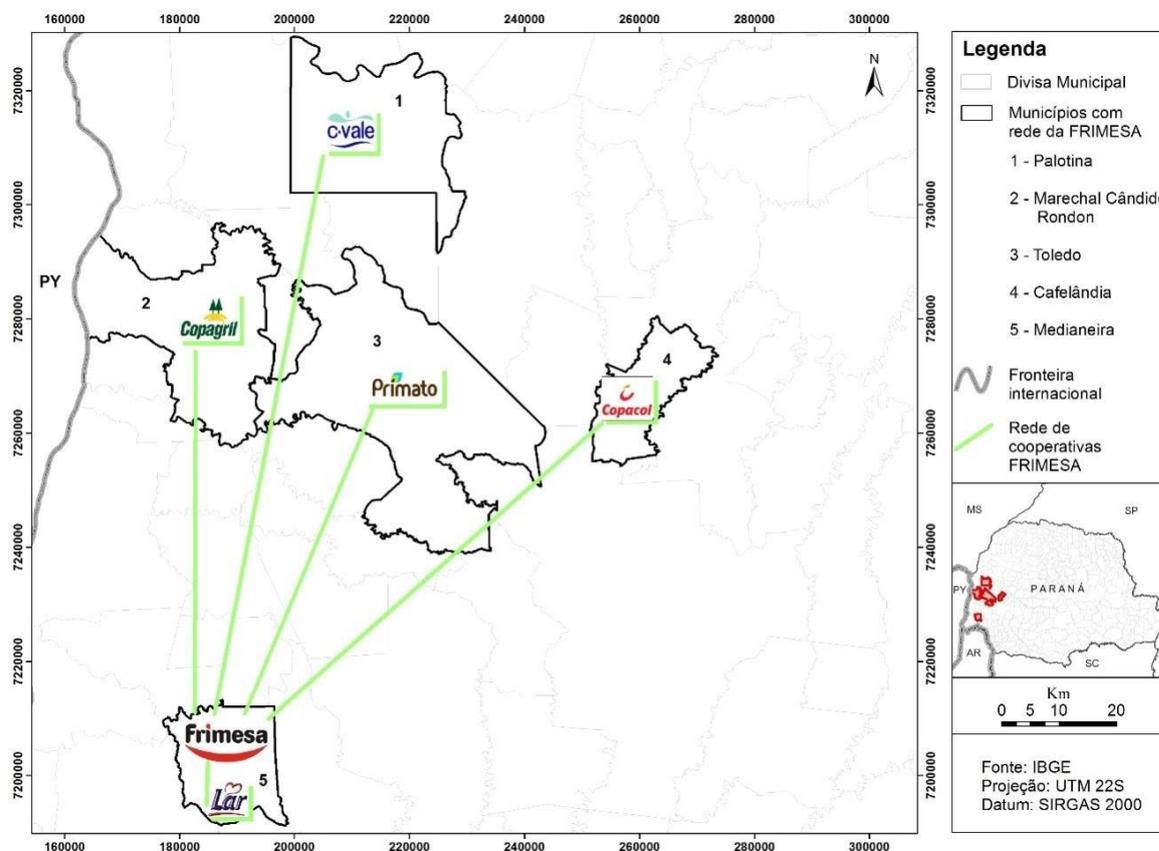
Esse frigorífico passou a processar a produção de suas filiais: Cotrefal (atual Lar), Copacol, Copervale, Coopagro, Copagrill e Coagro, formando uma nova rede e que atua principalmente no beneficiamento do leite e da suinocultura. De acordo com a entrevista com o Segundo Vice-Presidente (18 dez. 2015):

[...] a Frimesa [...] tem o seu papel de [...] pegar a produção primária de suínos e de leite e transformar em produtos de valor agregado e colocar no mercado. Porque se cada uma tivesse que o que fazer, talvez não ficasse [...] tão forte a questão da industrialização ou agregação de valor e da forma como foi planejado, como está sendo executado, hoje então, você tem uma condição melhor para que cada pequeno produtor que produz leite, que produz suínos, ter essa condição então de ver os seus produtos numa linha, numa rede de supermercado grande.

A citação apresenta o fenômeno da intercooperação e a formação das redes de atividades, neste caso, da produção de leite e da suinocultura, que são influenciadas por fatores econômicos, como escala, tamanho, redução de custos de transações e riscos envolvidos nos mercados, segundo Bialoskoski Neto (2012).

O Mapa 5 mostra a rede das cooperativas supracitadas na formação da Frimesa.

Mapa 5 – Rede da Frimesa



Fonte: Elaborado por Marilúcia Ben dos Reis

O processo de intercooperação no Oeste paranaense deu origem a novos vínculos. A Cooperativa Lar atua principalmente na atividade de grãos e no complexo avícola, porém também desenvolve outras atividades, como produção de leite e suinocultura para entrega à Frimesa, que faz o respectivo beneficiamento. Os serviços com transporte, a triticultura e a exportação ficam a cargo da Cotriguaçu, formando uma complexa rede de cooperativas que buscam diminuir custos e agregar valor ao produto. De modo geral, por meio desse processo, houve a especialização de certos segmentos produtivos em relação a cada uma das

cooperativas agropecuárias atuantes no Oeste paranaense. Conseqüentemente, houve um enxugamento das estruturas administrativas, reduzindo também o custo fixo desse sistema.

Nessa lógica, as cooperativas do Oeste paranaense se transformaram em “poderosos” instrumentos do Estado no processo de implantação do “novo modelo agrícola”, servindo de fomento para a introdução da modernização da agricultura nas unidades de produção dos seus cooperados, mudando sua vida cotidiana, sua prática agrícola, seu espaço geográfico e territorializando novos agentes sociais no espaço rural. Isso resultou em transformações espaciais imbricadas entre cooperados/cliente, cooperativa/empresas e instâncias governamentais, transformando as cooperativas em híbridas.

Segundo Cook (1995), atualmente as cooperativas agropecuárias podem ser classificadas em cooperativas locais; cooperativas de barganha; marketing cooperativas; e cooperativas regionais multifuncionais. Merecem destaque as cooperativas regionais multifuncionais – elas focam na competitividade, trabalhando em vários setores, como compra e venda de insumos, prestação de serviços e venda de produtos dos cooperados e clientes, e muitas são integradas a cooperativas centrais ou da federação. Assim, portanto, a Cooperativa Lar possui características de uma cooperativa regional multifuncional, pois tem foco em melhorar a competitividade e, segundo o Relatório e Balaço (COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR, 2014b, p. 4), tem como visão “[...] ser a melhor cooperativa agroindustrial do Brasil [...]” e, em sua missão, procura “[...] promover o desenvolvimento econômico e social dos associados e comunidade, de forma sustentada, através da agregação de valores à produção agropecuária” (COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR, 2014b, p. 4). Além disso, atua em diversos setores, como compra e venda de insumos, venda de produtos dos cooperados e clientes, entre outros, e possui um sistema de integração.

As cooperativas deixam de ser Cooperativas Agropecuárias para se tornarem Cooperativas Agroindustriais, iniciando uma nova fase de inovação e de crise ideológica, isso de acordo com Benecke (1980). Essas mudanças são de caráter estratégico e, em contrapartida, provocam alterações nos rumos dos negócios. Então as transformações na administração das cooperativas estão atreladas às mudanças no mercado e na agricultura, de acordo com Panzutti (1997). Nesse

sentido, o cooperativismo passou a sustentar o processo de modernização da agricultura e instrumentalizou o incentivo à expansão do capitalismo no campo.

A Nova Geração de Cooperativas, segundo Bialoskorski Neto (2009), traz como modelo a arquitetura do empreendimento cooperativo, que procura manter as bases doutrinárias do cooperativismo e, ao mesmo tempo, introduz modificações gerenciais para elevar o nível de eficiência econômica com características empresariais em países na Europa e também no Canadá. Um dos desafios desse tipo de cooperativismo é a adequação da doutrina cooperativista à realidade atual dos negócios. No Brasil, na Cooperativa Lar não chegou a tal empreendimento, porém, a formação de redes se dá pela intercooperação com outras cooperativas e redes empresariais formando empresas próprias. As redes da intercooperação se mantêm fiéis ao sistema cooperativista, desenvolvendo relações do ato cooperativo, enquanto as redes empresariais mostram o afastamento e o desenvolvimento crescente do ato não cooperativo.

O cooperativismo tradicional e o novo cooperativismo vivem processos contraditórios – vivem processos que marcam a crise ideológica da esquerda e a necessidade de enfrentar o neoliberalismo. O novo cooperativismo muitas vezes não se insere nos mesmos espaços institucionais tradicionais.

Para aprofundar e entender as relações que a Cooperativa Lar mantém com empresas controladas, segue o próximo capítulo.

5 O TERRITÓRIO E A REDE DA LAR E CONTROLADAS: A LAR PARAGUAI

A problemática aqui é entender a relação entre empresa/cooperativa passando pela análise de territorialização no Paraguai. De acordo com as questões levantadas introdutoriamente, aqui se pretende entender a territorialização da Cooperativa Lar no Paraguai como empresa.

Foram aplicadas entrevistas aos gerentes das unidades da Lar Paraguai e também aos dirigentes da Cooperativa Lar para entender por que a Cooperativa se territorializou como empresa no Paraguai.

A atuação das cooperativas com empresas controladas é um ambiente de transformação, adaptação e reestruturação do cooperativismo, buscando como resultado a diversificação e o valor agregado. Diversificam-se as relações e se adaptam novas estruturas produtivas verticalizadas pelo parque agroindustrial ancorado no sistema de integração agricultura/ indústria/ comércio/ finanças próprios do CAI. O mercado determina os investimentos e as ações da Cooperativa Lar, que incorpora a valorização do capital, passando a atuar de diversas formas para a obtenção de resultados positivos. Essas ações tornam o sistema cooperativista contraditório/híbrido, atua como empresa/cooperativa, a primeira ligada ao mercado competitivo dos indicadores econômico/financeiros e a segunda tentando ser fiel aos princípios e à lei, ligadas aos indicadores de eficiência social.

Quando a Cooperativa Lar estruturou seu território no Oeste paranaense e nele territorializou políticas voltadas para atuar no CAI, ela necessitava buscar matérias-primas para atender ao seu parque agroindustrial e à alimentação dos animais criados em confinamento. Foi aí que iniciou a implantação da empresa controlada chamada Lar Paraguai. A legislação possibilitou que uma cooperativa pudesse constituir uma empresa privada. A Lar Paraguai SRL é uma empresa de capital criada pela Cooperativa Lar para viabilizar e alimentar o setor agroindustrial, as exportações/importações e aumentar o relacionamento internacional. Uma empresa SRL significa Sociedade de Responsabilidade Limitada. É um tipo de empresa em que a responsabilidade é limitada ao capital contribuído, e, portanto, no caso de dívidas contraídas, não respondem os bens pessoais dos sócios. Isso resguarda os cooperados da Cooperativa Lar de futuras dívidas que a empresa possa contrair.

Estudos vinham sendo desenvolvidos na década de 1970 no Oeste do Paraná através do PIC para que as cooperativas pudessem constituir empresas privadas. Nessa época, a possibilidade de uma cooperativa criar uma empresa estava sendo estudada em relação às cooperativas centrais. A Cooperativa Lar colocou em prática essas ideias em 1996, quando instalou no Paraguai uma empresa controlada.

A Cooperativa Lar, ao consolidar seu território no Oeste do Paraná, passou à territorialização em busca de novos territórios, que seriam fonte de matéria-prima para atender às necessidades dos CAIs que vinham se formando. O Projeto Iguaçu de Cooperativismo determinou a área de atuação das cooperativas no Oeste do Paraná e a Cooperativa Lar acabou ficando encurralada entre os territórios da Coopavel e da Copagrill, buscando, em consequência, territorializar-se no Leste Paraguaio.

Ao norte e ao leste se encontra, além do Parque Nacional do Iguaçu, o território ocupado pela Coopavel. No extremo oeste, no limite natural se encontra o Lago de Itaipu e o território da Copagrill, como mostra o Mapa 6. O território que não estava ocupado pelas cooperativas concorrentes era o do Paraguai. Em busca de expansão, mercado, matéria-prima para a agroindústria (soja e milho principalmente), baixos custos com impostos, existência de energia e baixos salários, o território paraguaio se tornou muito atrativo.

O Paraguai possuía políticas públicas de atração de brasileiros para seu território desde os tempos do governo do presidente Stroessner. A migração de brasileiros no governo do presidente Stroessner (1954 – 1989) se acentuou no final de 1960. O presidente abriu o território oriental, criando políticas para a entrada de capitais e de colonos brasileiros, o presidente legalizou a compra e o uso de terras por estrangeiros na fronteira oriental. A chamada “Marcha Al Este” se tratava de uma política de colonização e expansão da região leste do Paraguai, promovendo a exploração de novas terras e deslocamento populacional. A hidrelétrica de Itaipu e a colonização agrícola estreitaram as relações entre Paraguai e Brasil.

A Lar Paraguai ocupa parte das terras do Oriente paraguaio, que é uma região historicamente almejada devido à fertilidade de suas terras, e por isso mesmo foi palco de um intenso fluxo migratório brasileiro nas décadas de 1960 e 70.

As ações do governo ditatorial do Paraguai (Alfredo Stroessner) e também do governo militar do Brasil (em movimento iniciado já desde a época de Getúlio Vargas), com as respectivas metas políticas de “Marcha al Este” e de “Marcha para

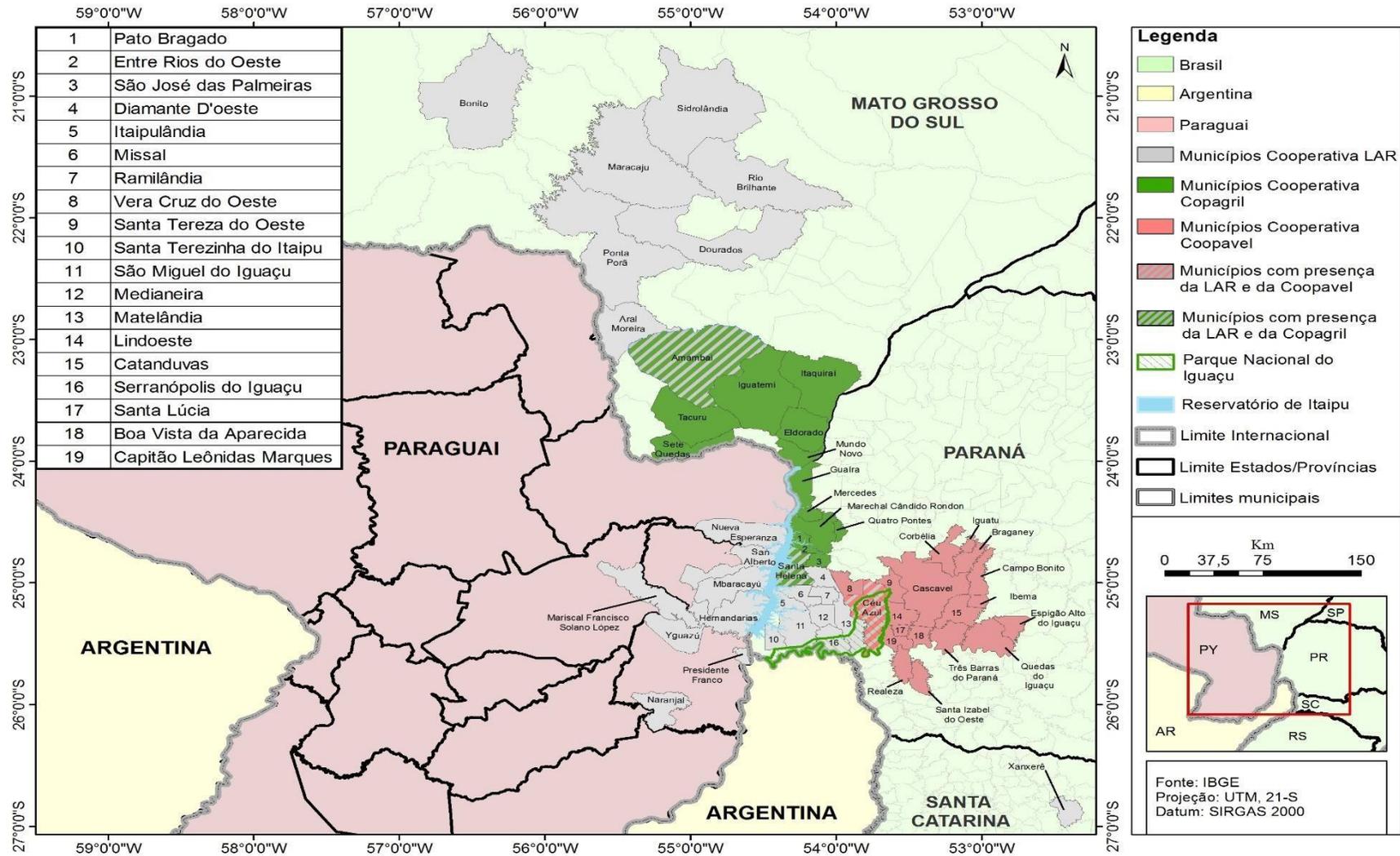
Oeste³⁴”, a partir de 1960 resultaram na entrada de empresas e de colonos brasileiros nos departamentos do Leste paraguaio. Ambos os governos estabeleceram a fronteira oriental do Paraguai para a chegada de ambas as *marchas*. A modernização da agricultura e a expansão da soja em 1970 influenciaram a territorialização de brasileiros em território paraguaio.

Segundo Baller (2015, p. 61), a partir de 1990, no Oriente paraguaio “[...] o modelo agrícola baseado especialmente no plantio de soja se transformou na principal cultura agenciando o agronegócio no país”. Segundo o autor supracitado, as consequências desse processo foram: i) o aumento da concentração de terras, ii) ampliação das áreas de plantio, iii) aumento do desmatamento e iv) violência no campo e conflitos de terras entre camponeses e produtores de grãos. Estudos a esse respeito demonstram que as terras dos camponeses vão sendo estranguladas pelos latifúndios sojeiros, como mostra o sociólogo Quintin Riquelme (apud BALLER, 2015, p. 61): “[...] 50% das novas terras abertas para a produção de soja é terra de camponês, e os outros 50% é abertura de matas e de terras que faziam parte de grandes fazendas de gado”. As terras de produção de grãos vão se espalhando e absorvendo as propriedades camponesas.

Nesse período vem se consolidando o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), com promissoras perspectivas que auxiliaram na aproximação entre o Brasil e o Paraguai, uma vez que os países membros desse bloco constituíram a livre circulação de bens, o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), a adoção de uma política comercial comum, serviços e fatores produtivos, a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e a harmonização de legislações nas áreas pertinentes.

³⁴ A proposta da ‘Marcha para o Oeste era de instalar ‘pontos avançados de colonização’ dirigidos pelo Estado. Vargas formulou diretrizes, administrativamente centralizadas, inspiradas na ótica nacionalista, com o objetivo de ocupar os ‘espaços vazios’ do Oeste e da Amazônia, para criar no ‘novo espaço’ a ‘nova ordem social’. Na sua visão, as fronteiras econômicas deveriam coincidir com as fronteiras políticas. (LENHARO, 1986, apud SOUZA, 2001, p. 26)

Mapa 6 – Territórios das Cooperativas do Oeste do Paraná – Lar, Copagril e Coopavel



Fonte: Elaborado por Marilúcia Bem dos Reis

O MERCOSUL se originou no Tratado de Assunção, firmado entre Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai em 26 de março de 1991. O objetivo principal estava calcado na construção de um mercado comum entre os países membros (PINTO, 2004 p. 135). Seus países membros (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) buscavam a integração de suas economias.

Em 1994, o Protocolo de Ouro Preto foi assinado como um complemento do Tratado de Assunção e determinou que o MERCOSUL fosse reconhecido juridicamente e internacionalmente como uma organização. Assim, portanto, o MERCOSUL se transformou em zona de livre-comércio em 1995, isto é, grande parcela das mercadorias produzidas nos quatro países poderiam ser comercializadas internamente sem a cobrança de tarifas de importação, aproximando, nesse caso, as relações entre o Brasil e o Paraguai, portanto entre a Cooperativa Lar e a formação da Lar Paraguai em 1996.

Outro ponto de análise é a questão de se tratar de uma empresa que pertence à cooperativa. Através das entrevistas constatou-se que a instabilidade do país impossibilitava e inviabilizava a territorialização da Cooperativa Lar enquanto cooperativa no Paraguai. A vantagem de ser uma empresa a tornava flexível, isso na hipótese de que o país vizinho deixasse de ser atrativo. Essas são estratégias empresariais comandadas pelo capitalismo financeiro, que busca se reproduzir e aumentar a receita da empresa.

Não se pode comparar a Cooperativa Lar com a Lar Paraguai, por se tratar de duas estruturas distintas, sendo a primeira uma cooperativa e a segunda, uma empresa SRL controlada, que, ao mesmo tempo, é dependente politicamente pela gestão cooperativista. São, portanto, duas unidades produtivas distintas, que politicamente carregam a mesma marca e pertencem à mesma gestão.

Então, a seguir será estudado como foi territorializada a empresa Lar Paraguai em território paraguaio, o que inicialmente ocorreu via Transcotrefal.

5.1 A TERRITORIALIZAÇÃO DA LAR PARAGUAI

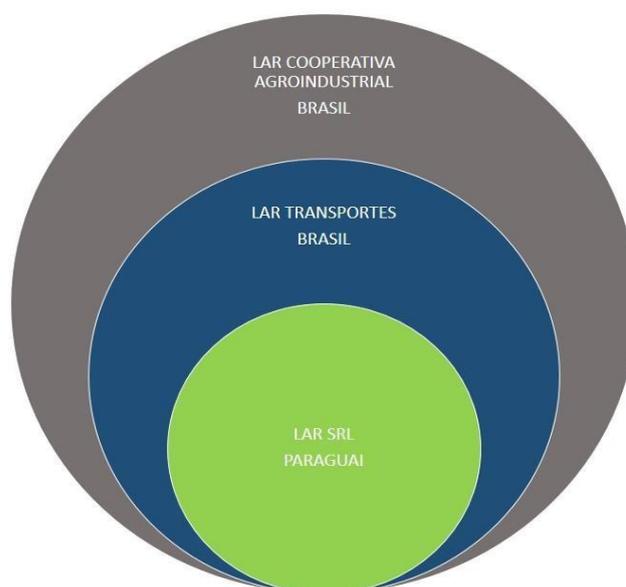
Tudo começou quando surgiu a Transportadora Cotrefal Ltda. (Transcotrefal) - (Medianeira/PR) em 1981, empreendimento que se fazia necessário para a logística dos produtos da agroindustrialização da Cooperativa Lar. Sua atividade-fim era prover o transporte da produção da Cooperativa. Atualmente essa empresa

transportadora, controlada pela Cooperativa Lar, se tornou a Lar Transportes (Medianeira/PR). A Lar Transportes (empresa pertencente à Cooperativa Lar no Brasil) formou a Transportadora Cotrefal SRL (Paraguai), que deu início às atividades no Paraguai em 1996. Em 2001, com a mudança da razão social da Cooperativa Lar, tornou-se Lar Paraguai. Assim, portanto, essas empresas pertencentes à Cooperativa Lar estão organizadas da seguinte forma, como mostra a Figura 13.

Segundo a entrevista com o Funcionário da Cooperativa Lar (17 dez. 2015), a Lar Paraguai

[...] é uma controlada da Lar Transportes, que, por sua vez, é uma controlada da Lar. Então a Lar Paraguai é Lar. Mas lá é uma empresa normal, não é uma cooperativa [...]. Lar é SRL. Então, nós fazemos também todo o controle de TI³⁵, toda a Lar Paraguai está interligada no nosso servidor central [...] Então, o que eles usam lá são os nossos sistemas aqui da sede. A parte contábil, hoje nós temos uma contabilidade no Paraguai. Tem o contador [...] Ela tem uma administração [...] mas ela é gerenciada por aqui, o acompanhamento dela. Então nós temos um acompanhamento contábil dela, auditoria por aqui.
 FUNCIONÁRIO DA COOPERATIVA LAR (17 DEZ. 2015)

Figura 13 – Esquema demonstrativo da Lar Paraguai na estrutura da Lar



Fonte: Elaborado por Marilúcia Ben dos Reis

A Lar Transportes, à qual a Lar Paraguai está submetida, atualmente reduziu consideravelmente seu tamanho devido aos impostos que foram aumentando e,

³⁵ Tecnologia de Informação.

nesse sentido, inviabilizando as atividades, como, na sua entrevista, informou Funcionário da Cooperativa Lar (17 dez. 2015), “[...] a questão dos impostos, PIS, COFINS, ficou inviável a gente manter a Lar Transportes para ela operar para a Lar. Então nós trouxemos toda a frota da Lar Transportes para dentro da Lar”. A Cooperativa Lar controla as despesas e maximiza o lucro – neste caso é lucro e não sobra, visto que são operações com empresas. Ficou a cargo da Lar Transportes o transporte internacional, principalmente do Paraguai e da Argentina.

A Lar Paraguai é uma empresa controlada pela Cooperativa Lar. A empresa é pertencente à Cooperativa Lar e atua no Paraguai com a missão de “Realizar negócios de importação, exportação e comercialização no mercado interno, agregando valor e atendimento às necessidades dos clientes”³⁶, conforme o Relatório e Balanço (LAR PARAGUAI, 2014, p. 2). Trata-se de uma estrutura mercantil que está interligada a uma estrutura industrial cooperativista que leva a marca Lar. Então, com essa constituição, as unidades operam na comercialização de insumos (sementes, adubos e agroquímicos) e na compra e venda de cereais.

A Lar Paraguai é uma empresa denominada pela Cooperativa Lar como “coligada” à Cooperativa Lar. O Código Civil diz, em seu artigo 1.094, que “Consideram-se coligadas as sociedades que, em suas relações de capital, são controladas, filiadas, ou simples participação”. Ainda segundo o mesmo Código Civil, de acordo com os estudos desenvolvidos, a Lar Paraguai é uma empresa “controlada” pela Cooperativa Lar. Então, segundo o artigo 1.098, inciso I, do mesmo Código Civil, controlada é “[...] a sociedade de cujo capital outra sociedade possua a maioria dos votos nas deliberações dos quotistas ou da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores”. A Cooperativa Lar não possui integralmente a Lar Paraguai e nem a Lar Transportes do Brasil. Trata-se de duas empresas SRL/Limitada, o que impede de serem unipessoais e devem ser compostas por, no mínimo, dois sócios. Segundo a pesquisa de campo, a Cooperativa Lar possui 99,99 da Lar Transportes e 0,01% pertence ao presidente da Cooperativa. E 99,98% das ações da Lar Paraguai pertencem à Lar Transportes e 0,02% pertencem ao vice-presidente da Cooperativa Lar. A gestão da Lar Paraguai é comandada pela Cooperativa Lar. As relações estão imbricadas e sobrepõem

³⁶ Tradução autora.

ações políticas, econômicas e contábeis para arranjar o emaranhado de ligações entre Cooperativa e empresas de capital.

De acordo com o Relatório e Balanço (LAR PARAGUAI, 2014), a Lar Paraguai emprega 160 funcionários e atende, aproximadamente, a 703 clientes que estão distribuídos nas seguintes unidades: Mbaracayú, Nueva Esperanza, Procópio, Tapé Porã, Margarita, Yguazú, San Alberto e San Alfredo, ocupando o Leste paraguaio os departamentos de Alto Paraná, Canindeyu e Caaguazú, como mostra o Mapa 7.

Das unidades destacadas no Mapa 7, duas são alugadas e o restante é de propriedade da Lar Paraguai, de acordo com dados de 2014.

Mapa 7 – Lar Paraguai - localização



Fonte: Elaborado por Marilúcia Ben dos Reis

Em média são empregadas 10 pessoas em cada unidade e ocupando os seguintes cargos: 1 gerente, 1 financeiro, 1 classificador que fica na balança, 2 agrônomos (1 interno para atender na unidade e 1 externo para visitar as propriedades rurais). Esses cargos são ocupados geralmente por brasileiros ou paraguaios filhos de brasileiros. Faxineiro/cozinheiro (um, no caso) trabalhadores dos silos geralmente são paraguaios e o número de contratados se modifica conforme o tamanho das unidades e o período de safra ou de entressafra. As unidades estão seguindo um padrão, composto por silo, escritório número de funcionários, etc.

O Oriente paraguaio está repleto de placas mostrando a localização das unidades da Lar Paraguai e de propagandas do agronegócio, como mostra a Figura 10. No trabalho de campo foi possível vislumbrar as grandes lavouras do agronegócio que cobrem o território paraguaio, bem como o uso de venenos com pulverizadores, em destaque na Figura 14. A transgenia também é comum nesse território.

Figura 14 – Fotografia do trabalho de campo no Paraguai em 2014



Fonte: Marilúcia Ben dos Reis

Há emplacamentos das unidades da Lar Paraguai no território paraguaio, como mostra a primeira foto da seleção superior à esquerda. Seguindo a foto

superior à direita, nela se mostra a entrada da cidade de San Alberto, que é tratada como a “Capital do Agro”. A imagem do silo mostra a estruturação das unidades da Lar Paraguai que será destacado a seguir. É importante destacar que, apesar de o rural estar repleto de tecnologias avançadas, as infraestruturas urbanas nos departamentos visitados são precárias, sendo precárias em especial nas suas redes de esgoto e também nas moradias, além das evidências de concentração de renda nesses locais.

As unidades da Lar Paraguai são compostas de escritório – que geralmente é composto de sala do gerente, de sala do financeiro, de balança para pesar a produção, de refeitório (porém não em todas as unidades) e de uma sala para os agrônomos –, mais o silo para armazenar a produção, como mostra a Figura 14. E algumas unidades também possuem local de estocagem de insumos. Geralmente no Brasil as unidades de recepção de grãos se localizam no espaço urbano, mas no Paraguai isso não é regra, visto que a maioria está no espaço rural.

Figura 15 – Unidade de Yguaçu, trabalho de campo no Paraguai em 2014



Fonte: Marilúcia Ben dos Reis

Nos países da União Europeia se desenvolveu a transnacionalização de cooperativas, que é, segundo Bialoskorski Neto (2001, p. 649), um processo de “[...]”

efetivação de uma arquitetura organizacional cooperativa com plantas industriais e membros em diferentes nações”. O processo, porém, segundo o referido autor, ainda não existe no Brasil nas fronteiras do MERCOSUL. O que se pode constatar é a existência de empresas que pertencem às cooperativas que se localizam em diferentes países, como é o caso da empresa aqui estudada (Lar Paraguai), que pertence à Cooperativa Lar. Isso torna a Cooperativa Lar pioneira nessa relação cooperativa/empresa no exterior. A Lar Paraguai é uma empresa que se localiza em território paraguaio, e está instalada nesse país devido aos bons resultados econômicos que oferece para o sistema agroindustrial da Cooperativa Lar.

Sociedades tão distintas, como a brasileira e a paraguaia, acabam fazendo parte de um mesmo sistema maior para suprir as necessidades do mercado, como no caso da empresa controlada, Lar Paraguai, dentro da estrutura organizacional da Cooperativa Lar. Então empresa e cooperativa se unem em um único objetivo – atuar no mercado. De acordo com Bialoskorski Neto (2001, p. 636), “[...] o objetivo de uma cooperativa é a prestação de serviços aos seus associados, ou seja, o 'trabalho', e não o lucro, como em uma firma de capital”. Essas manifestações apresentam relações dialéticas contraditórias entre o idealizado e a realidade concreta.

As cooperativas agroindustriais têm se aproximado da realidade do setor empresarial e, em contrapartida, estão se distanciando dos princípios cooperativos. Acabam por recriar o cooperativismo, que ora está atuando de acordo com os princípios para a prestação de serviços aos cooperados, e ora se afasta deles para se tornar competitiva no mercado e aproximando-se do setor empresarial. A prestação de serviços e o lucro se misturam no sistema em que o cooperativismo empresarial está inserido, ora atuando como empresa, ora como cooperativa.

As principais diferenças entre uma sociedade cooperativa e uma sociedade não cooperativa estão apresentadas no Quadro 7.

Quadro 7 – Diferença entre cooperativas e empresas privadas

Características	Sociedade Cooperativa	Sociedade Não Cooperativa
Quanto à formação da sociedade	Pessoas	Capital
Quanto à tomada de decisão	Voto igualitário	Voto proporcional ao capital
Destino dos resultados	Retorno aos associados	Retorno aos investidores
Denominação do resultado	Sobra	Lucro
Cliente	Consumidor e proprietário	Somente consumidor
Resultados negativos	Não sujeitas à falência	Sujeitas à falência

Fonte: (PEDROZO, 2006). Adaptado por Marilúcia Ben dos Reis (set. 2015)

São então dois tipos distintos de sociedade, mas interligados pela mesma gestão. De acordo com Crúzio (2000), a principal diferença entre cooperativas e empresas privadas é a forma de decidir sobre os fins da organização. Em suma, na empresa, quanto maior for a quantidade de capital que o acionista investir, maior será sua influência nas decisões finais da organização. Nas cooperativas agropecuárias, cada cooperado tem direito a um voto de acordo com o princípio de um homem, um voto. Em relação ao lucro e às sobras, o lucro é característico das empresas de capital que distribuem de acordo com a quantidade de ações que cada indivíduo possui, enquanto que as sobras são utilizadas para a constituição dos fundos da cooperativa e a correção do capital social, sendo que o restante é dividido entre os cooperados ou investido na própria cooperativa. Acontece, porém, que o cooperativismo está atuando com sobras e com lucro, o que é chamado de "ato cooperativo" quando diz respeito à sobra e "ato não cooperativo" quando diz respeito ao lucro. De acordo com Irion (1997, p. 102), os resultados dos atos não cooperativos refletem na economia da sociedade e não na economia dos cooperados. São tributáveis, sendo a cooperativa a contribuinte, e o saldo será destinado ao Fundo de Assistência Técnica e Educacional e Social das cooperativas.

Merecem destaque as ações referentes aos atos não cooperativos, sendo que o ato cooperativo foi debatido no capítulo anterior. O ato não cooperativo tem crescido consideravelmente dentro do sistema cooperativista, demonstrando sua aproximação com as empresas de capital. A esse "ato" cabem as operações mercantis efetuadas pela cooperativa/empresa que pode ter a mesma marca, porém

sem a participação dos cooperados, como é o caso da Lar Paraguai. No ato não cooperativo, os negócios não envolvem a cooperativa e pessoas físicas não-cooperados e também as operações com o mercado realizadas fora dos objetivos sociais da cooperativa. O ato não cooperativo está ligado às operações que as cooperativas desenvolvem com terceiros e, conseqüentemente, contabilizam lucro. Sobre esse tipo de negócio há incidência de tributação normal de operações mercantis.

A Lei Federal nº 5.764/1971 regulamenta essas operações em seus artigos 85, 86 e 88:

Art. 85 - As cooperativas agropecuárias e de pesca poderão adquirir produtos de não-associados, agricultores, pecuaristas ou pescadores, para completar lotes destinados ao cumprimento de contratos ou suprir capacidade ociosa de instalações industriais das cooperativas que as possuem.

Art. 86 – As cooperativas poderão fornecer bens e serviços a não-associados, desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais e estejam em conformidade com a lei.

Art. 88 - Poderão as cooperativas participar de sociedades não cooperativas para melhor atendimento dos próprios objetivos e de outros de caráter acessório ou complementar. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001). (BRASIL, 1971).

O artigo 88, supracitado, autoriza a participação em sociedades não cooperativas para atendimento de objetivos próprios de caráter complementar. Isso legitimou a construção de empresas pertencentes às cooperativas. Foi a partir dele que a Cooperativa Lar conseguiu formar a Lar Paraguai e contabilizar lucros no lugar de sobras. Desde que estejam em conformidade com os artigos supracitados, os atos não cooperativos não descaracterizam as sociedades cooperativas, desde que sejam tributados como em qualquer sociedade comercial.

As operações com terceiros devem ser tributadas e estão normatizadas no artigo 111 da Lei Federal nº 5.764/1971, que diz: “Serão considerados como renda tributável os resultados positivos obtidos pelas cooperativas nas operações de que tratam os artigos 85, 86 e 88 desta Lei”.

No artigo 87 segue a destinação dos resultados das operações com terceiro que diz:

Art. 87 – Os resultados das operações das cooperativas com não associados, mencionados nos Art. 85 e 86, serão levados à conta do ‘Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social’ e serão contabilizados em separado, de modo a permitir cálculo para incidência de tributos. (BRASIL, 1971).

Os resultados (sobras) decorrentes dos atos cooperativos não são tributáveis pelo Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), conforme a mesma Lei nº 5.764/1971, em seu artigo 3º. Os demais resultados, decorrentes de atos não cooperativos, são tributáveis, integralmente, pelo imposto de renda.

Assim, portanto, quando as cooperativas, na forma dos prescritivos citados, atuam com não cooperados, estão agindo como qualquer sociedade de finalidade lucrativa, e os resultados dessas operações, segundo a citada lei, não são passíveis de distribuição e serão levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) e serão contabilizados em separado, de modo a permitir cálculo para incidência de tributos, constituindo base para a incidência de tributação.

As ações dos atos não cooperativos vão para o FATES das cooperativas. Quanto aos resultados dos atos não cooperativos, da Cooperativa Lar, aqui chamado de lucro, de acordo com o Estatuto Social serão revertidas em favor do Fundo de Reserva da seguinte forma:

- a) Os créditos e capital a restituir não reclamados pelos associados decorridos 02 (dois) anos;
- b) Os auxílios e doações ou subvenções;
- c) Os resultados das equivalências patrimoniais de controladas e coligadas. (COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR, 2014a, p. 30).

Daí decorre, portanto, que, além dos 45% dos resultados das sobras, somam-se ao Fundo de Reserva os critérios supracitados. Entre eles estão os resultados das controladas, que corresponde à Lar Transportes e à Lar Paraguai.

Quanto ainda às operações do ato não cooperativo, segundo o Estatuto, além dos 5% das sobras destinadas ao Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social, serão revertidos:

- I – Os resultados de operação com terceiros;
- II – Os resultados positivos decorrentes de participação em sociedades não cooperativistas;
- III – Os créditos com terceiros, não reclamados decorridos 1 (um) ano;
- IV – Outros resultados positivos eventuais. (COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR, 2014a, p. 30).

Resulta, portanto, que são destinados aos Fundos da cooperativa 50% das sobras e dos lucros. Na Assembleia Geral de dezembro de 2014 foi deliberado que os resultados da Lar Paraguai fossem investidos na própria empresa controlada.

Isso significa que o lucro estaria na conta capital para ser reinvestido e não nos fundos, pois os mesmos necessitam ser investidos em assistência técnica educacional e social – FATES.

5.2 A EMPRESA LAR NO PARAGUAI

O Paraguai é um dos países da América Latina que possui um contingente significativo de terras em posse de estrangeiros, sobretudo em posse de brasileiros. A porção do oriente paraguaio possui uma diversidade imensa de grupos sociais vindos de diferentes regiões do Brasil, principalmente da região sul-brasileira (migrantes italianos, alemães e poloneses em sua maioria). A migração brasileira para o Paraguai teve motivações de ordem econômica e política principalmente no governo do presidente Stroessner.

O presidente Stroessner era militar formado nas academias brasileiras e mantinha uma política de estreitamento das relações bilaterais com o Brasil. Em seu projeto de modernização da agricultura no oriente paraguaio, manifestava o interesse “[...] no ingresso de agricultores brasileiros nessa região, pois via, sobretudo nos colonos euro-descendentes do Sul do Brasil, os protagonistas da modernização da agricultura paraguaia” (SILVA, 2015, p. 25).

Esses grupos possuem trajetórias e relações com a terra distintas, em situações em que alguns são assalariados rurais, enquanto outros são arrendatários, e existem também pequenos, médios e grandes proprietários de terra. Essa formação populacional se complexou, sendo que os filhos, netos e bisnetos desses brasileiros passaram a compor a população paraguaia da citada região. Assim como a população, desenvolvem-se também empresas brasileiras, sobretudo empresas relacionadas à produção agropecuária, como é o caso da Lar Paraguai.

É nessa ambiência que a Cooperativa formou a empresa que atua em rede para atender às atividades agroindustriais do Brasil. Nos territórios em redes, o poder tem se tornado cada vez mais oculto, mas com ações mais eficazes, como enfatiza Raffestin (1993, p. 202): “[...] o poder nem sempre quer se mostrar e, mesmo quando o faz, é sem desejar”. O território em rede é, portanto, o exercício do poder, porque lhe dá possibilidades de ação e diminui sua visibilidade, que é o que lhe proporciona o controle menos visível e acaba estabelecendo relações de controle consentido, onde “O ideal do poder é ver sem ser visto” (RAFFESTIN, 1993,

p. 202). Esse poder está entranhado na confusão que existe em pensar que a Lar Paraguai é uma cooperativa. A população em geral, muitas vezes, confunde o que é uma e outra e acabam comercializando com a Lar Paraguai devido à segurança que a Cooperativa Lar proporciona. Segundo o Gerente da Lar Py - Unidade 8 (21 mar. 2015), os produtores comercializam com a Lar Paraguai devido à segurança que a Cooperativa Lar proporciona. Segundo o referido autor “A Lar do Brasil tem nome, entende? Tem muitos produtores que não conheciam a Lar Paraguai por ela estar mais lá para cima, mais para o norte, mas por a gente falar da Lar Brasil, então já passa ser uma empresa”. As origens, as relações de parentesco e outros interesses se mantiveram, assim ligando a empresa Lar Paraguai à ideia de cooperativismo, ainda que não seja uma cooperativa.

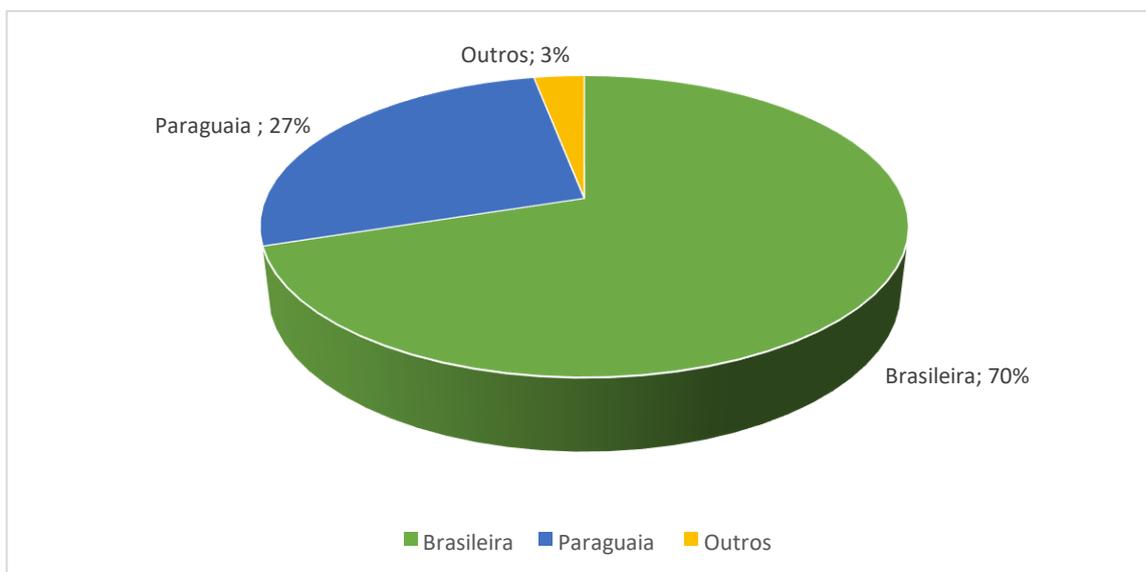
A empresa no Paraguai trata exclusivamente de seus negócios com clientes. Segundo Setti (2014), 95% dos clientes são brasileiros ou filhos de brasileiros. A Lar Paraguai é uma forma de terceirização de atividades, é uma empresa independente da Cooperativa Lar. Um dos motivos que levaram a Cooperativa a territorializar a empresa no Paraguai foi o mercado e o cooperado/migrante do oeste do Paraná/Rio Grande do Sul/Santa Catarina terem se territorializado no Paraguai anteriormente. Ela vislumbrou que, nas terras dessa população, haveria matéria-prima para abastecer suas agroindústrias brasileiras.

Segundo o Gerente da Lar Py - Unidade 8 (21 mar. 2015), um dos motivos que levou a Cooperativa Lar a se territorializar no Paraguai foi “[...] que tinha no passado sócios da Lar aqui no Paraguai, que plantavam aqui no Paraguai e era sócio da Lar lá no Brasil. Ou é filho de sócio, ou irmão de sócio”. Segundo ele, “[...] são produtores que estão chamando a empresa para entrar na região”. Não só isso, mas outros atrativos configuram a territorialização da empresa Lar no Paraguai, como os benefícios fiscais, os baixos custos de energia e de mão de obra e matéria-prima farta para as suas agroindustriais.

De acordo com o Censo Agropecuário do Paraguai de 2008, o total de produtores rurais individuais é de 278.967. Desse número, 96% são paraguaios, 3% são brasileiros e 1% são de outras nacionalidades. Dos produtores de nacionalidade brasileira que possuem propriedades individuais no Paraguai, 4% são clientes da empresa Lar Paraguai.

De acordo com as pesquisas de campo, 70% dos clientes da Lar Paraguai são brasileiros, como mostra o Gráfico 6.

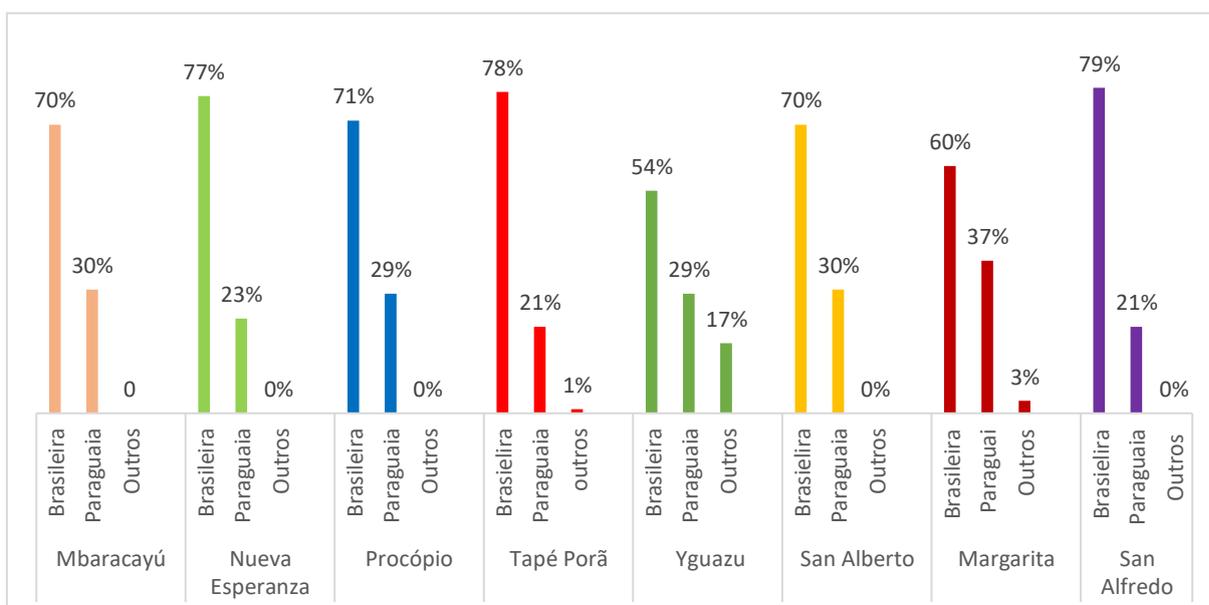
Gráfico 7 – Lar Paraguai – nacionalidade dos clientes



Fonte: Elaborado por Marilúcia Ben dos Reis

O Gráfico 6 demonstra que os clientes da Lar Paraguai são brasileiros. Apesar de estar em território paraguaio, o relacionamento entre clientes/empresa é muito parecido com cooperados/cooperativa do Brasil. Em todas as unidades, a nacionalidade brasileira se destaca, como mostra o Gráfico 7.

Gráfico 8 – Lar Paraguai – nacionalidade dos clientes



Fonte: Elaborado por Marilúcia Ben dos Reis em 2014

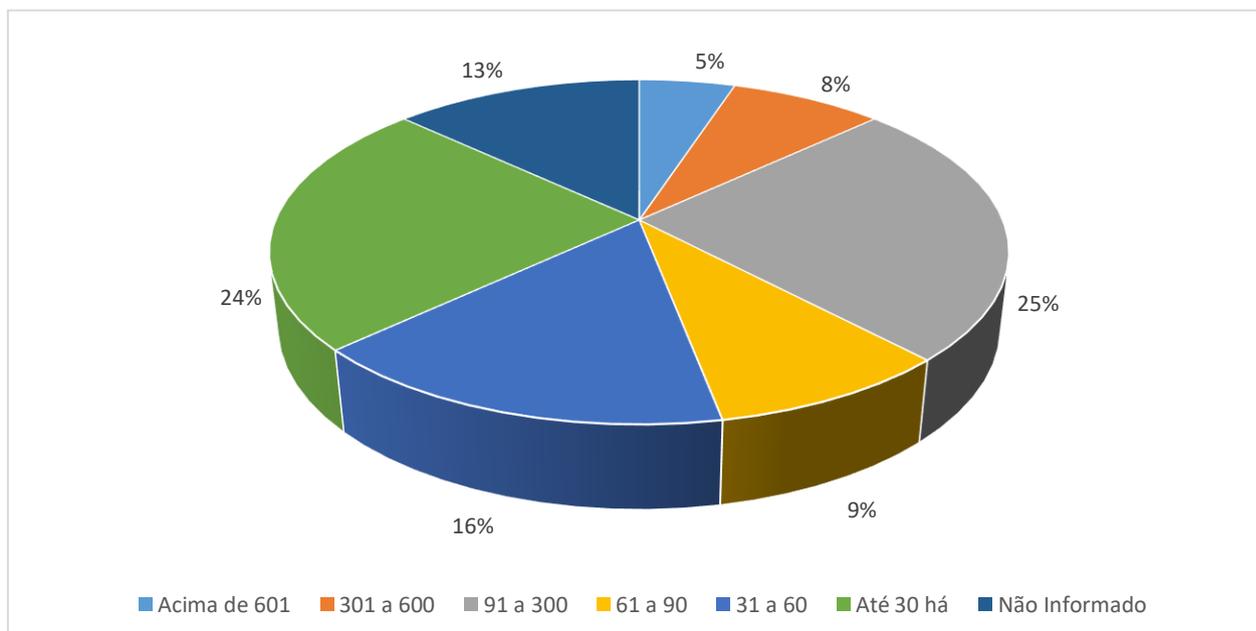
Os imigrantes brasileiros clientes da Lar Paraguai que se localizam na fronteira leste do Paraguai se concentram em Mbaracayú, Nueva Esperanza,

Procópio, Tapé Porã, Margarita, Yguazú, San Alberto e San Alfredo, nos departamentos de Alto Paraná, Canindeyu e Caaguazú. Nesses municípios predomina a língua portuguesa, os canais de televisão brasileiros e as músicas e as tradições culturais do Brasil. O chimarrão esteve presente em quase todas as unidades da Lar Paraguai visitadas no trabalho de campo, assim ficando representada a migração sul-brasileira. As relações entre paraguaios e brasileiros e são marcadas pelo hibridismo econômico-cultural-populacional no território paraguaio.

A religião é um elemento simbólico que marca a demarcação territorial. Os traços religiosos que marcam o início da Cooperativa Lar em sua fase inicial a acompanham até a atualidade e isso inclui o Paraguai. Os clientes são, em sua maioria, católicos, representando 82%, e os de outras religiões correspondem a 18%. A religiosidade marca a organização do território da Lar Paraguai no Leste paraguaio. Além de levar a fé para a população, acaba por determinar campos de desenvolvimento econômico.

Quanto ao tamanho das unidades produtivas, 25% estão entre 91 a 300 hectares e 24% até 30 hectares, como mostra o Gráfico 8.

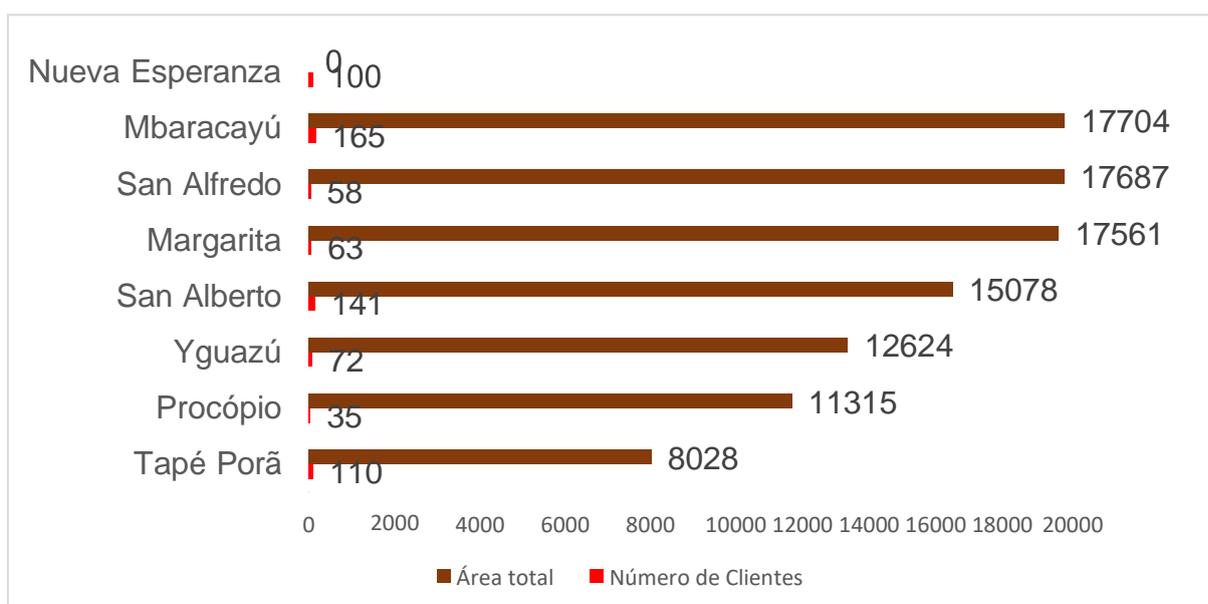
Gráfico 9 – Lar Paraguai – unidades produtivas dos clientes



Fonte: Elaborado por Marilúcia Ben dos Reis

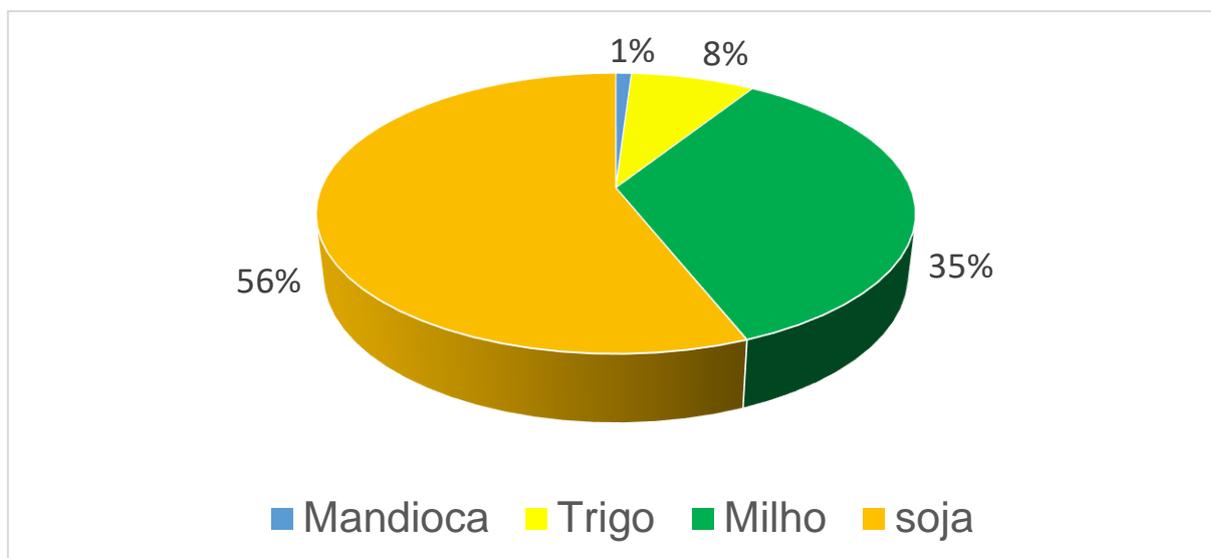
Os brasileiros mais capitalizados com o processo de modernização da agricultura se converteram em fazendeiros e dinamizam a produção de *commodities* como soja e milho em território paraguaio. Esse processo, baseado no uso de novas tecnologias, tem levado ao estrangulamento das unidades empresariais menores, que não conseguem absorver os ditames do agronegócio e são incorporadas pelas unidades maiores. Diferentemente do Brasil, onde as pequenas unidades produtivas estão sendo apropriadas pelo capital com a produção de aves, de suínos e de gado leiteiro principalmente, integrando o CAI urbano de produção, esse processo ainda é incipiente no Paraguai. Assim como o número de brasileiros clientes da Lar Paraguai, também a quantidade de terras nas mãos desses brasileiros é conhecida e consta do Gráfico 9.

Gráfico 10 - Lar Paraguai – número de clientes/unidade e área em hectares



Fonte: Elaborado por Marilúcia Ben dos Reis

A territorialização da Lar Paraguai é bastante expressiva na exploração dos recursos naturais e cultivo de *commodities* agrícolas para fins de exportação, como mostra o Gráfico 10.

Gráfico 11 – Lar Paraguai – recepção de *commodities* em toneladas em 2014

Fonte: (LAR PARAGUAI, 2014). Elaborado por Marilúcia Ben dos Reis

O modelo agrícola paraguaio é fomentado pelos brasileiros capitalizados que lá se territorializaram. Esse modelo de produção demonstra a contradição entre a estrutura agrícola e agrária daquela demarcação territorial, contradição que beneficia as grandes unidades produtivas e gera a precarização das pequenas. Os efeitos da política orquestrada pelo ditador Stroessner tem se mantido firme no Paraguai com o processo de modernização da agricultura. O gráfico deixa evidente que a soja lidera a comercialização ocupando 56% do que a Lar Paraguai recebe. Os chamados sojeiros são os agentes de transformação em território paraguaio e representam os interesses do agronegócio.

Dessa produção, parte já é exportada para o mercado externo via Asunción e parte é exportado para o Brasil. A soja e o milho são os carros-chefe de produção da Lar Paraguai, como demonstrado no Gráfico 10. A Cooperativa Lar importa a soja e o milho, portanto importa dela mesma, para abastecer seu setor agroindustrial e vender para outras cooperativas, principalmente para cooperativas de Santa Catarina, onde a Lar Paraguai comercializa principalmente milho para importar adubo.

O setor agroindustrial de ração em 2016 passou por uma crise devido à falta de milho no mercado. Isso ocorreu pela falta de planejamento governamental, que aumentou consideravelmente as exportações e, em decorrência disso, reduziu a quantidade de milho. Nesse caso, para abastecer o mercado interno,

estrategicamente a Cooperativa Lar importava da Lar Paraguai para atender a suas demandas internas.

A comercialização de produtos como soja e milho geralmente é feita em dólar. No Paraguai, as empresas precisam financiar os insumos da produção para os clientes, que geralmente pagam esse adiantamento com a produção. No Brasil, os produtores financiam diretamente com os bancos e, apesar de o produto ser cotado em dólar, a comercialização é em moeda interna. Segundo o Gerente Geral da Lar Py (5 jan. 2015):

[...] o produtor faz o pedido de insumos nas unidades, e quando a proposta é de troca, já emitimos o contrato com a quantidade negociada (Soja/milho/Trigo). É cultural que as empresas que vendem insumos ou possuem silos para receber produção financiem os produtores, com insumos, combustível e até adiantamentos em dólares. GERENTE GERAL DA LAR PY (05 JAN. 2015)

Existem grandes diferenças entre as negociações que acontecem no Brasil e no Paraguai, enquanto que no Brasil os cooperados e clientes conseguem financiar sua produção diretamente com os bancos no Paraguai, as empresas precisam buscar financiamentos para bancar a produção e receber na safra. De acordo com o Gerente Geral da Lar Py (5 jan. 2015):

No Brasil o governo tem uma visão diferente da atividade agrícola, existe mais apoio aos produtores, seja nos impostos, com financiamento bancários ou incentivos para empresas industrializarem as matérias primas oriundas da atividade agrícola. Devido ao apoio do governo os bancos acabam aportando mais recursos na agricultura e transformando o custeio das lavouras e venda de produtos relacionados com seguros, em uma fonte importante de receita para a instituição, por exemplo, o Banco do Brasil. Já no Paraguay os bancos acabam financiando máquinas agrícolas e compra de terras e não investem no financiamento dos insumos, ou quando o fazem é de maneira tímida e limitada. GERENTE GERAL DA LAR PY (05 JAN. 2015)

As empresas firmam, portanto, contratos com os clientes para o recebimento dessa produção, que é preestabelecida no momento do adiantamento, ganhando na comercialização dos insumos e da produção, seja ela soja, milho, trigo, etc. O modelo de contrato segue no Anexo 3. Assim, portanto, a Lar Paraguai, ao vender os insumos da produção agrícola, possui a garantia de entrega da produção.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As modificações que ocorrem no campo brasileiro promovem relações dialéticas e cabe à ciência geográfica entender esse processo, que não é nada estático. Trata-se de processo que exige dos pesquisadores considerarem as transformações no território via sistema cooperativista, através do viés político, econômico e social. O cooperativismo se torna híbrido e vive processos contraditórios atuando a serviço do capital e não como alternativa a ele.

Essa tese serve de caminho para várias outras, abrindo importantes discussões sobre as metamorfoses pelas quais as cooperativas estão passando e passarão. As transformações são aceleradas e dinâmicas, do que decorre que em pouco tempo o setor produtivo vai se ressignificando e, com isso, ajustando o setor cooperativista. As transformações da Cooperativa Lar estão aceleradas, sendo que no ano de 2016 foram implementadas ações em que a cooperativa passou a se chamar “Lar Cooperativa Agroindustrial” e não mais “Cooperativa Agroindustrial Lar”. Essa mudança será implementada até 2020, o que abre para novas interpretações da territorialização da Cooperativa em estudo. As cooperativas caminham rumo a grandes transformações, aproximando-se, cada vez mais, dos valores e das estratégias empresariais.

As inovações tecnológicas deram um novo direcionamento às atividades produtivas do Brasil, que passaram a incorporar novas técnicas e novos equipamentos produtivos. Nesse sentido, o Estado brasileiro cria e recria ações para transformar os espaços produtivos formulando leis e normas para o desenvolvimento das atividades rurais, em especial a favor de políticas econômicas de exportações. Os programas de governo (I, II e III Plano Nacional de Desenvolvimento) e as leis do cooperativismo criaram e recriaram ações no território para a constituição da Modernização da Agricultura primeiramente, para então consolidar a formação do CAI, integrando os três setores da economia em uma única estrutura organizacional, internalizando na estrutura organizacional do cooperativismo agropecuário o processo produtivo urbano-industrial, assim formando os complexos soja, aves, suínos, leite, etc.

As políticas públicas, a partir de 1960 e início de 1970, mediante linhas de crédito e projetos como o Projeto Iguaçu de Cooperativismo, objetivam investir nas cooperativas e nos cooperados para a implantação de novas técnicas e a

diversificação produtiva para o desenvolvimento da modernização da agricultura, que vê a natureza como recurso e prioriza a produtividade em detrimento da degradação social e ambiental. Em 1960, o cooperativismo, que era pouco expressivo no Paraná, recebeu ajuda do Estado com a contratação de Henry Gerber, que fundou cooperativas com modos agrícolas de produção calcados nos valores estadunidenses. Apesar do planejamento e da implantação de cooperativas por iniciativa de Gerber, foi em 1970 que despontou o cooperativismo no Oeste do Paraná, em especial em decorrência das ações do Projeto Iguaçu de Cooperativismo, cujo âmbito de atuação abrangia o Oeste paranaense e o Sudoeste paranaense.

Apesar de a modernização da agricultura ter sido iniciada na década de 1950, foi a partir da década de 1970 que as transformações passaram a ser sentidas no âmbito nacional, com a implementação de programas de Estado visando melhorar e ampliar as áreas de produção. Instituíram-se no Brasil os chamados CAIs, que cada vez mais exigiram mudanças na forma de produzir do campo. Com a ajuda do poder governamental, a implementação dos CAIs ocorrida nos anos de 1970 promoveu a integração intersetorial de três elementos básicos: i) as indústrias que produzem para a agricultura, ii) a agricultura moderna e iii) as agroindústrias (GRAZIANO DA SILVA, 1996). E, juntamente com essa nova estrutura produtiva, desenvolveram-se as cooperativas, que se transformaram nas chamadas multicooperativas e passaram a atuar em rede para atender às novas exigências do CAI. O capital industrial passou a comandar a economia rural, moldando as cooperativas segundo seus interesses.

Houve um intenso processo de agroindustrialização das cooperativas nos anos 1980 no Oeste do Paraná. As cooperativas agropecuárias se tornaram cooperativas agroindustriais, atendendo o rural em todas as fases do processo produtivo, integrando as unidades produtivas ao capital financeiro direcionadas pelo Estado mediante políticas públicas específicas. O Projeto Iguaçu foi fundamental para a organização e estruturação das cooperativas no Oeste do Paraná, determinando sua viabilidade econômica. O Projeto proporcionou o crescimento das cooperativas e determinou seus territórios de atuação. No caso da Cooperativa Lar, que se chamava Comasil, passou de local para regional, atuando não mais em Missal apenas, mas no extremo Oeste paranaense e se transformou em Cotrefal. Nesse processo, o que antes servia de comercialização local em pequena escala,

passa a ter dimensão regional e se ampliam as atividades produtivas com a construção de silos para o recebimento de grãos. Nesse período, agricultura, indústria e serviços eram separados pelos setores primário, secundário, terciário e quaternário e pelo parâmetro espacial em cidade e campo e seguem num projeto de congregação desses setores no processo de agroindustrialização.

No Oeste do Paraná, em 1980 se consolidaram as cooperativas agroindustriais. As políticas públicas estabelecem a implementação da modernização da agricultura em pequenas e médias unidades produtivas. Por esse motivo, a atuação das cooperativas agropecuárias era de suma importância. A industrialização se expandiu rapidamente e passou a exigir a reestruturação do campo, visto ser fonte de matéria-prima. Era necessário preparar o campo para produzir para a indústria e, ao mesmo tempo, receber produtos industrializados, tais como agrotóxicos, fertilizantes, sementes modificadas e máquinas. Nesse contexto, as cooperativas agropecuárias passam a ser as mediadoras entre as políticas públicas e as pequenas e médias unidades produtivas para a introdução do capitalismo no campo. Trata-se de transformações profundas nas organizações cooperativistas calcadas na ressignificação do cooperativismo, que passa então a se aproximar da lógica empresarial e se afasta dos princípios cooperativistas. Esse processo contínuo de industrialização das áreas rurais trouxe a fragmentação das transformações nas relações de produção na agricultura e, conseqüentemente, redefiniu a estrutura socioeconômica e política no campo brasileiro, através do chamado Departamento Produtor de Bens de Capital e Insumos para a Agricultura, que promove a integração do setor industrial urbano, bens para lavoura e internacionalização da produção (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

No passado, o cooperativismo surgira para defender os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho em consequência da Revolução Industrial. Desde esses tempos iniciais, porém, o movimento vem passando por transformações e se tornando híbrido, justamente para atender às exigências dos trabalhadores e do capital e, muitas vezes, nessas transformações, algumas dessas partes são precarizadas. Quando o cooperativismo assume as necessidades do capital e se aproxima dos valores empresariais, passa então a viver contradições no interior do sistema, vivendo o dilema entre os princípios cooperativistas, os cooperados, o mercado e a competitividade.

Sob o comando do capital agroindustrial, as cooperativas vão se territorializando no Paraná, ligadas à migração e às fases dos ciclos econômicos. Esse cooperativismo segue os patamares da produção cooperativista em rede ancorada na agroindustrialização dos produtos agropecuários. As cooperativas agroindustriais atuam na comercialização dos insumos próprios das atividades agrícolas, no processamento de matéria-prima, por ela ou por cooperativas centrais, e também na comercialização da produção final.

Com a estrutura produtiva definida e o território ocupado, a Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras (Cotrefal) passou a crescer, porém ainda atuando majoritariamente na compra e venda de produtos. É nesse momento que se iniciou o processo de introdução no sistema urbano-industrial com a compra da Oleolar, em 1979, que era uma empresa que beneficiava a produção da soja, tanto em óleo quanto em farelo. Nesse momento, a Cooperativa em estudo abriu caminhos para a agroindustrialização e se tornou Cooperativa Agroindustrial Lar (Lar). Nesse contexto, a Cooperativa necessitava de novos territórios e passava a territorializar-se primeiramente ainda como cooperativa na produção de sementes em Santa Catarina em 1996, isso seguido da territorialização no Paraguai também em 1996, como empresa, e no Mato Grosso do Sul em 2002 como cooperativa. Assim, portanto, se tornou híbrida, caracterizando-se como uma cooperativa/empresa atuando com cooperados/clientes e integrando o sistema agricultura, indústria, serviço e pesquisa tecnológica. A produção e o trabalho passaram a se relacionar no plano estrutural e internacional como um corpo global, fundidos na mesma estrutura empresarial, espacial/territorial em rede da intercooperação e das controladas.

As cooperativas passaram de locais para regionais e, após estarem consolidadas, seguiram o processo de verticalização da produção com a implantação das cooperativas centrais para completar a formação dos CAIs, seguindo a mesma política territorial. As cooperativas centrais congregaram a agroindustrialização de várias cooperativas para formarem os complexos de aves, suínos e leite principalmente, viabilizando assim suas atividades. A rede agroindustrial do cooperativismo, constituída através de círculos de intercooperação que possibilitavam e condicionavam o seu funcionamento, revelou uma dada organização espacial e expressada pelo circuito espacial da produção de *commodities* e produtos próprios do CAI, que viabiliza a articulação e a racionalidade necessárias ao desenvolvimento do processo agroindustrial das cooperativas do

Oeste paranaense. A relação entre o território e a rede da Cooperativa Lar ficou composta pela rede agroindustrial dela mesma, com a atividade de aves em que congregava todo o complexo, e dela com outras cooperativas centrais que se manifestava através da atividade de leite e suíno com a Frimesa e logística com a Cotriguaçu, e ainda com empresas controladas para o transporte e produção de principalmente soja e milho para sustentar as atividades dos complexos.

Com a mudança de cooperativa agropecuária para cooperativa agroindustrial, causou a eliminação do atravessador. O cooperativismo foi então introduzido no sistema urbano-industrial e modificou as negociações no mercado, tornando-se o atravessador, atuando no início e fim do processo produtivo. As unidades produtivas também seguiram esse caminho com a introdução das atividades de aves, de suínos e de leite, que foram ressignificadas para atender aos padrões do novo sistema produtivo. A Cooperativa (COMSAIL), que antes desempenhava papel mercantil, vai atuar como industrializadora (Lar), mas as mudanças não pararam por aí. A estrutura social, que antes se encontrava no campo – como escola, igreja, cemitério, casa, etc. –, migrou junto com a mão de obra (que foi substituída pelas máquinas) para a cidade, estreitando a relação entre o campo e a cidade. A Cooperativa em estudo necessitava de matéria-prima para suprir as demandas da sua agroindustrialização, que vinha se consolidando.

Para sustentar o sistema agroindustrial, a Cooperativa em estudo se territorializou então no Paraguai. A Lar Paraguai é uma empresa que se localiza em território paraguaio e está instalada nesse país devido aos resultados econômicos que essa região oferece para o sistema agroindustrial da Cooperativa Lar. Ela se territorializou no Paraguai pelo mercado atrativo aí possível para a produção de *commodities* e pela população composta por brasileiros que há décadas lá está instalada, garantindo assim seus clientes. As ações do governo ditatorial do Paraguai e também as do governo militar do Brasil, com as respectivas metas políticas de “Marcha al Este” e de “Marcha para Oeste”, a partir de 1960 resultaram na entrada de empresas e de colonos brasileiros nos departamentos do Leste paraguaio. Ambos os governos estabeleceram a fronteira oriental do Paraguai para a chegada de ambas as *marchas*. A modernização da agricultura e a expansão da soja em 1970 influenciaram a territorialização de brasileiros em território paraguaio.

Trata-se de uma estrutura mercantil que está interligada a uma estrutura industrial cooperativista que leva a marca Lar. Atualmente, as unidades operam na

comercialização de insumos (sementes, adubos e agroquímicos) e na compra e venda de cereais. Essas características são atrativas para sustentar o CAI de aves, de suínos, de soja e de leite, fornecendo matéria-prima para a fabricação de ração (soja e milho) para alimentar os animais, fechando a estrutura dos Complexos. A Cooperativa Lar, no seio do complexo agroindustrial, se territorializou no Paraguai em busca de *commodities* na empresa Lar Paraguai. A Cooperativa foi impossibilitada de se territorializar no Paraguai como cooperativa, pois seu estatuto não permitia, e também se constatou que a instabilidade do país impossibilitava e inviabilizava a territorialização da Cooperativa Lar enquanto cooperativa no Paraguai. A vantagem de ser uma empresa a tornava flexível caso o país vizinho deixasse de ser atrativo. Essas são estratégias empresariais comandadas pelo capitalismo financeiro, que busca se reproduzir e aumentar a receita da empresa.

As cooperativas agroindustriais têm se aproximado da realidade do setor empresarial e, em contrapartida, estão se distanciando dos princípios cooperativos tradicionais. Assim, acabam por recriar o cooperativismo, que ora está atuando de acordo com os princípios para a prestação de serviços aos cooperados, e ora se afasta deles para se tornar competitiva no mercado e aproximando-se do setor empresarial. A prestação de serviços e o lucro se misturam no sistema em que o cooperativismo empresarial está inserido, ora atuando como empresa, ora como cooperativa. São então dois tipos distintos de sociedade, mas interligados pela mesma gestão.

O que ocorre é a fusão entre agricultura, indústria, serviços e pesquisa no sistema organizacional, operacional, produtivo/comercial, espacial/territorial da Cooperativa Lar e ela busca se territorializar para suprir as demanda do setor agroindustrial.

A Cooperativa, que era de migrantes de ordem local, passa pela fase regional para se tornar regional em rede, que assim passa a atender o mercado externo com produtos em vários países. Esse caminho a torna híbrida, atuando como cooperativa/empresa, cooperado/cliente, que forma um conjunto de ações para o crescimento agroindustrial e alterações nas estruturas produtivas do Oeste paranaense. Marcam-se, nesse território, territorialidades alinhadas ao setor urbano-industrial.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, N. B.; WEDEKIN, I. & PINAZZA, L. A. **Complexo agroindustrial: o "Agribusiness Brasileiro"**. São Paulo: Agroceres, 1990. 238 p.
- AZEVÊDO, F. A. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BAGGIO, A. F. **Elementos de cooperativismo e administração rural**. Ijuí, RS: FIDENE, 1983.
- BAITZ, R. A implicação: um novo sedimento a se explorar na geografia? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 25-50, jul. 2006.
- BALLER, L. A questão rural no Paraguai: da perpetuação dos latifúndios ao modelo agrícola na fronteira. In: VALENTIN, D. J. & MURARO, V. F. **Colonização, conflitos e convivências nas fronteiras do Brasil, da Argentina e do Paraguai**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó, SC: Ed. UFFS, 2015. 318 p.
- BELUSSO, D. **A integração de agricultores às cooperativas agrícolas abatedoras de frangos no Oeste do Paraná**. 2010. 2019 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2010.
- BEN, Marilúcia. **Os "nós" da territorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar no oeste paranaense**. 2011. 125 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2011.
- BENECKE, D. W. **Cooperação e desenvolvimento**. Porto Alegre, RS: Coojornal, 1980.
- BENETTI, M. D. **Modelos de financiamento à agricultura: o crédito cooperativo na França**. - Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1989. 117 p.
- _____. O agronegócio gaúcho entre os anos 1980 e 2008. In: CONCEIÇÃO, O. A. C. et al. (Orgs.). **O movimento da produção**. Porto Alegre: FEE, 2010. (Três Décadas de Economia Gaúcha, 2).
- _____. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul: uma análise do desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO - 1957/1980**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1982. 171 p.
- _____. **Sistemas de crédito rural e o financiamento da agricultura na década de 90**. Brasília, IPEA, 1994. 179 p. (Série Estudos de Política Agrícola – Relatório de Pesquisas, 21).
- _____ & FRANTZ, T. R. (Orgs.). **Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do RS, 1957-1984**. 2. ed. rev. ampl. Porto Alegre, RS: FEE, 1988.
- BERNARDES, L. O problema das frentes pioneiras no estado do Paraná. **Rev. Bras. Geogr.**, ano 15, p. 3-49, jul./set. 1953.

BIALOSKORSKI NETO, S. Agronegócio cooperativo. In: BATALHA, M. O. (Org.). **Gestão agroindustrial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 711-734.

_____. **Agronegócio cooperativo: economia, doutrina e estratégia de gestão**. 1994. Dissertação (mestrado) - ESALQ/USP, Piracicaba, 1994.

_____. **Cooperativas: economia crescimento e estrutura de capital**. São Paulo: OCESP/SESCOOP-SP, 2001. 178 p. Coleção estudo e pesquisa, 2.

BOMBARDI, L. M. Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. In: MERLINO, T.; MENDONÇA, M. L. (Org.). **Direitos Humanos no Brasil - 2012**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2012. p. 75-86 (Volume 1).

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824.

_____. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891.

_____. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934.

_____. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937.

_____. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1946.

_____. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1967.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. **Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964**. Dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Brasília, 1964.

_____. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, 1971.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Ijuí, RS: Vozes, 1987.

CASTANHO, I. Expedição avicultura: domínio da cadeia favorece avicultura nas cooperativas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 out. 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/expedicoes/expedicao-avicultura/2014/dominio-da-cadeia-favorece-avicultura-nas-cooperativas-f52b3hm1e51jw3vmaej2ke8ua>>.

CAVALCANTE, A. M. de S. **Treinamento como ferramenta estratégica para o crescimento organizacional**. Disponível em: <<http://www.trabalhosfeitos.com/>>

topicos/treinamento-como-ferramenta-estrat%C3%A9gica-para-o-crescimento-organizational-de-cavalcante/0>. Acesso em: 9 fev. 2014.

COLODEL, J. A. **Obrages e companhias colonizadoras**: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960. Cascavel, PR: Assoeste, 2002.

COOK, M. The future of US agricultural cooperatives: a neo-institucional approach. **American Journal of Agricultural Economics**, dez. 1995.

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR. **Estatuto social**. Medianeira, 2014a.

_____. **História**. S.d. Disponível em: <<http://www.lar.ind.br/v4/institucional/index.php>>. Acesso em: 12 maio 2015.

_____. **Relatório e Balanço**. Medianeira, 2000.

_____. **Relatório e Balanço**. Medianeira, 2001.

_____. **Relatório e Balanço**. Medianeira, 2005.

_____. **Relatório e Balanço**. Medianeira, 2010.

_____. **Relatório e Balanço**. Medianeira, 2011.

_____. **Relatório e Balanço**. Medianeira, 2014b.

_____. **Relatório e Balanço**. Medianeira, 2015.

COSTA, V. M. H. de M. A modernização da agricultura no contexto da constituição do Complexo Agroindustrial no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM; Departamento de Geografia, 1992. p. 2-27.

CRÚZIO, H.O. **Como organizar e administrar uma cooperativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. (Coleção FGV Prática).

DALLER, V. L. de O. **Evolução do cooperativismo no Brasil**: Denacoop em ação. Brasília, DF: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2006.

DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1985.

DIAS, L. C. A importância das redes para a regionalização brasileira: notas para discussão. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R. & MOREIRA, R. **Brasil século XXI**: por uma nova regionalização: agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2004. p. 161-172.

FERNANDES, B. M. Agricultura de mercado, campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 161-186. (Geografia em Movimento).

FERRINHO, Homero. **Cooperativas e desenvolvimento rural**. Lisboa: Livraria Clássica Editora (LCE), 1978. 222 p.

FLEISCHFRESSER, V. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70.** Curitiba, PR: Livraria do Chain, 1988. 154 p.

FRANTZ, W.; SCHONARDIE, P. A. As práticas do movimento cooperativo como lugares de educação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30. 2007, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa de Educação, 2007. p. 1-15.

GOLD, R. I. Jeux de rôlessurleterrain. Observation et participation dansl' enquete sociologique. In: CEFAÏ, D. **Enquête de terrain.** Paris: La Découverte. 2003. p. 340-349.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** 2. ed. Campinas, SP: Instituto de Economia; Unicamp, 1998.

_____. **O que é questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecológica.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

GREGORY, V. **Capitalismo, latifúndio, migrações:** a colonização do período republicano no Rio Grande do Sul – Zona Norte e Região do Grande Santa Rosa. 1988. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1988.

_____. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial:** migrações no Oeste do Paraná. Cascavel, PR: EdUnioeste, 2002.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. O complexo agroindustrial. **Revista Reforma Agrária**, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos.** São Paulo: Contexto, 2006.

IGREJA CATÓLICA. Papa João XXIII (1958-1963). **Mater et magistra:** sobre a recente evolução da questão social. Petrópolis, RJ: Vozes, 1961.

ILHA, P. C. A história do pensamento cooperativo e o modelo de gestão organizacional. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, Marechal Cândido Rondon, v. 5, n. 8, jan./jun. 2005.

INFORMATIVO COTREFAL.Fev.1980.

IPARDES. Fundação Édison Vieira. **O Paraná reinventado:** política e governo. Curitiba, 1989. 203 p.

_____. INCRA. **Análise sócio econômica do Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC), das regiões oeste e sudoeste do Paraná.** Curitiba, 1974-1975.

_____. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense**. Curitiba, PR: IPARDES, 2003. 143 p.

_____. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Cooperativas de produção agropecuária do estado do Paraná: diagnóstico e análise**. Curitiba, julho de 1974.

IRON, J. E. **Cooperativismo e economia social: a prática do cooperativismo como alternativa para uma economia centrada no trabalho e no homem**. São Paulo: Editora STS, 1997.

JACINTO, J. M. **O processo de urbanização e desenvolvimento geoeconômico da cidade de Medianeira – PR**. 2013. 252 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

JORNAL NOSSO TEMPO. Edição 122. Foz do Iguaçu, 21 a 28 abr. 1983

JORNAL NOSSO TEMPO. Edição 124. Foz do Iguaçu, 1984.

KLAUCK, S. **Gleba dos Bispos: colonização no oeste do Paraná – uma experiência católica de ação social**. Porto Alegre, RS: Editora EST, 2004.

LAR PARAGUAI. **Relatório y Balanço**. 2014.

LIMA, L. M. História do cooperativismo no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 43, p. 39-66, jul./ago. 1974.

LIMA, S. G. C. **O cooperativismo colonial**. Texto dos arquivos da OCEPAR.[s.n.t.].

LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**. – Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

MACCARI, N. S. K. **Migração e memórias: a colonização do oeste paranaense**. 1999. 217 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Trad. Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes; Editora da Unicamp, 1997.

MARIN, R. **Lar na história: os 40 anos da Cooperativa Agroindustrial Lar**. Cascavel, PR: Gráfica Tuicial, 2005. 200 p.

MARTINE, G. & GARCIA, R. C. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: UNESP, 2000.

MÉSZAROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Ensaio, 1996.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MOREIRA, R. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. **Brasil século XXI: por uma nova regionalização: agentes, processos e escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004.

NDEBANI, François. Identité culturelle et projet de développement. In:_____. **Identité culturelle et révolution technologique**. Paris: Éditions Anthropos, 1993. p. 11-116.

OCEPAR. **Notas sobre cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br/ocepar/>>. Acesso em: 2015.

OLIVEIRA, N. B. de. **Cooperativismo: guia prático**. Porto Alegre, RS: Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humano, 1979.

ORGANIZAÇÃO das Cooperativas Brasileiras (OCB). Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/ocb/>>.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PANZUTTI, R. Transformação do cooperativismo agrícola no Estado de São Paulo e intervenção do Estado. **Revista Informações Econômicas**. São Paulo, v. 27, n. 9, set. 1997.

PAULINO, E. T. **Terra e vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná**. 2003. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

PEDROZO, E. A. Análise de cooperativas agrícolas através da utilização de estratégias Industriais. In: ENAPAD, 17., 1993, Salvador. **Anais...** Salvador, 1993.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

_____. **Administração de cooperativas: manual do cooperativismo**. São Paulo: USP; Saraiva, 1982c (Volumes 3).

_____. **As cooperativas no desenvolvimento do Brasil: passado, presente e futuro: tentativa de síntese**. São Paulo: ESETec, 2008.

_____. **Bases operacionais do cooperativismo: manual do cooperativismo**. São Paulo: USP; Saraiva, 1982b (Volume 2).

_____. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977.

_____. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro: manual do cooperativismo**. São Paulo: USP; Saraiva, 1982a (Volume 3).

_____. **Tipologia cooperativista**: manual do cooperativismo. São Paulo: USP; Saraiva, 1982d (Volume 4).

_____. (Org.). **FEA 50 anos: 1946/1996**. [S.l.: s.n.], 1996. 1 CDROM.

PINTO, M. S. **A área de livre comércio das Américas e os interesses da União Européia na América Latina** – Tese de Doutorado. Braga, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1980, 1981, 1993.

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 69 p.

RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná**: uma análise de 1950 a 2000. 2005. 250 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

ROCHA, E. E. R. B. **O cooperativismo agrícola em transição**: dilemas e perspectivas. 1999. 226 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.

SAQUET, M. Campo-Território: considerações teórico-metodológicas. **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, vol. 1, nº 1, p. 60-81, fev. 2006.

_____. Território e paisagem: da construção material à representação. In: _____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 139-146.

SCHALLENBERGER, E. Cooperativismo e desenvolvimento comunitário. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 8, n. 2, 2003.

_____. **O associativismo cristão no sul do Brasil**: a contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Coloniais para a organização social e o desenvolvimento sul-brasileiro. 2001. 594p. Tese (Doutorado) – PUCRS, Porto Alegre, 2001.

_____. Políticas de colonização: uma análise da região oeste do Paraná antes e depois do golpe militar de 1964. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá- MT, v. 4, n. 21, 2009.

SCHLOSSER, M. T. S. **Rádio, consensos e dissensos**: o reverso do discurso e a crise da especialização agrícola (extremo oeste do Paraná). 2005. 259 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

SCHNEIDER, J. E. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, M. R. (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981.

SEIFERT JUNIOR, R. E. **Estratégias de internacionalização de empresas paranaenses da indústria de alimentos**. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

SERRA, E. A participação do Estado na formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 8, n. 16, p. 6-37, ago. 2013.

_____. A teoria e a prática cooperativista entre os produtores rurais. In: VILLALOBOS, J. G. **Geografia social e agricultura no Paraná**. Maringá, PR: UEM, 2003.

_____. As cooperativas do agronegócio e suas (novas) características no Paraná. **Geografia**, Londrina, v. 18, n. 1, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/>>.

_____. **Contribuição ao estudo do cooperativismo na agricultura do Paraná: o caso da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá**. 1986. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1986.

_____. **Cooperativismo empresarial e suas ambiguidades: o distanciamento entre teoria e a prática do sistema**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. JORNADA ARIIVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA, 2., 2005, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente, 11 a 15 nov. 2005.

_____. Um pouco da história do cooperativismo agrícola no Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, ano 13, n. 13, out. 1995.

SETTI, E. O. **Cooperativismo paranaense: Ocepar 35 anos: mais de um século de história**. Curitiba, PR: Ocepar, 2006.

_____. **Uma história de cooperação, atitude e amor: Lar 50 anos**. Medianeira, PR: Cooperativa Agroindustrial Lar, 2014.

SILVA, E. S. et al. (Org.). **Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências**. Recife, PE: UNICOORP, 2003. 55 p.

SILVA, H. M. da. Os brasileiros em território paraguaio: atuação nas fronteiras geográficas próximas. In: VALENTIN, D. J.; MURARO, V. F. **Colonização, conflitos e convivências nas fronteiras do Brasil, da Argentina e do Paraguai**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó, SC: Ed. UFFS, 2015. 318p.

SILVEIRA, R. L. L. da. Complexo agroindustrial, rede e território. In: DIAS, L. C. & SILVEIRA, R. L. L. da. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2005. p. 215-255.

SOUZA, Edson Antonio. Sinop: História, Imagens e Relatos. Um estudo sobre a colonização de Sinop. **Dissertação de Mestrado**. ICHS/UFMT. Cuiabá, 2001

SPOSITO, E. S. A questão do método e a crítica do pensamento geográfico. In: CASTRO, I. E.; MIRANDA, M.; EGLER, C. A. **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; FAPERJ, 2010. p. 347-359.

_____. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

STEDILE, J. P. A sociedade deve decidir o modelo agrícola para o país. **Revista Caros Amigos**, São Paulo, ano 10, n. 109, p. 17, abr. 2006.

SZMRECSANYI, T. Nota sobre o complexo agroindustrial e a industrialização da agricultura no Brasil. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 3, n. 2, p. 141-144, abr./jun. 1983.

TAVARES, M. C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: _____. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TESCH, R. **Qualitative research**: analysis types and software tools. Basingstoke, UK: The Falmer Press, 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses**: MDT. 8. ed. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2012.

YIN, R. **Case study research**: design and methods. 2. ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 1994.

YOKOO, E. N. **Terra de negócio**: estudo da colonização no oeste paranaense. 2002. 176 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

APÊNDICE A- ENTREVISTA COM SÓCIOS DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR



Ministério da Educação
 Universidade Federal de Santa Maria
 Centro de Ciências Naturais e Exatas
 Programa de Pós-Graduação em Geografia



Entrevista com sócios da Cooperativa Agroindustrial Lar (30/01/2015)

1. Nome _____
2. Qual religião pertence? () Católica () Protestante () Luterana () Outras _
3. Qual é o tamanho da propriedade? _____
4. Quando se tornou sócio da Cooperativa Lar? _____
5. É integrado? () Sim () Não Quando? _____
6. Descendente de:
 () Italianos () Alemães () Poloneses () outros qual? _____
7. Município de Residência _____
8. Município que nasceu _____ Estado _____
9. Se é de outro Estado em que ano chegou no Estado atual?
10. Estado civil () Casado () Solteiro () Separado Quantos filhos _____
11. Todos vivem na propriedade rural? () Sim () Não
12. Atividade da propriedade Soja () Milho () Aves () Ovos () Suíno () Amidos () Leite ()
 Vegetais ()
13. Atividade que desenvolvia antes de ser sócio da Cooperativa Lar?
 () Agricultura de subsistência Soja () Milho () Aves () Ovos () Suíno () Amidos () Leite ()
) Vegetais ()
14. Por que se tornou sócio da Cooperativa Agroindustrial Lar?
15. O que cooperativa?
16. Há dificuldades de relacionamento entre cooperados e cooperativa?

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, portador da Cédula de identidade RG/nº _____ estou de acordo em participar desta pesquisa, autorizo a utilização de fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores envolvidos no projeto de doutorado, assinando este consentimento.

_____, de _____ de 2015 _____
 _____ Assinatura

APÊNDICE B - LAR SRL PARAGUAI - ENTREVISTA COM GERENTES DAS UNIDADES



Ministério da Educação
 Universidade Federal de Santa Maria
 Centro de Ciências Naturais e Exatas
 Programa de Pós-Graduação em Geografia



LAR SRL PARAGUAI - entrevista gerentes das unidades _____

1. Nome _____
2. Grau de escolaridade? _____
3. Qual religião pertence? () Católica () Protestante () Luterana () Outras

4. Tem propriedade rural no PY? Qual o tamanho da propriedade?

5. Descendente de: () Italianos () Alemães () Poloneses () outros qual?

6. Município de Residência _____
7. Município que nasceu _____ Estado _____ País _____
8. Se é de outro Estado/departamento em que ano chegou no Estado atual? _____
9. Estado civil () Casado () Solteiro () Separado Quantos filhos _____
10. Qual Unidade trabalha? Há quanto tempo? _____
11. Por que trabalha na Lar PY?

12. Por que as unidades estão concentradas no departamento de Alto Paraná?

13. Quantos clientes tem nesta unidade?

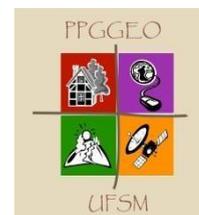
14. Qual é o tamanho das propriedades dos clientes em média?

15. Qual o perfil dos clientes? Qual religião?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Ministério da Educação
 Universidade Federal de Santa Maria
 Centro de Ciências Naturais e Exatas
 Programa de Pós-Graduação em Geografia



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do estudo: VERSATILIDADE DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR NO BRASIL E NO PARAGUAI

Pesquisador(es) responsável(is): Ms. Marilúcia Ben³⁷ e Dra. Carmen Rejane Flores Wizniewsky

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria/ Geografia

Local da coleta de dados: Lar SRL Paraguai

Prezado(a) Senhor(a):

Você está sendo convidado(a) a responder às perguntas de entrevista semiestruturada de forma voluntária.

Objetivo do estudo trata-se de Compreender a territorialização/ expansão/ versatilidade da Cooperativa Agroindustrial Lar e suas intencionalidades e as territorialidades verticais e horizontais no Brasil e no Paraguai.

Sigilo. As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, portador da Cédula de identidade RG/nº _____ estou de acordo em participar desta pesquisa, autorizo a utilização de fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores envolvidos no projeto de doutorado, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Santa Maria____, de _____de 2015

 Assinatura

 Pesquisadoras responsáveis

Marilúcia Ben e Carmen Rejane Flores Wizniewsk

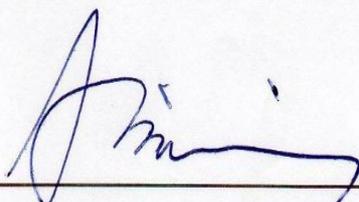
³⁷ O nome Marilúcia Ben foi substituído para Marilúcia Ben dos Reis devido à mudança de nome em relação a matrimônio.

APÊNDICE D – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA**

Eu IRINEO DA COSTA RODRIGUES, CPF 155.545.540-91, RG 1.646.823 SSP-PR, Presidente da Cooperativa Agroindustrial Lar, AUTORIZO, através do presente termo, as pesquisadores da Universidade Federal de Santa Maria- RS, **Marilucia Ben e Carmen Rejane Flores Wizniewsky** do projeto de pesquisa intitulado **“A VERSATILIDADE DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR NO BRASIL E NO PARAGUAI”** a realizar a pesquisa referente ao projeto, as fotos que se façam necessárias e/ou a colher depoimentos sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização de fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados.

Medianeira/ PR, 27 de janeiro de 2015



Irineo da Costa Rodrigues
Cooperativa Agroindustrial Lar

APÊNDICE E – ENTREVISTA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL – VICE-PRESIDENTES

1. Quando e porque se tornou cooperado da Cooperativa?
2. A religião ainda é muito presente na Cooperativa atualmente?
3. Porque se tornou vice presidente da cooperativa? Em que ano?
4. Como era a cooperativa na época?
5. Quais eram os desafios da Cooperativa na época?
6. Quais foram as mudanças mais significativas em relação ao que era a Cooperativa quando se tornou vice presidente e atualmente?
7. Por que houve mudanças na razão social da Cooperativa?
8. O que significou a mudança de Comasil para Cotrefal e Lar?
9. Por que a Cooperativa vai se chamar Lar Cooperativa Agroindustrial?
10. Como foi agroindustrializar a Cooperativa Lar?
11. O que mudou nas relações Cooperativa/Cooperado com o crescimento da Cooperativa Lar?
12. Quais foram as mudanças ocorridas nas unidades produtivas rurais com a introdução do cooperativismo?

Sobre o Território da Lar

13. A Cooperativa Lar está territorializada no Oeste do Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e no Paraguai, por que ela está atuando nesses territórios? Quais são os benefícios para a Cooperativa?
14. Quais são os perfis dos Cooperados do Oeste do Paraná, Mato Grosso do Sul e de Santa Catarina?
15. Quais são os perfis dos clientes da Lar Paraguai? São Parecidos com os Cooperados da Cooperativa Lar?

Sobre a intercooperação

16. A Cooperativa Lar forma uma rede de intercooperação com outras cooperativas, quais são elas?

Cotriguaçu (1975) (Transporte e farinha de trigo)

17. Como a Cooperativa Lar entrou na Cotriguaçu e porquê?
18. Quais são as relações entre a Cotriguaçu e a Lar?
19. Porque a Lar faz parte da Cotriguaçu?
20. Como são as relações entre cooperado, Cotriguaçu e Lar?

Frimesa (1979) (Suínos e leite)

21. Porque a Cooperativa Lar entrou na Frimesa?

22. A Frimesa foi constituída pela aquisição da massa falida do grupo ruaro, o que acontecia com as empresas privadas enquanto as cooperativas despontavam?

23. Qual era a realidade na época?

24. Por que a Cooperativa mantém relação com a Frimesa?

25. Como são as relações entre cooperado, Frimesa e Lar?

Sicredi (1983)

26. Como surgiu a cooperativa de crédito dentro da Cotrefal?

27. Como era o funcionamento?

28. Para que servia?

29. Qual é o papel do Sicredi em relação à Cooperativa atualmente?

30. A Sicredi ajudou na agroindustrialização da Cooperativa Lar? De que forma?

31. A Sicredi ajudou na agroindustrialização das unidades produtivas dos cooperados? De que forma?

Lar Paraguai (1996)

32. Como surgiu a ideia de implantar a Lar Paraguai?

33. Todos concordaram com implantação da Lar Paraguai?

34. Como é constituída a Lar Paraguai? Todas as ações da empresa pertencem a Lar? Como está dividida?

35. Por que a Cooperativa Lar entrou no Paraguai?

36. Por que entrou como empresa e não como Cooperativa?

37. Foi criado um capital rotativo para formar a Lar Paraguai? De onde surgiu esse capital? Foi do cooperado?

38. Se foi do cooperado como isso volta para a o Cooperado?

39. Como é o tramite para levantar fundos para criar uma empresa dentro da Cooperativa?

40. Qual é a diferença entre a carga tributária no Brasil e no Paraguai?

41. Existia algum incentivo governamental ou financeiro?

42. Quais foram os desafios enfrentados em implantar uma empresa dentro da cooperativa?

43. Quais foram os desafios de implantar uma empresa no país vizinho?

44. Como foram os tramites para transformar o lucro da empresa em sobra para entrar na cooperativa?

45. Como o lucro vem para a Cooperativa Lar? Quantas vezes veio?

46. Na estrutura da Cooperativa Lar onde entra a Lar Paraguai?

47. De acordo com o estatuto da Cooperativa os resultados patrimoniais da Lar Paraguai está no Fundo de reserva, e o lucro desse empreendimento vai para onde?
48. Os resultados da Lar Paraguai não deveriam ir para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social?
49. Como é o funcionamento da Lar Paraguai e o que ela representa para a Cooperativa Lar?
50. Qual é a relação da Lar Paraguai e os cooperados da Cooperativa Lar?
51. Há participação dos cooperados nos resultados da Lar Paraguai? Como isso funciona?
52. O que difere a Cooperativa de uma empresa privada?
Lar transportes (1981)
53. Quais são as diferenças e semelhanças das duas coligadas a Lar Paraguai e a Lar transportes?
54. Qual foi o objetivo de criar a Lar transportes?
55. Para que serve a Lar transportes?
56. Como o lucro da Lar transportes vem para a Cooperativa Lar?

APÊNDICE F - ENTREVISTAS DO TRABALHO DE CAMPO

Entrevistas

Cooperados fundadores da Cooperativa Lar

LENZ, Eugenio Nicolau. **Entrevista concedida a Marilúcia Ben dos Reis**. Missal, 8 dez. 2015. Citação: (Cooperado Fundador 3, 08 dez. 2015).

NICOLAY, Viro. **Entrevista concedida a Marilúcia Ben dos Reis**. Missal, 8 dez. 2015. Citação: (Cooperado Fundador 2, 8 dez. 2015).

RECK, Silvini. **Entrevista concedida a Marilúcia Ben dos Reis**. Missal, 08 dez. 2015. Citação: (Cooperado Fundador 1, 8 dez. 2015).

Funcionários da Cooperativa Lar

SILVA, Ademir Pereira da. **Entrevista concedida a Marilúcia Ben dos Reis**. Medianeira, 17 dez. 2015. Citação:(Funcionário da Cooperativa Lar, 17 dez. 2015).

Vice-presidentes Lar

FREY, Urbano Inácio. **Entrevista concedida a Marilúcia Ben dos Reis**. Medianeira, 18 dez. 2015. Citação: (Segundo Vice-Presidente, 18 dez. 2015)

SUETHE, Lauro. **Entrevista concedida a Marilúcia Ben dos Reis**. Medianeira, 9 jan. 2017. Citação:(Vice-Presidente Lar, 9 jan. 2017).

Gerente Geral Lar Paraguai

BUTZEN, Rogério Luís. **Entrevista concedida a Marilúcia Ben dos Reis**. Hernandárias – Alto Paraná – Paraguai, 5 jan. 2015.Citação: (Gerente Geral da Lar Py, 5 jan. 2015)

Unidades Lar Paraguai

BELTRAME, Amâncio. **Entrevista concedida a Marilúcia Ben dos Reis**. Nueva Esperanza – Canindeyú – Paraguai, 16 jan. 2015. Citação: (Gerente da Lar Py – Unidade 4, 16 jan. 2015)

COSTA, Lorival Teixeira da. **Entrevista concedida a Marilúcia Ben dos Reis**. Naranjal – San Alfredo – Alto Paraná – Paraguai, 21 mar. 2015. Citação: (Gerente da Lar Py – Unidade 8, 21 mar. 2015).

GODOY, Marcio R. Silva. **Entrevista concedida a Marilúcia Ben dos Reis**. Mabaracayu – Alto Paraná – Paraguai, 16 jan. 2015. Citação: (Gerente da Lar Py – Unidade 3, 16 jan. 2015).

MAXIMIANO, Ebenenzer A. **Entrevista concedida a Marilúcia Ben dos Reis**. Tapé Porã – Mabaracayu – Alto Paraná – Paraguai, 16 jan. 2015. Citação: (Gerente da Lar Py – Unidade1, 16 jan. 2015).

PAGLIARIN, Marcos Renato. **Entrevista concedida a Marilúcia Ben dos Reis.** Procópio – Mabaracayu – Alto Paraná – Paraguai, 16 jan. 2015. Citação: (Gerente da Lar Py – Unidade2, 16 jan. 2015).

RAIMONDI, Marcio. **Entrevista concedida a Marilúcia Ben dos Reis.** San Alberto – Alto Paraná – Paraguai, 16 jan. 2015. Citação: (Gerente da Lar Py – Unidade5, 16 jan. 2015).

SANTOS, Márcia Cristina dos. **Entrevista concedida a Marilúcia Ben dos Reis.** Yguazú – Alto Paraná – Paraguai, 21 mar. 2015. Citação: (Gerente da Lar Py – Unidade 6, 21 mar. 2015).

VIERA, Raúl. **Entrevista concedida a Marilúcia Ben dos Reis.** Margarita – Distrito de Nueva Toledo – Caaguazú – Paraguai, 21 mar. 2015. Citação: (Gerente da Lar Py – Unidade7, 21 mar. 2015).

Extensionista que implantou Projeto Iguaçu de Cooperativismo na Cooperativa Lar.

LACERDA, Paulo Roberto Durgante. **Entrevista concedida por e-mail.** Por opção do entrevistado, foram encaminhadas as perguntas por e-mail e as respostas foram encaminhadas pelo correio. 3 fev. 2016. Citação: (Extensionista do Projeto Iguaçu, 3 fev. 2016)

Pesquisador Elpídio Serra.

SERRA, Elpídio. **Entrevista concedida.** As perguntas e as respostas ocorreram via e-mail. 17 mar. 2017.

ANEXO A – REVISTA SKT. PAULUSBLATT - REPORTAGEM “A NOSSA COLONIZAÇÃO NO PARANÁ”

Unsere Kolonisation in Paraná

J. A. Both

Wie in der Julinummer bereits bekannt gegeben wird, ist das Kolonisationsunternehmen im Munizip Medianeira, Paraná, an welchem sich der Volksverein beteiligt, bereits im Gang. Da man keine Katz im Sack kaufen soll, hatte mich der Vorstand anfangs Juni nach Curitiba geschickt, um Erkundigungen über die legalen Besitzverhältnisse bei den zustaendigen Stellen einzuholen. Zu gleicher Zeit habe ich dann drei Tage am Siedlungsort selber zugebracht, um mir das Land anzusehen und ein zuverlässiges Bild zu haben über Lage, Wasserversorgung, Bodengüte, Wald- und Nutzholzbestand und vom Stand der bereits geleisteten Vorarbeiten. In Curitiba hatte ich auch längere Besprechungen mit dem Ingenieur Dr. Roberto Brandão, der den Siedlungsplan entworfen und die Einteilungen ausgeführt hat. Herr Brandão ist ein prächtiger Mensch, voller Ideale und Optimismus, der fest entschlossen ist, mit seinem Projekt eine Muster-siedlung aufzubauen, wie ähnlich bislang noch keine andere hierzulande vorhanden ist und er glaubt mit voller Zuversicht an das Gelingen. Die örtlichen Bedingungen sind dafür vorhanden, nun liegt es zum guten Teil an uns, solche Menschen dort anzusiedeln, die gewillt und fähig sind, an der Verwirklichung des lebenswerten Vorhabens mitzuwirken. Nach allem, was ich bis jetzt feststellen konnte, wird auch das gelingen.

Es war damals beschlossen worden, den diesjährigen 25. Juli, Tag der Einwanderung, als offizielles Datum der Siedlungsgründung zu bestimmen. Es sollte ein würdiges Fest, eine schöne Feier aus diesem Anlass mitten im Urwald veranstaltet werden. Ich versprach, ein paar Tage vor dem 25. Juli an Ort und Stelle mich einzufinden, um dem Pater José und Herrn Brandão, der von Curitiba kommen würde, bei den Vorbereitungen zu helfen.

Also fuhr ich mit dem Jeep am 12. Juli von Porto Alegre ab. Da am 14., Sonntag, in Porto Novo die Pri-

misfeier des Neupriesters Natalicio Weschenfelder stattfand, zu der ich eine Einladung hatte, hielt ich mich noch in Itapiranga auf. Ich hätte auch sowieso die Weiterreise nach Medianeira am Sonntagabend nicht antreten können, da unterdessen ein anhaltender Regen eingesetzt hatte, der die Wege in den in West-Santa Catarina und West-Paraná bekannten unfahrbaren Zustand versetzte. Montags hörte der Regen auf und am Dienstag Nachmittag konnte ich die Weiterfahrt riskieren. Uebernachtet wurde in Iporá, wo sich ein Mitfahrer, der in die Siedlung wollte, sich mir anschloss. Weiterfahrt Mittwoch in der Frühe. Die Strasse war stellenweise nass und glatt, denn es hatte während der Nacht wieder geregnet, also aufgepasst, dass nichts passiert! Von



Am 25. Juli wurde eine bronzene Gedenktafel mit einer Inschrift, die einen Ausspruch des verstorbenen Papstes Johann XXIII. wiedergibt, aufgestellt. Die Enthüllung nahm der abwesende Vertreter des Herrn Staatsgouverneurs, Staatssekretär des Innern und der Justiz, Dr. Afonso Camargo Senior, vor.



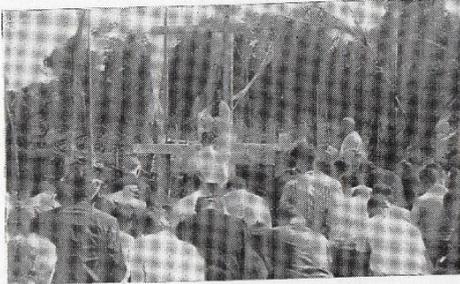
Dr. Afonso Camargo Neto, Innen- und Justizsekretär des Staates Paraná spricht hier im Namen seiner Regierung und sichert dem jungen Unternehmen, fuer das er seine volle Begeisterung ausspricht, weitgehende Unterstützung seitens des Staats, fuer die Verwirklichung der Vorhaben besonders auf sozialem Gebiet, zu.

Itapiranga bis zur Stadt Medianeira sind es genau 300 Klm. Für diese Strecke haben wir wegen der teilweise noch nicht ganz abgetrockneten Strasse, über 12 Stunden gebraucht. Unterwegs mussten wir auch mal einen Reifen flicken lassen. In Medianeira stand die Uhr auf 6 und es begann zu dunkeln. Mein Mitfahrer sagte, er kenne den Weg in die Siedlung — es sind noch 32 Klm., davon etwa 20 durch geschlossenen Urwald. Ich tankte und weiter ging. Ein Stückchen Wurst mit Brot wurde als Abendessen auf der Fahrt verzehrt, um keine Zeit zu verlieren. Aber mein Begleiter kannte die Strasse nicht besser als ich, er hatte sie auch nur einmal gefahren, bei Tag, und nun war es dunkle Nacht, da sieht alles ganz anders aus. Und schöne Wasserpfützen gab es da nicht zu wenige, in die man vorsichtig hinein-fahren musste. Trotz der Vorsicht kam einmal Wasser an die Verteilung und der Motor fing an zu streiken, ich musste alle Kunstgriffe anwenden, dass er mir nicht ausging, was mir auch gelang. Bei Tageshelle hätte mir das keine besondere Sorge bereitet. Bald kam mir der Weg verdächtig vor. Es war immer weniger Weg und mehr Gestrüpp. Also umkehren in dem

schmalen Waldmeterweg. Nach etwa einer Stunde hatten wir wieder schweren Verdacht. Schliesslich fanden wir eine Hütte, wo wir den Bewohner aus dem Bett jagten. Er gab uns bereitwilligst Auskunft. Noch ein



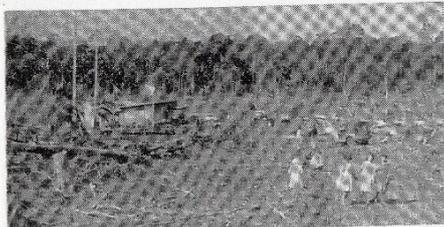
Die beste und mit dem begeistertsten Applaus gehaltene Ansprache war ohne Zweifel die von Prof. Vicente Barros, aus der Paulistaner Hauptstadt, der besonders die Leistungen und die Bedeutung der Riograndenser Bauern herausstrich. Wir sehen ihn hier bei seiner Rede.



Die Feldmesse auf dem Kirchplatz. An die 200 Personen, Jung und Alt, waren zumungewöhnlich, viele sogar aus Rio Grande do Sul (Santa Cruz und Santo Cristo). Eine Anzahl kam aus der Volksvereinskolonie Porto Novo. Ein eingetragenes Bild mitten im kaum bescherten Urwald. Ausser verschiedenen weltlichen Besuchern aus Curitiba und der Stadt Medianeira, waren da Pater Antonio Fertel, Pater Rafael Fretta, Cícero Leopoldo Lech und Pater José Backes, sowie der Theologe Niels, von Scolari in Palmas.

zweites Mal mussten wir uns befragen, bis wir dann endlich selber erkannten, dass wir auf dem richtigen Weg waren. Nun fiel ein Gewitterregen und es prasselte nur so gegen die Windschutzscheibe. Und Welch ein Dreck im Strassenbett. Der Traktor der Präfeitur hatte kurz vor dem Regen diesen Waldweg aufgerissen, der

jetzt danach aussah! Auf einmal, pah! — da gehen die Scheinwerfer aus — sie leuchten für eine Sekunde wieder — gehen nochmal aus, und so fort. Ich schalte sie aus, die Signallichter ein, da ist es genau so. Ich ziehe den Schluss, dass ein Kurzschluss sein muss im Bereich der achteren Signallampe, die ja bei beiden



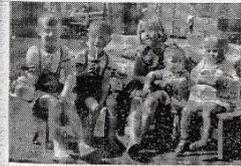
Ein Blick von Osten nach Westen ueber die "Stadt" Missal. Festtagspromenade am 25. Juli auf der Hauptstrasse. Allerdings noch kein Vergleich mit dem Kurortsteden in Wiesbaden. Aber das kann noch kommen.



Der Grundstein fuer die kuenftige Pfarrkirche wird hier gelegt. Pater ist Herr Guilherme Nicolau Maldaner, erster Siedler dieser neuen Kolonisation. Hier senkt er den vorher von Pater Antonio Fertel gesegneten Stein in die Erde.

Lichtsystemen eingeschaltet bleibt. Wir warteten bis der Regen sich legte und ich konnte, mit der Hand unter der Karrosserie tastend, das Uebel beseitigen. Wir kamen schliesslich um 10 Uhr abends in der "Cidade" Missal an, wo schon alles in tiefem Schlaf lag. Wäre die Fahrt glatt vonstatten gegangen, hätte ich ja nichts zu erzählen.

Herr Brandão, der schon früher erwartet worden war, kam erst am darauffolgenden Montag, den 22.



Wenn die Alten den Chimarrão tüchtig "abgebutscht" haben, dann dürfen sich die Kleinen auch damit vergnügen. Und es macht ihnen riesig Spass. Was ein Hüfchen werden will, krümmt sich beizeiten.

Am 23. erschien auch Herr Arthur Goerck mit einer grossen Karawane aus Itapiranga. Erwachsene und Kinder füllten bald den Platz mit ihrem Stimmengewirr. Es wohnen vorerst nur zwei Familien in den beiden Einwandererhäusern in der Nahe des Verwaltungsgebäudes, namentlich die Familien von Guilherme Nicolau Maldaner, der sich als erster Siedler, von Colonia Selbach kommend, am 25. 6. hier niedergelassen hat und von José Miguel Mallmann, der kurz darauf, von Toledo, Paraná kommend, das zweite Einwandererhaus bezog. Ich habe von der Familie Maldaner eine fotografische Aufnahme gemacht, die

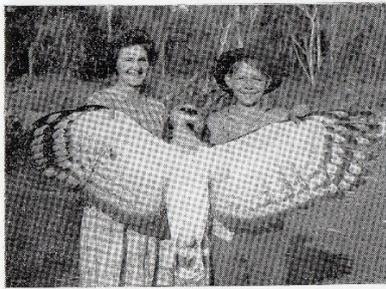
Vervielfältiger Cometafrah

Mimeógrafos

Spezialkonstruktion für Schulen, Gemeinden und Vereine. Preis Cr\$ 12.000,00. Unveränderlich - Verlangen Sie Prospekte.

SVEN R. SCHULZE & CIA. Av. Alberto Bins, 409 - Caixa postal, 469 Porto Alegre - R. Gr. S.

In der neuen Siedlung gibt es noch kein Schlächterei. Wohl hat man über dem Küchenofen noch einige Würste und Trockenfleisch und Speckschwarten hängen. Aber man sieht sich nich Frischfleisch. Wenn es einem dann glückt, wie hier den beiden Söhnen Maldaners, auf einen Schlag zwei Kattenschweine (Cacteus) zu erlegen, dann ist das sehr willkommen. Ich konnte mich überzeugen, dass ein "Biff" von diesem Waldbewohner und Plantagenzüchter etwas gar Säftiges ist. Ein "guisadinho" nicht minder.



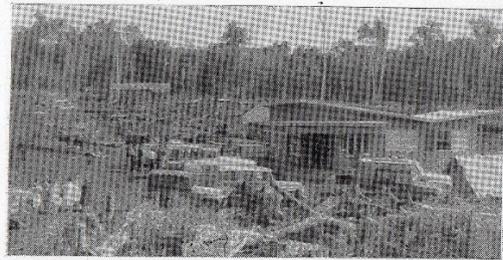
Vater Maldaner hat einen "gavio real", der ein Auge auf seinen Hühnerhof geworfen hatte, mit dem Gewehr vom Baum heruntergeholt. Ein stolzer Vogel. Flügelspanne 1,55 Mt.

aber leider so schlecht ausgefallen ist, dass sie sich nicht zu einem Klischee eignen.

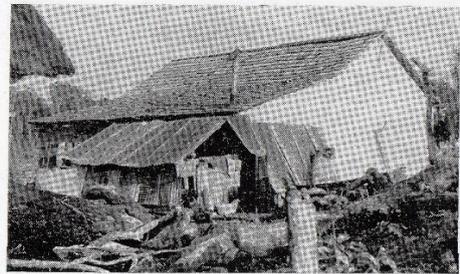
Der 25. Juli war ein herrlicher Tag. Recht festlich sah es aus auf dem Gelände. Fahnen und Wimpel,

Masten und Palmiten zierten den Feldaltar, die Gedenktafel und den geselligen Festplatz im Wald, wo es mittags einen saftigen Churrasco und kühles Bier gab. Um die Mittagszeit fand die feierliche Feldmesse statt,

Para viver tranqulls; seguros de vida. Para seguros de vida: PREVIDÊNCIA DO SUL



Das Verwaltungsgebäude am Sitz der Kolonisation. Inmitten des Gewirrs von Stämmen und Ästen bildet es einen starken Kontrast.



Eines der beiden Einwandererhäuser. In dem die Familie Maldaner vorübergehend, bis sie ihre eigene Wohnung fertiggestellt hat, untergebracht ist. Mit den mitgebrachten alten Weibstüchlein hat man die Kisten mit Lebensmitteln und sonstigen Gebrauchsgegenständen, die im hauslichen Raum keinen Platz hatten, zugedeckt. So raengt es im Urwald an — primitiv-romantisch.

die von Pater Antonio Fertel SVD, Vigario von Medianeira, gelesen wurde. Dann folgte die Legung der Grundsteine für die kuenftige Kirche u. fuer die geplanten Genossenschaftsgebäude. Die abgedruckten Bilder geben durch die ihnen beigegebenen Erklärungen weiteren Bericht ueber den wohl

einmalig mitten im Herzen des Urwaldes gefeierten 25. Juli.

Wer in Paraná auf die Landsuche geht, sehe sich unsere Siedlung im Munizip Medianeira an. Er wird nicht weitersuchen, sondern sich sofort ankaufen.

MBARACAYU, 09 DE NOVIEMBRE 2015

RUC: 800.240.30-8

POR EL PRESENTE INSTRUMENTO, AUTORIZO A LAR S.R.L. RUC 800.240.30-8, DIRECCION AUGUSTO ROA BASTOS ED.AZUCENA, PARANA COUNTRY CLUB HERNANDARIAS EN FORMA EXPRESA E IRREVOCABLE, OTORGANDO SUFICIENTE MANDATO EN LOS TERMINOS DEL ART. 917 INC. A DEL CODIGO CIVIL, PARA QUE POR CUENTA PROPIA O A TRAVES DE EMPRESAS O PERSONAS ESPECIALIZADAS DE NUESTRO MEDIO Y DEL EXTERIOR RECABE TODA INFORMACION DE LOS REGISTROS PUBLICOS O PRIVADOS QUE EXISTE EN ESTA PLAZA COMERCIAL O EN OTRA, RELATIVA A MI SITUACION PATRIMONIAL, SOLVENCIA ECONOMICA O CUMPLIMIENTO DE MIS OBLIGACIONES COMERCIALES.

ASI MISMO, LES AUTORIZO EN FORMA SUFICIENTE PARA QUE PROCEDAN A LA VERIFICACION, CONFIRMACION Y/O CERTIFICACION DE LOS DATOS POR MI DECLARADOS YA SEA POR PROCEDIMIENTOS TELEFONICOS O POR MEDIO DE VISITAS A LOS DOMICILIOS PARTICULARES Y/O LABORALES PROVEIDOS, A FIN DE QUE PUEDEN CONTAR CON LOS ELEMENTOS DE JUICIO Y ANALISIS NECESARIOS PARA LA CONCESION DEL CREDITO U OTRO QUE ME ENCUENTRO GESTIONANDO EN VUESTRA EMPRESA.

POR OTRA PARTE, Y EN FORMA IRREVOCABLE, LES AUTORIZO PARA QUE EN CASO DE UN ATRASO EN EL PAGO DEL PRESENTE CREDITO O DE CUALQUIER OTRA DEUDA PENDIENTE QUE MANTENGA CON DICHA EMPRESA, INCLUYAN MI NOMBRE PERSONAL O RAZON SOCIAL QUE REPRESENTO EN EL REGISTRO DE "OPERACIONES MOROSAS" DE LAS EMPRESAS ENCARGADAS DE LA DIFUSION DE DATOS.

ESTA AUTORIZACION SE EXTIENDE A FIN DE QUE PUEDA PROVEERSE LA INFORMACION A TERCEROS INTERESADOS. UNA VEZ CANCELADA LA DUEDA, CAPITAL GASTOS E INTERESES LA ELIMINACION DE DICHS REGISTROS SE REALIZARA DE ACUERDO A LO DISPUESTO EN LA LEY 1682/01 Y 1969/02.

NOMBRE Y APELLIDO: [REDACTED]
MATRICULA.....: 1006139
C.I O RUC.....: [REDACTED]

CONDICIONES GENERALES DEL CONTRATO NUMERO 79983

- A. El vendedor mencionara en cada nota de remision y/o factura comercial, el numero de este contrato, conforme a lo indicado en la clausula 02. En caso que el vendedor se encuentre encuadrado o exigido a estar inscripto al IMAGRO, este debera emitir los comprobantes exigidos por la resolucion Nro 429/96 (Nota de remision y comprobante de venta IMAGRO).
- B. El comprador se reserva el derecho de no aceptar la mercaderia que se encuentre fuera del padron considerado como 'maximo a ser recibido', mencionado en la clausula 13 del presente contrato.
- C. El vendedor autoriza al comprador a disponer libremente de los productos ya entregados, para cumplir con sus compromisos de exportacion, industrializacion o venta en el mercado interno, asumidos por el mismo antes terceros, en base al presente contrato.
- D. En caso de que el vendedor tenga mas de un contrato del mismo producto con el comprador, el vendedor debera cumplir con el contrato de fecha mas antigua, autorizando por este acto al comprador a ajustar todos los documentos necesarios para el fiel cumplimiento de dicho contrato.
- E. El vendedor podra recibir/solicitar pagos adicionales y/o complementarios a partir del momento en que la cantidad de mercaderia entregada sea superior al total de todos los montos recibidos en concepto de pago a cuenta, el comprador se reserva el derecho de retener estos pagos como medida de seguridad para la cobertura de penalidades en caso de que tenga suficientes indicios de que el vendedor no cumpliera con la totalidad de este contrato.
- F. Por el monto mencionado en la clausula 12, el vendedor recibe en este acto, como adelanto la suma sirviendo el presente contrato como recibo y prueba de pago para las partes.
- G. El comprador se reserva el derecho de requerir y el vendedor se obliga a conceder certificados de depositos/warrants por la mercaderia vendida, que el vendedor pueda tener depositada en cualquier parte de la Republica del Paraguay, incluyendo los puertos de salida, generalmente utilizados para embarque de productos paraguayos, por la cantidad necesaria para el cumplimiento total o saldo de este contrato.
- H. En caso de incumplimiento de este contrato por parte del vendedor, este pagara al comprador, las perdidas del mercado incurridas, mas una multa de 15% por tonelada, de las obligaciones asumidas y que falten a la entrega o recibo de la cantidad contratada, de acuerdo a este contrato.
- A los efectos de esta clausula se considera:
- I. Incumplimiento: La imposibilidad o recusa definitiva del vendedor en cuanto a la entrega del volumen total o parcial de este contrato, por imposibilidad se entiende la inexistencia de la mercaderia o la no entrega de la mercaderia establecida en el plazo indicado en la clausula 10.
- J. Perdidas del mercado: Lo resultante de la diferencia de precio de este contrato y el precio corriente del mercado cuando es confirmado el incumplimiento, multas pagadas a terceros por incumplimientos ocurridos en cadena, mismas tecnicas por almacenaje, costo financiero de prime mas 18% al ano por el saldo no cumplido.
- K. En caso de incumplimiento por parte del vendedor, ademas de las penalidades aplicables, este devolvera al comprador los importes pagados a cuenta, ajustados por las variaciones que se produzcan en la cotizacion del dolar EE.UU en el mercado libre y fluctuante, desde la fecha de pago hasta la fecha de liquidacion, mas un interes mensual del 3% (Tres Porcientos) sobre la suma devuelta.
- L. El vendedor declara por este medio que las mercaderias objeto de este contrato son de propiedad unica y exclusiva del mismo, y que se encuentra libre de todo gravamen y disponible para su comercializacion.
- M. En caso de que el gobierno nacional crease nuevos impuestos que graven la comercializacion y/o exportacion, de maiz, estos seran descontados al proveedor en la liquidacion del presente contrato.
- N. El presente contrato tiene caracter irrevocable, obligando a las partes contratantes como tambien a sus herederos por cualquier titulo, sujeto a las leyes de la Republica del Paraguay, fijandose los Tribunales de la circunscripcion judicial del Alto Parana y Canindeyu para los efectos legales emergentes de este contrato. El que es firmado por las partes en dos ejemplares de un mismo tenor y a un solo efecto en el lugar y fecha de su otorgamiento.

LAR SR-UNIDAD MBARACAYU
RUC.: 80024030-8

WANDA ROMERO
RUC.: 80024030-8